



**INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS – ILL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – PPGLin
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

EVILANE ALVES DE ARAÚJO

A CONCORDÂNCIA LOCATIVA NO FALAR DO FORTALEZENSE

REDENÇÃO

2024

EVILANE ALVES DE ARAÚJO

A CONCORDÂNCIA LOCATIVA NO FALAR DO FORTALEZENSE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Linha de pesquisa: Linguagem: diversidade e políticas linguísticas.

Orientadora: Profa. Dra. Léia Cruz de Menezes Rodrigues
Co-orientador: Prof. Dr. Michael S. Gradoville

REDENÇÃO

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Araujo, Evilane Alves de.

A67c

A concordância locativa no falar do fortalezense / Evilane Alves de Araujo. - Redenção, 2025.
113f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientadora: Profª Drª Léia Cruz de Menezes Rodrigues.
Coorientador: Prof. Dr. Michael S. Gradoville.

1. Concordância locativa. 2. Língua portuguesa - Brasil. 3. Gramática de dependência. 4. Diversidade linguística. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 469.5

A CONCORDÂNCIA LOCATIVA NO FALAR DO FORTALEZENSE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Aprovada em: 26/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Léia Cruz de Menezes Rodrigues (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Michael S. Gradoville (Coorientador)
Arizona State University – ASU

Prof. Dr. Nadja Paulino Pessoa Prata (1º Examinador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (2º Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

À memória de Fransquim, meu pai,
cuja ausência deixou uma lacuna
insubstituível, mas cujo legado e amor
continuam a me guiar. Este trabalho é
uma homenagem a você que tanta falta
faz naquela mesa.

Ay ayúdame, Dios mío,
a poder controlar mí lengua
Ay, ayúdame, Dios mío,
a poder controlar mí lengua
Peligrosa es, no se quiere someter
Ay, ayúdame, Dios mío,
a poder controlar mí lengua
María Payano

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Marinete, por todo o amor, carinho, dedicação e sabedoria que sempre me ofereceu. E pela ajuda, acolhimento e cuidado a mim e a meus filhos. Essa conquista é tão sua, quanto minha.

Aos meus filhos, Rodrigo e Evelyn, agradeço profundamente pela paciência e compreensão durante os longos momentos de trabalho e ausência. Sei que isso significou menos momentos juntos, menos noites de jogos, menos conversas antes de dormir, menos momentos de lazer, mas cada sacrifício foi essencial para que eu pudesse alcançar esse objetivo. Vocês são minha inspiração e fonte de motivação constante; essa conquista, sem dúvidas, é de vocês também. Prometo recompensar cada momento perdido com muito amor, dedicação e tempo de qualidade.

À minha família que sempre acreditou em mim e me deu forças para seguir em frente nos momentos mais desafiadores.

Às minhas irmãs, Iriane e Irlane, por seu amor incondicional e por serem meu porto seguro em todos os momentos. Poder contar com vocês tornou essa jornada mais leve e prazerosa.

À professora Dra. Léia Menezes, cuja orientação, paciência e conhecimento foram essenciais para a realização deste trabalho.

Ao professor Dr. Michael Gradoville, cuja co-orientação foi essencial para a otimização do tempo na delimitação das construções para análise.

Aos componentes das bancas de qualificação e defesa, à professora Dra. Nadja Paulino e os professores Drs. Alexandre Cohn e Cássio Rubio.

À minha turma do mestrado, quero expressar minha profunda gratidão. Esta jornada não teria sido a mesma sem cada um de vocês. Agradeço pelas discussões inspiradoras, pelo apoio mútuo e pelos momentos de camaradagem que tornaram este percurso mais leve e enriquecedor. Vocês foram mais que colegas; foram uma verdadeira família acadêmica, sempre dispostos a compartilhar

conhecimentos e oferecer uma palavra amiga nos momentos de desafio. Cada risada, cada insight e cada colaboração contribuíram de maneira significativa para o sucesso desta dissertação. Obrigado por tornarem esta experiência tão inesquecível.

Aos professores do PPGLin pelas discussões, leituras e conhecimentos compartilhados.

RESUMO

Esta pesquisa toma como objeto de análise as construções sintáticas nas quais o termo tradicionalmente analisado como adjunto adverbial ou complemento locativo ocorre em posição pré-verbal e concorda com o verbo, de modo que o sujeito lógico ou semântico perde a influência sobre o verbo. Trata-se de um padrão oracional observado em línguas africanas, em especial as do grupo Bantu, e sua presença na fala fortalezense parece apontar para o *continuum* afro-brasileiro do português sugerido por Petter (2009). Nesta pesquisa, analisam-se propriedades sintáticas e semânticas dos verbos para a compreensão do locativo em posição de sujeito, com base no aporte teórico-metodológico da Gramática de Valências e de pressupostos do Sociofuncionalismo. O *corpus* da pesquisa é formado de 22 inquéritos do tipo elocução formal presentes no banco de dados do Projeto Português Oral Culto de Fortaleza (PORCOFORT), nos quais identificamos 123 construções com locativo ocupando o espaço sintático-semântico do sujeito. Constatamos que o fenômeno ocorreu predominantemente com termos locativos sem preposição, representando 94,3% das ocorrências, e com verbos divalentes, que representaram 66,7% dos casos analisados. Esse padrão sugere uma relação intrínseca entre a categoria semântica dos verbos, sua valência e a possibilidade de um elemento locativo assumir o papel semântico de agente e preencher a primeira posição argumental, geralmente destinada a um Sintagma Nominal (SN) não preposicionado.

Palavras-chave: Concordância locativa; Português Brasileiro; Gramática de dependência; Falar Culto de Fortaleza; Diversidade linguística

ABSTRACT

This research takes as its object of analysis syntactic constructions in which the term traditionally analyzed as an adverbial adjunct or locative complement occurs in a pre-verbal position and agrees with the verb, so that the logical or semantic subject loses influence over the verb. It is a clause pattern observed in African languages, especially those of the Bantu group, and its presence in Fortaleza speech seems to point to the Afro-Brazilian continuum of Portuguese suggested by Petter (2009). In this research, the syntactic and semantic properties of verbs are analyzed to understand the locative in subject position, based on the theoretical-methodological contribution of Valence Grammar and Sociofunctionalism assumptions. The research corpus is made up of 22 formal utterance type inquiries present in the database of the Projeto Português Oral Culto de Fortaleza (PORCOFORT), in which we identified 123 constructions with locative occupying the syntactic-semantic space of the subject. We found that the phenomenon occurred predominantly with locative terms without prepositions, representing 94.3% of occurrences, and with divalent verbs, which represented 66.7% of the cases analyzed. This pattern suggests an intrinsic relationship between the semantic category of verbs, their valence and the possibility of a locative element assuming the semantic role of agent and filling the first argument position, generally intended for a non-prepositioned Noun Phrase (NP).

Keywords: Locative agreement; Brazilian Portuguese; Sociofunctionalism; Cultivated Speech of Fortaleza.

LISTA DE SIGLAS

AC - Acre

AL - Alagoas

AM - Amazonas

AP - Amapá

BA - Bahia

CE - Ceará

D2 - Diálogo entre dois informantes

DF - Distrito Federal

DID - Diálogo entre Informante e Documentador

DP - *Determiner phrase*

EF - Elocução formal

ES - Espírito Santos

GO - Goiás

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de desenvolvimento humano

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Iplanfor – Instituto de Planejamento de Fortaleza

L1 - Primeira língua

L2 - Segunda língua

MA - Maranhão

MEL - Mestrado em Estudos da Linguagem

MG - Minas Gerais

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

NORPOFOR - Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza

NP - *Noun Phrase*

PA - Pará

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PB - Paraíba

PB - Português Brasileiro

PE - Pernambuco

PE - Português Europeu

PEUL/RJ - Programa de Estudos sobre o Uso da Língua/ Rio de Janeiro

PI - Piauí

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PORCUFORT - Projeto Português Oral Culto de Fortaleza

PR - Paraná

RJ - Rio de Janeiro

RN - Rio Grande do Norte

RO - Rondônia

RR - Roraima

RS - Rio Grande do Sul

SC - Santa Catarina

SE - Sergipe

SP - São Paulo

TCLE - Termo de consentimento livre e esclarecido

TO - Tocantins

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 NO CEARÁ NÃO HÁ NEGROS – IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E LÍNGUA PORTUGUESA	19
2.1 PORTUGUÊS BRASILEIRO	21
2.2 IDENTIDADE CEARENSE: ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO.....	27
3 APORTE TEÓRICO PARA O ESTUDO DA CONCORDÂNCIA LOCATIVA.....	32
3.1 SOCIOFUNCIONALISMO	33
3.1.1 A Variabilidade Inerente	35
3.1.2 A Gramática de Valência	37
3.1.2.1 <i>Sujeito</i>	42
3.1.2.2 <i>Papéis Semânticos</i>	44
I. Agente	44
II. Paciente	44
III. Força	45
IV. Estímulo	45
V. Destinatário	46
VI. Beneficiário/ benefactivo	46
VII. Instrumento	47
VIII. Locativo	47
IX. Alativo	48
X. Ablativo	48

XI. Resultado	49
3.1.3 As Vozes Verbais	49
3.2 AS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO	51
3.2.1 Tópico Sujeito	52
3.3 CONCORDÂNCIA LOCATIVA.....	53
3.3.1 Concordância Locativa: fenômeno e estudos.....	55
4 METODOLOGIA.....	59
4.1 AS VARIÁVEIS.....	60
4.1.1 Variáveis linguísticas.....	61
<i>4.1.1.1 Locativo em posição pré-verbal</i>	<i>61</i>
<i>4.1.1.2 Tipologia verbal</i>	<i>61</i>
4.1.2 Variáveis extralinguísticas	61
<i>4.1.2.1 Sexo.....</i>	<i>61</i>
<i>4.1.2.1.1 Masculino</i>	<i>61</i>
<i>4.1.2.1.2 Feminino</i>	<i>61</i>
4.2 A NATUREZA DA PESQUISA.....	62
4.3 PORCUFORT-Fase 2 (Projeto Português Oral Culto de Fortaleza-Fase 2)	64
4.4 A COMUNIDADE DE FALA DA PESQUISA: FORTALEZA-CE	67
4.4.1 A população fortalezense quanto à raça.....	69
5 CONCORDÂNCIA LOCATIVA NA FALA CULTA FORTALEZENSE.....	74
5.1 VALÊNCIA VERBAL.....	74
5.2 VALÊNCIA, SEXO E FAIXA ETÁRIA.....	76
5.3 PRESENÇA OU NÃO DE PREPOSIÇÃO.....	84

5.4 SEXO.....	86
5.5 SEXO E VALÊNCIA VERBAL.....	86
5.6 PRESENÇA OU NÃO DE PREPOSIÇÃO E VALÊNCIA.....	87
5.7 FAIXA ETÁRIA E PRESENÇA OU NÃO DE PREPOSIÇÃO.....	88
5.8 PRESENÇA OU NÃO DE PREPOSIÇÃO, FAIXA ETÁRIA E SEXO.....	89
6 PALAVRAS CONCLUDENTES.....	91
7 REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO I – OCORRÊNCIAS ANALISADAS.....	106
ANEXO II – VALÊNCIA QUANTITATIVA DOS VERBOS PRESENTES NAS OCORRÊNCIAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, optamos por registrar sucintamente o percurso que nos conduziu ao tema com o qual estamos lidando. Entendemos que o registro deste trajeto explica os porquês de escolhas e pode motivar pesquisadores(as) que se sentem presos ao tema de ingresso em um programa de pós-graduação a se permitirem mudanças de rotas.

No meio do caminho teve uma mudança de rota, teve uma mudança de rota no meio do caminho.¹

Ao adentrar o Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, no Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), apresentei um projeto bem distinto da pesquisa ora apresentada. Na ocasião, intentava investigar os *ethos* muliebres e varonis em uma obra literária.

No ensejo dos estudos dos princípios funcionalistas, nas aulas do Mestrado em Estudos da Linguagem, nosso querido MEL, na disciplina de Teorias Linguísticas, da qual afortunadamente era ministrante a professora Dra. Léia Cruz de Menezes, debatíamos como o ambiente escolar ainda privilegia uma ficção de língua, parada no tempo e no espaço, e funciona como defensora de uma norma de prestígio inalcançável, contribuindo com a ideia de que existe um correto *versus* um errado; e, entre esses extremos, uma região nebulosa em que a variação e a mudança são apresentadas às vezes folcloricamente; outras vezes como licença poética; ou como característica de uma fala informal e até como degradação linguística. Nesse contexto, discutíamos como a perspectiva funcionalista era valiosa ao ensino de língua; por assumir uma visão de língua em uso – com falantes/escritores reais; em contextos reais de uso de uma língua natural.

Essas discussões me fizeram repensar o projeto com o qual fui aprovada no processo seletivo para o Mestrado, pois me tocaram como docente. Muitos temas foram

¹ Aqui estabelecemos intertextualidade com o poema *No meio do Caminho*, de Carlos Drummond de Andrade: No meio do caminho tinha uma pedra / tinha uma pedra no meio do caminho.

considerados como possibilidades de desenvolvimento de um projeto que me levasse a mergulhar em questões gramaticais. Navegamos pelos mares da estrutura marcada e não marcada e pelos metaplasmos até que nos deparamos com o fenômeno da *concordância locativa* a partir de escritos de Bagno (2016) e Avelar e Galves (2013), que conversavam com o seminário sobre *concordância*, cujo referencial teórico era Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), que apresentei na disciplina *Diversidade Linguística nos Espaços Lusófonos*, muito bem ministrada pelo professor Dr. Fábio Fernandes Torres. Para além dos componentes curriculares, também destaco o ambiente da Unilab em si como favorecedor de minha aproximação de temas como a formação do Português Brasileiro (PB) e características de línguas africanas que são constitutivas do Português que se fala no Brasil.

A indignação não pode ser uma mosca sem asas que não ultrapassa as janelas de nossas casas.²

Para além do interesse como docente em contribuir à compreensão da gramática da língua em uso, a mudança de rota também foi motivada pela indignação com a invisibilidade do povo negro na formação sociocultural brasileira; e, em especial, no Ceará. A importância da população negra escravizada na formação da principal marca identitária de um povo – sua língua materna – não pode ser perpetuamente silenciada por “máscaras de flandres”³, nem se reduzir a um extravaso que não sai dos limites de alguns poucos diálogos sobre o tema.

A proposição do tema *A concordância locativa no falar do fortalezense* nasce das leituras dos trabalhos de Avelar (2008, 2009), Avelar e Galves (2008, 2013), Bagno (2016), Baxter (1998), Castro (1965) Gonçalves (2012), Gonçalves e

² Aqui estabelecemos intertextualidade com a letra da canção *Indignação*, da autoria de Chico Amaral e Samuel Rosa, cantada pela banda Skank: A nossa indignação/ É uma mosca sem asas / Não ultrapassa as janelas / De nossas casas. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/skank/72885/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

³ Aqui fazemos alusão a um instrumento de tortura utilizado no período escravocrata: “Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo” (Kilomba, 2010).

Chimbutane (2004), Inverno (2004), Lipski (2008), Lucchesi (2015), Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), Pagotto (2007) e Petter (2009, 2023). Esses estudos apontam para a relação entre características inerentes ao PB e suas origens africanas, especialmente bantu. Segundo Avelar e Galves (2013), construções de inversão locativa no PB possuem padrão análogo a estruturas do português de Moçambique. Os autores assim expressam:

Apesar de não haver evidências inequívocas de que os padrões morfosintáticos comuns a variedades brasileiras e africanas do português resultem da transferência de estruturas comuns às línguas bantas, tais padrões corroboram, na linha sugerida por Petter (2009), a ideia de haver um continuum afro-brasileiro do português que precisa ser levado em conta na tentativa de explicar as propriedades singularizadoras do português brasileiro frente ao português europeu (Galves, 2013, p. 107).

Assim, partimos da hipótese de que, na variante culta do português brasileiro falada na capital do Estado do Ceará, Fortaleza, faz-se notar a concordância locativa, o que corrobora com a ideia de um *continuum afro-brasileiro do português*.

Isso posto, organizamos nossa pesquisa em seis capítulos, a contar com esta *Introdução*, que equivale ao capítulo 1. No capítulo 2, intitulado *No Ceará não há Negros – Identidade Étnico Racial e Língua Portuguesa* objetivamos discutir a relação de negação das influências africanas na construção da identidade brasileira, especialmente do estado do Ceará. No capítulo 3, intitulado *Aporte teórico para análise da concordância locativa*, dialogamos com pesquisas sobre a influência de línguas africanas na formação do português brasileiro e centramos atenção na perspectiva Sociofuncionalista e no conceito de valência verbal, apresentando as categorias de análise que utilizaremos no estudo da variante do português brasileiro do Estado do Ceará. No capítulo 4, intitulado *Metodologia*, explicamos a escolha do *corpus* com o qual trabalhamos e explicitamos o processo de busca do padrão oracional em estudo dentro do *corpus*. No capítulo 5, intitulado *Concordância locativa na fala culta fortalezense*, apresentamos os dados da pesquisa em termos quantitativos e procedemos à análise dos fatores internos e externos que entendemos relevantes para a compreensão do fenômeno em estudo. No capítulo 6, intitulado *Palavras concludentes*, tecemos comentários gerais dos dados aos quais chegamos nesta investigação e apontamos desdobramentos para estudos em âmbito de doutorado.

2 NO CEARÁ NÃO HÁ NEGROS – IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E LÍNGUA PORTUGUESA

Você ri da minha
roupa (ri da minha
roupa) Você ri do
meu cabelo (ri do
meu cabelo)
Você ri da minha
pele (ri da minha
pele)
Você ri do meu
sorriso
A verdade é que
você (todo o
brasileiro)
Tem sangue crioulo
Tem cabelo duro
Sará sará crioulo

Macau Oswaldo Rui da Costa. **Olhos coloridos**. In: Sandra de Sá. RGE discos: 1982.

Ao relatar sua experiência diaspórica no Ceará, cujo início se deu em meados de 2013, a Antropóloga Vera Regina Rodrigues, em texto intitulado “Entre a ‘Negra Nua’ e a ‘Cidade Negra’: notas etnográficas sobre identidade negra no nordeste do Brasil” (Rodrigues, 2017), relata que, ao vir morar no Ceará, sua identidade étnico-racial – o “ser negra” – passou a ser interseccionada com a identidade nacional; assim expressa a pesquisadora: “Se no meu percurso, digamos, migratório, entre o Sul, onde nasci, e o Sudeste, onde concluí minha formação acadêmica, não havia um “Você é brasileira?!”, agora no Nordeste, precisamente no Ceará, é o lugar que instiga essa reflexão”. (Rodrigues, 2017, p.64, 65).

Em estados como Bahia e Maranhão, também situados no Nordeste do Brasil, a escravidão e a presença africana são tidas como significativas, destaca Rodrigues; o que não ocorre no Ceará, pois o cearense se reconhece como mestiço, produto do mito da democracia racial.

O discurso que nega a existência de um povo negro no estado do Ceará tem fundo histórico bastante particular. O pesquisador Ratts (1996, p.3 e 22), assim

expressa:

Quanto aos negros, os historiadores reiteram a inexpressividade deste segmento na formação étnica e cultural dos cearenses devido, em síntese, à pequena demanda de mão-de-obra escravizada, já que a atividade básica era a pecuária (associada, em geral, ao trabalho livre), e a uma aludida “escravidão branda”, “sem eito e sem senzala”. Um fato que marca a história oficial do Ceará é a abolição formal da escravidão na província, em 1884, amplamente propagada por ter acontecido antes da promulgação da Lei Áurea (1888). [...] O senso comum exemplificado em frases como “no Ceará não há negros nem índios” foi intensamente reiterado como uma tradição que parece se perder no tempo. Contudo, esta invisibilidade posta para estes grupos étnicos pode ser investigada, desde a segunda metade do século XIX, em processos políticos e na produção dos intelectuais que privilegiaram fatos e versões da história dos índios e dos negros (Ratts, 1996, p.3 e 22).

A título de exemplo do quão importante parece ser ao povo cearense o distanciamento dos povos originários e dos negros, recordamos uma notícia que muito envaideceu alguns cearenses, pois o imaginário nórdico se fez manchete – literalmente, alimentando o ego Viking dos habitantes da “Terra do Sol”. Segue excerto do texto publicado no Jornal Diário do Nordeste, em 27 de julho de 2020, por Nicolás Paulino e Alessandro Torres⁴.

Figura 01 - Origem do cearense.

ORIGEM DO CEARENSE: NÓRDICOS SUPERAM ÍNDIOS E NEGROS NA GENÉTICA

Pesquisa inédita no Brasil analisou 160 amostras humanas de todas as regiões do Estado e revela que, mais do que índios e portugueses, a formação do cearense se deve a povos vikings que dominaram a Europa séculos atrás.

[...]

Mas se o Ceará tem predominância de ancestrais europeus, por que não há tantos cabelos loiros e olhos mais claros? A resposta, conforme Luís Sérgio Santos, está na dominância de genes. "O nosso índio tem uma genética muito forte. Ele 'dilui' o branco e cria o pardo. Esse gene ameríndio está em todos nós, em maior ou menor quantidade", garante.

O pesquisador acrescenta que os dados genéticos "só se sustentam" se tiverem amparo em levantamentos históricos para explicar os fluxos migratórios ao longo dos séculos. Por exemplo: o estudo mostra que, apesar da contribuição histórica na formação do brasileiro, o negro não teve tanta força no Ceará. As maiores influências são de bantos

⁴ Não adentramos aqui discussão acerca do mérito da pesquisa noticiada, coordenada pelo Professor Luís Sérgio Santos da Universidade Federal do Ceará (UFC). O pesquisador se valeu da metodologia GPS-DNA, criada pelo geneticista israelense-americano Eran Elhaik, consultor no estudo cearense. Destacamos aqui o modo noticiado pelo jornal, cujo foco é a negação de uma afrocearensidade, que se expressa historicamente no Estado do Ceará.

do Congo, na África subsaariana, e de outro povo que habitava a ilha de Madagascar. "Ele faz um fluxo interno no continente africano e acaba chegando por meio da escravidão".

Uma hipótese para a baixa influência do negro no Estado está na própria leitura de Parsifal Barroso. "O Ceará demorou muito a ser colonizado e é envolto por serras, o que o autor acha que retardou o processo de colonização. Além disso, nossa mão de obra era mais indígena. Quem cuidava da pecuária eram os índios, e praticamente não tinha agricultura por causa da seca", conta Luís Sérgio.

Fonte: Paulino e Torres (2020).

Mesmo que a região do atual Estado do Ceará tenha tido um número pequeno de escravizados africanos se comparada à realidade de outras províncias do Brasil Colônia, é fato a influência dos negros na religião, na música, na dança, na gastronomia brasileira, perceptível no Estado do Ceará. Mesmo timidamente, essa influência é admitida em livros de História que “contam” as histórias da construção do Brasil sob uma ótica eurocentrada. Quando o assunto é a língua portuguesa, no entanto, o reconhecimento da influência dos negros é, em geral, circunscrita ao léxico, a um inventário de palavras como “biboca, cafofo ou mocambo (forma de nomear uma casa simples), cafundó (lugar distante), calombo (calo na cabeça), cambada (grupo de pessoas), coroca (velho), fuçar (procurar), fulo (bravo), fuzuê (confusão)” (Santos, 2018). Palavras essas usadas pelo fortalezense.

É desse entendimento que nasce essa pesquisa: se na fala dos que habitam a região do Brasil que afirma a inexpressividade dos negros em sua formação étnica e cultural, há, para além do léxico, padrões morfossintáticos comuns a línguas bantu, a influência do português africano no português brasileiro deve respaldar o *continuum* afro-brasileiro do português sugerido por Petter (2009).

Voltemos ao relato da antropóloga Vera Rodrigues (2017), se no Ceará ela foi interpelada quanto a se era brasileira por ser negra; o que é a língua portuguesa falada pelos brasileiros não-negros – uma língua europeia? Falemos do português brasileiro.

2.1 PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco

Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro

Pronominais. Oswald de Andrade (1925).

Entendemos que todas as línguas modernas do mundo são frutos de contato entre línguas. Assim, o mito de pureza, que recai, principalmente, sobre as línguas europeias, não se sustenta sob as lentes da história dos povos. Percebemos que ainda parece haver, mesmo em estudos linguísticos, certo preconceito, que separa as línguas “crioulas” das “não crioulas” e as línguas europeias das línguas não europeias e, com isso, atribuem-se aos negros e povos originários as “deturpações” das línguas mais tradicionais. Por “tradicionais” fazemos menção às línguas que possuem prestígio, um valor no “mercado linguístico”.

Se assumirmos que as contribuições do povo africano na formação do português brasileiro geraram “deturpações”; conseqüentemente, há algo de excelência que foi maculado. Por esse mesmo raciocínio, é defensável a existência de uma “raça” superior a outra. Tais raciocínios estão presentes na história do povo brasileiro, a exemplo das cartas endereçadas ao Imperador D. Pedro II, pelo cearense José de Alencar. Como membro do Partido Conservador, o romancista e político assim justificou a manutenção do sistema escravocrata:

[...] a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contato, como pela transfusão do homem civilizado. Como os escravos ainda não foram educados, a emancipação precoce defendida por muitos será nefasta e ruinosa para o Estado brasileiro, para os proprietários agrícolas, bem como para os escravos eles mesmos, ainda não preparados para a liberdade (Duarte-Simões, 2009, p. 314-317).

Se o africano – escravo da raça branca – não estava preparado para a liberdade, o que dizer da sua língua: liberta para ser misturar à língua do colonizador? Acerca da formação do Português Brasileiro, doravante PB, é preciso também indagar: que língua portuguesa é essa que veio para o Brasil? As pessoas que vieram para cá eram, em sua maioria, da região norte de Portugal, região decadente e agrícola. E dentre os habitantes de lá, eram “escolhidos” os mais desvalidos, mais humildes, quase sempre analfabetos. No portal do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística, lê-se acerca do povoamento do território brasileiro nos séculos XVI e XVII:

Também, nesse mesmo período, Portugal incentivou a migração internacional forçada, o degredo, para suprir as deficiências do povoamento. Calcula-se que durante os dois primeiros séculos de povoamento, nas regiões centrais da colônia, como Bahia e Pernambuco, os degredados correspondiam a cerca de 10 ou 20% da população. Mas em áreas periféricas, como é o caso do Maranhão, essa cifra representava, aproximadamente, de 80% a 90% do total de portugueses da região. Nesse mesmo período, também vieram para o Brasil cristãos-novos e ciganos, ambos fugindo de perseguições religiosas (IBGE, 2024).

Essa visão clara dos portugueses “incentivados” por Portugal a habitar o Brasil faz-se fundamental para não incorrerem em contribuir para a visão de “deturpação” *da língua de Camões* por parte dos povos originários e dos africanos escravizados. O português brasileiro apresenta, em seu DNA, a língua portuguesa de lusitanos degredados, uma variante que não espelha a língua camoniana, bem como as línguas dos povos originários e as línguas dos povos escravizados. Acerca desses últimos, o seu quantitativo no todo da população brasileira é fator que aponta para a necessidade de estudar como as línguas dos escravizados atuaram na constituição do Português Brasileiro:

No continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro (IBGE, 2024).

O plurilinguismo é, de fato, um elemento central na construção da identidade brasileira, visto que em sua formação o território nacional vivenciou intenso contato entre múltiplas línguas e culturas. No período colonial, a convivência de línguas indígenas, africanas e europeias no mesmo espaço geográfico deu origem ao hibridismo linguístico que marcou a formação do PB.

Essa interação não foi homogênea nem pacífica, mas sim marcada por relações de poder e resistência. A imposição do português como língua oficial foi um esforço colonial para consolidar o domínio lusitano, que nunca gerou uma “pureza linguística”. A língua portuguesa passou por um fenômeno semelhante ao do latim, que originou as línguas neolatinas, entre elas o português. Também é importante ressaltarmos que esse latim foi estigmatizado, chamado de “vulgar”.

Nesse sentido, o PB incorporou elementos dessas diversas línguas, resultando em um idioma diverso, multifacetado e profundamente enraizado nas vivências locais. Assim, falantes de diversas línguas marcaram significativamente as singularidades do PB. Dentro desse escopo de influências advindas das línguas africanas no PB, encontra-se a sintaxe de concordância. Lucchesi (2009) assim expressa acerca do contato do PB com línguas africanas:

Não podemos pensar que a língua portuguesa não foi diretamente afetada pelo contato do português com as línguas africanas de uma forma bem ampla e representativa, até porque os afrodescendentes se integraram em todos os segmentos sociais e nos mais diferentes ramos da atividade econômica, em todas as regiões do país; concentrando-se, porém, na base da pirâmide social, em função das adversidades históricas que tiveram de enfrentar (Lucchesi, 2009, p.28).

Embora os estudos que apontam para a influência de línguas de povos africanos na emergência de características do português brasileiro sejam parte da agenda dos estudos linguísticos de modo expressivo (a exemplo dos trabalhos de Vogt; Fry, 1996; Fiorin; Petter, 2001, 2009; Lucchesi, 2009), o brasileiro continua a ver sua africanidade apenas na *feijoada*, no *fubá*, na *bagunça* ou no *denço*. Nesse sentido, Bagno (2016, p. 20) reitera que “ao longo de décadas negou-se ou minimizou-se, simplistamente, as contribuições linguísticas dos falantes de origem africana na formação do PB, reduzindo-as apenas a aspectos caricaturais, como as listas de palavras que foram incorporadas ao nosso léxico.” Dentro desse escopo das contribuições lexicais legadas por línguas africanas ao PB, Castro (1983, p.83) afirma que

os vocábulos de origem *kwa* (oeste africano) provêm majoritariamente de dois grupos linguísticos, *ewê* e *iorubá*, cuja introdução no Brasil é mais recente e foram faladas em uma área geográfica pequena. Por outro lado, as palavras de origem bantu são mais difíceis de identificação e análise linguística, visto que estão mais integradas ao PB e atingem linguisticamente uma área geográfica mais ampla (Castro, 1983, p.83).

A contribuição dos segmentos não brancos (africanos e indígenas) à formação do PB tem sido menosprezada, tanto por razões ideológicas, que consideram a superioridade do europeu colonizador; quanto por teorias imanentistas, que defendem que as mudanças no sistema linguístico possuem uma motivação interna, intrínseca ao sistema. Tais obstáculos ideológicos e teóricos, acentuam-se dadas as dificuldades

[...] de realizar pesquisas de campo que possam recolher evidências

empíricas consistentes da ocorrência no português brasileiro de processos de variação e mudança efetivamente induzidos pelo contato entre línguas, de modo que subsiste a lacuna acerca do real papel dos segmentos indíodescendentes e afro-brasileiros na história linguística do país (Lucchesi, Baxter e Ribeiro, 2009, p.27).

No que concerne aos aportes africanos no Brasil, Castro (1995) ressalta que evidências históricas indicam a presença dos povos bantu como a mais antiga, tanto em número como em distribuição geográfica pelo país:

A antiguidade dessa presença, favorecida pelo número superior de bantos na composição demográfica do Brasil colonial, tanto quanto por sua concentração em zonas rurais, isoladas e naturalmente conservadoras, foram importantes fatores de ordem social e histórica que tornaram a influência banto extensa e profunda no Brasil (Castro, 1995, p.29).

Castro ressalta também que as mais notáveis manifestações culturais identificadas como *brasileiras autênticas* revelam a importância do povo falante de línguas bantu:

Essa penetração está no ritmo do samba, como símbolo da musicalidade brasileira, e na capoeira, dança marcial elevada recentemente à condição de esporte nacional. Suas modalidades – capoeira angola e regional –, que na Bahia tiveram seus legítimos representantes e divulgadores, respectivamente, mestre Pastinha (Vicente Ferreira Pastinha) e mestre Bimba (Manoel dos Reis Machado), são praticadas em numerosas "academias" e ensinadas em classes de educação física como parte integrante de currículos escolares, inclusive em universidades. De origem banto também é o berimbau, arco musical monocórdio que marca o ritmo e os toques da capoeira, assim como é evidente a influência de Angola na temática de seus cantos em louvor a Aruanda, ou seja, Luanda, mas no sentido de África mítica, morada dos ancestrais. Da mesma maneira são características da música no Brasil os vibrafones denominados de reco-reco e cuíca, instrumentos indispensáveis para a composição das "baterias", as orquestras de percussão das escolas de samba dos carnavais brasileiros (Castro, 1995, p.29).

No que tange a esse descaso, menosprezo e obscurecimento do impacto africano e de seus descendentes sobre o português brasileiro, concordamos com Bagno (2016) quando ele os associa a invisibilidade linguística e sociolinguística da população negra ao longo de nossa história ao racismo profundamente entranhado em nossa sociedade. Nas palavras do autor, lemos:

Embora no plano social o Brasil seja um país impregnado de racismo, no plano linguístico as diferenças que separam as variedades urbanas privilegiadas das demais, estigmatizadas, são de ordem socioeconômica: a gramática dos negros pobres e dos brancos pobres é a mesma (Bagno, 2016, p. 23).

Ainda acerca dos estudos que apontam para a influência de línguas de povos africanos na emergência de características do português brasileiro, mencionamos a discussão acerca das hipóteses norteadoras dos estudos sobre se há ou não influência de línguas africanas na formação do português brasileiro: a *hipótese da deriva* e a *hipótese do contato*. Com base na *hipótese da deriva*, os fatores responsáveis pela emergência de marcas gramaticais intrínsecas ao português brasileiro estariam atrelados a marcas do português europeu (PE), tratando-se, portanto, de uma *deriva* relativa à evolução natural das línguas românicas de modo geral. Nas palavras de Naro e Scherre (2007), lê-se:

No português do Brasil inexistente influência gramatical específica de qualquer língua africana, ou de língua de qualquer outra proveniência não portuguesa, como também não existe nenhuma forma ou estrutura inteiramente nova criada por um processo geral de simplificação durante a fase de aquisição da língua (Naro; Scherre, 2007, p. 182).

Com base na *hipótese do contato*, “as dinâmicas de contato interlinguístico tiveram um papel fundamental na emergência de propriedades do português brasileiro, em particular aquelas que marcam as suas variedades populares, aí se destacando os aspectos mais gerais da sintaxe de concordância.” (Avelar; Galvez, 2013, p.103).

Nas últimas décadas, fazem-se notar estudos que apontam para a hipótese do *contato*, como os de Guy 1989; Holm 1987, 1992; Lucchesi 2009; Mattos e Silva (2002). Entre esses estudos, citamos os empreendidos por Bagno (1997), com a discussão acerca do impacto das línguas bantu na formação do PB; por Avelar (2009), que adotou pressupostos do Programa Minimalista de Chomsky para tratar da inversão locativa e sintaxe de concordância no PB; por Avelar e Cyrino (2008), que discorrem sobre os locativos preposicionados em posição de sujeito como uma contribuição das línguas bantu à sintaxe do PB; por Galves (1998) e por Avelar e Galves (2011), que desenvolveram pesquisa sobre o tópico e a concordância no PB e no PE; por Gonçalves (2004), que teceu reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação do léxico português; por Inverno (2004), que discorreu sobre o português vernáculo do Brasil e de Angola e as oposições entre a reestruturação parcial e a mudança linguística; por Lipsky (2008), que seguiu caminho semelhante e investigou os vínculos linguísticos afro-lusitanos entre Angola e Brasil; por Pagotto (2007), que discutiu a relevância do contato linguístico para a constituição do português do Brasil; por Petter (2015), que defende a existência de um *continuum* linguístico, constituído pelas línguas crioulas de Cabo

Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e as variedades de língua portuguesa angolana, moçambicana e brasileira; por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) e por Lucchesi (2015), que trataram do contato linguístico do português com as línguas africanas e suas contribuições para o surgimento de uma gramática não inteiramente original, como ocorre nos casos de criouliização, mas que, ainda assim, afetaram a língua portuguesa no Brasil.

De acordo com Avelar e Galvez (2015), dentre as marcas gramaticais resultantes do contato da língua portuguesa falada em território brasileiro com as línguas dos povos escravizados, encontram-se:

(i) **construções de tópico-sujeito, especificamente os casos em que termos com interpretação locativa ou possessiva ocupam a posição de sujeito e concordam com o verbo;** (ii) emprego de preposição em junto a complementos de verbos de movimento, bem como a variação entre ausência e presença de preposição na complementação de tais verbos; (iii) predicados dativos com duplo objeto; (iv) sintaxe pronominal, em particular no que tange à variação morfológica na forma dos pronomes em função da sua marca casual/função sintática; (v) nomes sem determinante (os chamados nomes nus) singulares em posição argumental (Avelar; Galves, 2015, p. 244, grifo nosso).

Destacamos que a marca do português brasileiro em foco neste trabalho apresenta-se em posição discursiva de *tópico-sujeito* e se trata de *fenômeno variável*:

O português brasileiro apresenta sujeitos derivados em sentenças ativas, elementos mais conhecidos pelo termo “tópico-sujeito”, cunhado em Galves (1998) a partir de dados apresentados em Pontes (1987). Os tópicos-sujeito podem ser locativos (1a) ou genitivos (2a) que foram “promovidos” à função de sujeito, como se nota a partir da comparação com as contrapartes em (1b) e (2b): (1) a. Essas casas batem muito sol. b. Bate muito sol nessas casas. (2) a. A mesa quebrou o pé. b. Quebrou o pé da mesa (Andrade, 2017, p. 12).

Em conclusão a este capítulo, faremos um breve relato do período escravocrata no Estado do Ceará; a fim de ratificar a importância desta pesquisa na desmitificação de que *no Ceará não há negros*; o que, por consequência, resulta na negação de marcas de línguas africanas no falar fortalezense.

Bem, há ou não negros na formação da identidade do povo cearense?

2.2 IDENTIDADE CEARENSE: ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO

Se preto de alma branca pra você
 É o exemplo da dignidade
 Não nos ajuda, só nos faz sofrer
 Nem resgata nossa identidade

Identidade. Compositor: Jorge Aragão.
 1993

O Ceará passou por um processo de “apagamento histórico intencional do povo negro”, como destaca Barreto (2023, p.14) e esse apagamento tem raízes no racismo sistemático, daí a ideia, entre os habitantes das terras alencarianas, de que, se existiram negros no Ceará em algum momento da história, já não há mais negros no Ceará. Nesse sentido, impera a ideia do estado ser a *Terra da Luz*, em alusão ao *Iluminismo*, e por isso ter abolido precocemente a escravidão, como se esse fato apagasse a presença negra no estado, redimindo-nos da vergonha de sermos partícipes do sistema escravista colonial. A análise de Barreto, coaduna com a de Ratts (1996), que assim expressa:

Os índios pontuam a historiografia e a literatura como etnia influente no sangue e na índole dos cearenses, mas os aldeamentos indígenas foram considerados oficialmente extintos logo após a promulgação da Lei de Terras (1850). Quanto aos negros, os historiadores reiteram a inexpressividade deste segmento na formação étnica e cultural dos cearenses devido, em síntese, à pequena demanda de mão-de-obra escravizada, já que a atividade básica era a pecuária (associada, em geral, ao trabalho livre), e a uma aludida “escravidão branda”, “*sem eito e sem senzala*”. Um fato que marca a história oficial do Ceará é a abolição formal da escravidão na província, em 1884, amplamente propagada por ter acontecido antes da promulgação da Lei Áurea (Ratts, 1996, p.3).

O historiador Barreto discute o ensino de história no Estado do Ceará, categorizando-o como uma narrativa hegemonicamente brancocêntrica:

que, quando não invisibilizou, desqualificou a função social do negro tanto quanto o estigmatizou, associando-o à escravidão, à subserviência e à incapacidade intelectual quase como uma relação inerente. Contribuindo para a (re)produção de um conhecimento histórico escolar pautado nos discursos raciais presentes nessa produção, afirmando uma historiografia racializada que patrocinou uma memorialização sobre os negros cearenses vinculada à escravidão, estruturando uma imagem de inferiorização racial e de uma identidade vitimista, vexatória, humilhante e intrinsecamente relacionada a escravidão (Barreto, 2023, p. 10).

Em Ratts (1996, p. 4), encontramos uma explicação para termos uma historiografia cearense brancocêntrica; lemos:

essa invisibilidade é decorrente do menor interesse de pesquisadores quanto à presença dos negros em nosso estado e a reiteração da ideia de que não há negros no Ceará, que aqui tivemos uma escravidão branda, sem senzala. Tais discursos são contraditos por indícios historiográficos e pela existência de grupos negros em vários municípios. (Ratts, 1996, p.4)

O ensino ficou circunscrito a marcos históricos que abrigam as discussões étnico-raciais no Ceará em datas de Libertação. Barreto (2023, p.26, 27) destaca os seguintes marcos: (1) 28 de setembro: Lei do Ventre Livre (1871); (2) 24 de maio: Libertação dos escravizados de Fortaleza (1883); (3) 25 de março: Libertação dos escravos no Ceará (1884); (4) 13 de maio: Lei Áurea (1888).

Tais “marcos” constroem a imagem de um processo civilizatório protagonizado pela elite, apagam o protagonismo do negro como sujeito político ativo e deixam ao largo a violência do regime escravocrata e suas consequências para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, tira do foco das discussões as influências das línguas africanas na formação do Português Brasileiro.

A literatura cearense da primeira metade do século XIX também corroborou à construção de uma imagem bondosa de donos de escravos, que tinham de lidar com negros indóceis e ingratos. Obras de José de Alencar, como o *Demônio Familiar* (de 1857), é um exemplo disso. A peça *Demônio Familiar* apresenta a personagem Pedro, um escravo particular (doméstico) de um médico recém-formado. Na peça, Pedro é o responsável pelos encontros e desencontros amorosos na família do seu amo: ora separando casais; ora juntando-os. Depois de muitas intromissões no seio da família, Pedro é alforriado; o que é apresentado como um castigo, uma vez que o garoto agora estaria por sua conta no mundo, sem a proteção da família que o *acolhia*. Assim, constrói-se a imagem da “escravidão branda” – que visa acolher, proteger e civilizar.

Entre essa narrativa eurocentrada e irrealista e a realidade histórica, há um fosso. Por exemplo, Souza (2006) empreendeu uma análise de inventários de proprietários de terras estabelecidos no Ceará a partir da qual constatou que pretos e indígenas estavam entre as posses de tais proprietários; assim, tais documentos atestam uma convivência entre negros e indígenas como mão de obra nas fazendas nos séculos XVIII e XIX:

No sertão cearense, negros da terra e da África dividiram o mundo do trabalho com a predominância, até meados do século XVIII, de indígenas, e no XIX, da escravidão africana e afrodescendentes,

somando-se a esses um contingente de negros livres que buscavam os sertões cearenses (Souza, 2006, 36).

Na Revista do Instituto do Ceará, João Nogueira relata a performance dos Congos em Fortaleza, que durou até 1880. Os Congos entoavam cânticos em devoção em frente à Igreja do Rosário, reverenciando a divindade banto Zambi Apungo e a Rainha Ginga (Nzinga). Adicionalmente, D. José Tupinambá da Frota faz menção aos "Reis Congos", ao falar sobre a Irmandade e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Sobral, estabelecidas em 1760. Esses Reis Congos seguiram se apresentando até 1889. “Outras associações religiosas de afrodescendentes também surgiram no século XIX em locais como Fortaleza, Aracati, Quixeramobim, Barbalha e Crato, acolhendo tanto homens livres quanto escravos”. (Ratts, 1996, p.40).

O trabalho de Matias, Silva e Ribeiro (2019 p.380, 381) documentam a presença de negros no Estado do Ceará a partir dos dados da Fundação Palmares. Tais dados indicam a existência de 85 comunidades quilombolas reconhecidas e 43 certificadas no Ceará. Para as autoras, “essas comunidades são marcas concretas da luta negra que atravessou o tempo e se mantém na resistência”.

Uma dessas marcas é a comunidade remanescente de quilombo de Conceição dos Caetanos, em Tururu, apresentada por Ratts (1996, p.7) como um desses redutos negros no estado. Distante cerca de 113km de Fortaleza, atualmente os 800 hectares de terra são responsabilidade da bisneta de Caetano⁵, Maria da Conceição, e abrigam 230 famílias nucleares.

Figura 02 – Casa de farinha na comunidade Conceição dos Caetanos



Fonte: Site Ceará em Fotos (2013)⁶.

⁵ Caetano José da Costa adquiriu o terreno em 1887, três anos após a abolição da escravatura no Ceará.

⁶ Disponível em: https://th.bing.com/th/id/OIP.O8wxxEM7GLK-bkHVK_6BQgHaFj?rs=1&pid=ImgDetMain. Acesso em: 16 mar. 2024.

Segundo Castro (1995), o perfil da nacionalidade brasileira tem, na matriz africana, sua mais importante fonte de configuração, apesar de nossa ancestralidade indígena e da influência de imigrantes europeus e asiáticos no Sul do país. Sob essa ótica interpretativa, Castro defende a importância de considerar a *ação linguística dos falantes africanos e seus descendentes* no Brasil sem reações racistas e classistas, premissa sob a qual alicerça-se este estudo.

Nesse sentido, Lucchesi (2015) enfatiza que a divisão entre *a língua do colonizador e as línguas faladas por indígenas e africanos* reflete-se no Brasil até a contemporaneidade, estando ancorada nos primórdios de nossa história – aludindo, assim, à base do projeto colonizador português: a escravização. Nas palavras do autor, lemos:

Durante quase quatro séculos, um terço da população do Brasil, formada por senhores europeus, implementou um projeto colonial baseado na escravidão da população autóctone e de povos africanos. Essa violenta divisão original da sociedade brasileira deu ensejo a um fosso linguístico entre a língua do colonizador e as centenas de línguas faladas por indígenas e africanos. A dominação física e a sujeição espiritual implicaram a submissão linguística de indígenas aculturados e africanos escravizados, de modo que os descendentes destes últimos foram abandonando a língua de seus antepassados e adotando como materna a língua do colonizador, conquanto guardassem as marcas de sua aquisição imperfeita e nativização mestiça (Lucchesi, 2015, p.22 e 23).

Com base no que aqui apresentamos, essa pesquisa, para além de coadunar com a compreensão de que o português brasileiro foi afetado de forma ampla e representativa pelas línguas africanas, contrapõe-se à ideia segundo a qual as línguas dos povos escravizados marcaram significativamente as singularidades do PB *principalmente no que concerne às variedades populares*. Entendemos que a concordância locativa é fenômeno sintático presente na variedade considerada culta do português falado na capital do Ceará, Fortaleza.

Esta pesquisa, portanto, enseja contribuir ao reposicionamento do povo negro no cotidiano dos cearenses à medida que investiga como a concordância locativa, uma marca das línguas Bantu, se efetua na fala dos nascidos e criados na capital do estado, Fortaleza.

3 APORTE TEÓRICO PARA O ESTUDO DA CONCORDÂNCIA LOCATIVA

A língua é minha pátria
 E eu não tenho pátria, tenho mátria
 E quero frátria
 Poesia concreta, prosa caótica
 Ótica futura
 Samba-rap, chic-left com banana
 (Será que ele está no Pão de Açúcar?)
 Tá 'craude', brô
 Você e tu, lhe amo
 Que qu'eu te faço, nego?
 Bote ligeiro!
 (Yê-yeah-yê-ah)
Língua. Caetano Veloso (1984).

A ordenação direta dos sintagmas na construção de construtos oracionais na língua portuguesa é sujeito-verbo-complemento-circunstanciais (SVCC). A chamada ordem direta corresponde ao arranjo sintagmático no qual os falantes nativos da língua portuguesa mais rapidamente compreendem uma determinada informação. Assim, mesmo em linguagem poética, é bem mais fácil a compreensão de que “Às margens plácidas do Ipirangam” ouviram “um brado retumbante de um povo heróico” do que o construto “Ouviram do Ipiranga às margens plácidas de um povo heróico um brado retumbante”, conforme está expresso na 1ª estrofe do Hino Nacional Brasileiro. O verbo “ouvir” necessita, daquele que ouve e da coisa ouvida, é divalente.

A chamada ordem direta, portanto, corresponde à organização sintagmática em que o espaço sintático-semântico à esquerda do verbo é ocupado por um sintagma nominal na função de sujeito e o espaço sintático-semântico à direita do verbo é ocupado pelo complemento verbal. Essa estrutura coaduna com a chamada valência verbal (Borba, 1996), segundo a qual o verbo abre casas argumentais (slots) a serem preenchidas na estrutura de superfície da língua, no plano da expressão.

A estrutura sintática objeto desta pesquisa é um fenômeno variável. A matriz valencial de um verbo contém um número fixo de argumentos, preenchidos por itens cuja estrutura conceitual permite vários tipos de relações; por exemplo “*tossir* e *levitar* são verbos de um argumento; da relação P(A) entre eles resulta a classe *ação* para *tossir* e *processo* para *levitar*. Assim, a matriz valencial para *tossir* é *tossir-Agente* e para *levitar*

é *levitar-Objetivo*” (Borba, 1996, p.66). No caso em estudo, a matriz valencial passa a ter um circunstante ocupando o espaço sintático-semântico de um argumento. Para ilustrar, recorreremos a um dos exemplos do fenômeno da concordância locativa citado por Bagno em seu artigo “O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro” (Bagno, 2016): “Algumas concessionárias tão caindo o preço [do carro]”. O verbo *cair* é divalente: *algo ou alguém* (Argumento 01) *cai de/em algum lugar* (Argumento 02). No lugar da construção *O preço dos carros* (Argumento1) **estão caindo em algumas concessionárias** (Argumento 02), tem-se que o argumento 02 passa ao lugar do argumento 01, sem preposição, o que gera a concordância verbal com o item lexical semanticamente indicativo de lugar.

Partimos de duas hipóteses centrais: 1. a concordância locativa dá-se com verbos divalente, o que significaria o alçamento de um complemento verbal semanticamente locativo ao espaço sintático-semântico de sujeito; 2. a concordância locativa é fenômeno variável.

Com base nessas duas hipóteses, valemo-nos de pressupostos do sociofuncionalismo e do aporte conceitual da Gramática de Valências para o Português, de modo a compreender essa estrutura sintática.

3.1 SOCIOFUNCIONALISMO

“Su fervor por la palabra escrita era una urdimbre de respeto solemne e irreverencia comadrera. Ni sus propios escritos estaban a salvo de esa dualidad”⁷
(Marquez, 2017, p.416)

Nosso trabalho está ancorado nos pressupostos metodológicos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo de vertente norte-americana. Nesse sentido, discutiremos, nesta subseção, as premissas que constituem ambos,

⁷ Seu fervor pela palavra escrita era uma trama de respeito solene e irreverência de comadres. Nem seus próprios escritos estavam a salvo dessa dualidade” Tradução nossa. Neste trecho, Gabriel García Márquez descreve a relação ambivalente de Aureliano Buendía com a palavra escrita. A ideia de que a escrita é uma "trama de respeito solene e irreverência de comadres" reflete uma dualidade no uso da linguagem, que ressoa diretamente com o conceito central do sociofuncionalismo, especialmente no que se refere à variação e à mudança linguística. A dualidade na relação com a palavra escrita é uma metáfora poderosa para a maneira como a linguagem varia e se adapta ao contexto social, um dos princípios essenciais tanto da Sociolinguística Variacionista quanto do Funcionalismo.

bem como as divergências e convergências das duas teorias e seus pressupostos teórico-metodológicos que, em conjunto, corroboram para a abordagem sociofuncionalista desta pesquisa.

Segundo Görsky e Tavares, a abordagem sociofuncional envolve a articulação entre os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo norte-americano a partir de uma “conversa na diferença”:

A orientação de pesquisa denominada “sociofuncionalismo” tem se dedicado à investigação de fenômenos de variação e de mudança linguística. Essa orientação de pesquisa busca articular, para a análise e a explicação de fenômenos variáveis, pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista e do funcionalismo linguístico norte-americano/linguística baseada no uso (Görsky e Tavares, 2013, p.79).

Trabalharemos, portanto, com a língua em uso, pilar sobre o qual o modelo funcionalista se firma; e, mais especificamente, com a perspectiva *Sociofuncionalista*, uma vez que esta busca as motivações de diferentes naturezas (fonológicas, morfológicas, morfossintáticas, sintáticas, semânticas) para explicar fenômenos gramaticais. Tanto para o Funcionalismo como para a Sociolinguística, há o primado da língua em uso:

Além da questão da variabilidade inerente, existem vários pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística e do Funcionalismo que guardam semelhança e, assim, podem ser relacionados para o estudo de fenômenos de variação e de mudança linguística. Entre tais pressupostos, destaca-se a centralidade atribuída ao uso linguístico, uma das pedras angulares tanto da Sociolinguística quanto do Funcionalismo. Para ambas as teorias, o que deve ser alvo das investigações é a língua em uso, em detrimento de qualquer idealização de como a língua deveria ou poderia ser usada (cf. Hopper, 1987; Labov, 2008 [1972]; Poplack, 2011). Assim, o objeto de estudo tanto de pesquisadores sociolinguistas quanto de pesquisadores funcionalistas é a língua utilizada em situações reais, de fala e de escrita, em que indivíduos reais interagem (cf. Bybee; Hopper, 2001; Labov, 2008 [1972]) (Görsky; Tavares, 2013, p.88).

Desde meados da década de 80, uma orientação de pesquisa que pode ser denominada “sociofuncionalismo” vem se dedicando à investigação de fenômenos de variação e de mudança linguística, buscando articular, para a análise e a explicação desses fenômenos, pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista e do funcionalismo linguístico norte-americano ou, em sua denominação mais recente, linguística baseada no uso (Tavares, 2013, p.28).

A sociolinguística variacionista, cujos fundamentos foram estabelecidos por

Weinreich, Labov e Herzog, surgiu nos Estados Unidos e rompeu com o axioma da homogeneidade linguística e da imanência ao postular o princípio da heterogeneidade ordenada. Tal princípio se manifesta e é captado na comunidade de fala e retoma a ideia de Meillet de que mudanças na estrutura linguística refletem mudanças na estrutura social (Görsky e Tavares, 2013, p.80-81).

A visão funcionalista, por sua vez, destaca-se na tradição antropológica americana a partir dos trabalhos de Sapir e Whorf. É ali também, nos Estados Unidos, que várias escolas funcionalistas surgem, tendo como referência Givón, Thompson, Chafe, Hopper, Lakoff e Langacker (Carvalho e Barbosa, 2021, p. 74). Dentro desse escopo, Görsky e Tavares ressaltam o seguinte:

[...] a década de 1970 presencia o movimento funcionalista liderado principalmente por Givón (1979) - e engrandecido por Hopper, Traugott, Thompson, Bybee, entre outros -, que postula a não autonomia da estrutura, a correlação icônica entre função e forma no sentido de que a forma da língua é determinada pela função a que ela serve, e a descrição da linguagem humana a partir de princípios comunicativos (Görsky e Tavares 2013, p. 81).

Essa abordagem funcionalista norte-americana defende uma linguística que analisa a língua segundo seu uso, considerando tanto o contexto linguístico como a situação extralinguística. Assim, a gramática é um construto moldável, internalizado, fruto das formações advindas da língua em uso, do discurso e experiências linguísticas acumuladas ao longo da vida. É, portanto, um sistema aberto, veementemente passível à mudança e influenciado pelos usos diários. (Cunha e Tavares, 2016)

A denominação “sociofuncionalismo”, por sua vez, nasceu no âmbito do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/RJ), para se reportar a pesquisas que incorporavam pressupostos da sociolinguística variacionista e do funcionalismo norte-americano, com foco na análise de tendências de uso variável como espelho da organização do processo comunicativo (Neves, 1999).

3.1.1 A Variabilidade Inerente

Estou farto do lirismo que pára e vai
averiguar no dicionário o cunho vernáculo
de um vocábulo. Abaixo os puristas
Todas as palavras sobretudo os

barbarismos universais
 Todas as construções sobretudo as
 sintaxes de exceção
 Todos os ritmos sobretudo os
 inumeráveis⁸ (Bandeira, 1993, p.129)

O primeiro pressuposto sobre o qual nos debruçamos é o da variabilidade inerente. Para Labov (1966, 1972, 2006), a língua é um advento social que se impõe aos falantes coercitivamente à medida que são submetidos a um sistema linguístico e a variação linguística inerente à língua é imprescindível a seu funcionamento, podendo se efetivar nos diversos níveis linguísticos: lexical, morfológico, fonético/ fonológico, sintático e discursivo. Em seus trabalhos, o linguista arrazoa sobre dois tipos de variação: a social, que se vincula aos diversos grupos; e a estilística, atrelada aos contextos de fala.

Dessa forma, a variabilidade inerente concerne à coexistência de formas alternativas para um significado único ou para a mesma função linguística na gramática de um mesmo falante. Tais formas são usadas variavelmente, mas apresentam uma regularidade estatística. (Görsky e Tavares, 2013, p.87). Essa variabilidade, segundo Bybee (2012) é um relevante ponto de intersecção entre o Funcionalismo linguístico e a Sociolinguística Variacionista, duas abordagens teóricas que, por vezes, se complementam na análise linguística. Enquanto o Funcionalismo linguístico enfatiza a relação entre a forma e função da língua, a Sociolinguística variacionista centra atenção na variação linguística dentro de um contexto social. (Labov, 2008)

Portanto, a variabilidade é um conceito usado para referir-se à variação natural de uma língua a despeito das condições sociais ou culturais (Tagliamante e Baayen, 2012). Dessa forma, a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo Linguístico compartilham o interesse pela variação linguística e seu nexos com a função da língua (Bybee, 2010).

⁸ O poema de Manuel Bandeira pode ser visto como um manifesto poético que celebra a variabilidade inerente da linguagem, rejeitando a rigidez e abraçando a diversidade que Labov considera essencial para o funcionamento da língua. No entanto, Bandeira falha ao rotular variações linguísticas legítimas como "barbarismos". Isso é uma forma de ignorar a importância dessas variações para o dinamismo e a vitalidade da língua, além de perpetuar uma visão elitista e excludente da linguagem.

3.1.2 A Gramática de Valência

As análises e dados desta pesquisa serão descritos a partir dos conceitos da gramática de valência, que considera o verbo como elemento central da sentença, dando-lhe unidade estrutural, unindo todos os elementos ao seu redor em um só feixe. A noção de que a sentença tem o verbo como cerne

[...] tem sido bastante estudada a partir de Tesnière (1959), com sua ‘gramática de dependência’, e tem tido desenvolvimento na chamada ‘gramática de valências’ (Helbig, 1971; 1978; 1982; Engel, 1969. 1977), à qual se liga uma gramática de casos’ (Filmore, 1968, 1971, 1977); Anderson, 1971, 1977; Cook, 1979). Entretanto, diz Fläming (1971), já antes de Tesnière se trabalhava com o conceito de valência: em 1981, com J. W. Meiner, colocava-se o verbo como centro da oração, e o sujeito entre os complementos; em 1934, com K. Bühler, que já fala em ‘valência sintática’, considerava-se que determinadas classes de palavras abrem em torno de si lugares vazios que devem ser preenchidos por palavras de outras classes (Neves, 2013, p. 39).

No que concerne à valência, Borba (1990, p.21) afirma que ao “conjunto de relações estabelecidas entre o verbo e seus constituintes indispensáveis” dá-se o nome de valência, ao que Toguchi (2016) complementa dizendo que tais constituintes indispensáveis às vezes estão explícitos e outras vezes são retomados por nosso conhecimento de mundo.

Para Neves (2002), a gramática de valências é uma gramática de dependências que inclui a noção dos papéis casuais e considera quatro princípios básicos: a centralidade do predicado, a subcategorização de predicados, a demanda de argumentos pelo predicado e a conexão semântico-sintática dos argumentos com o predicado. Borba (1996, p. 20-21) divide a valência em três níveis:

1º *Valência quantitativa, valência lógica ou lógico-semântica* – Nível mais geral e abstrato que diz respeito ao número de argumentos que um predicado pode ter (ex. P(A), P(A1, A2), P (A1, A2, A3), P(A1, A2, A3, A4). Desse ponto de vista um item lexical pode ser avalente ou monovalente, divalente, trivalente e tetravalente (Borba, 1996, p. 21).

2º *Valência qualitativa, valência sintática ou morfossintática* – Trata-se das características dos actantes, do preenchimento das casas vazias por determinadas classes com determinadas propriedades morfológicas (ex: predicado + A (=N); P + A1(=N) + A2 (=O); P+ A(=Sprep), etc.). Este nível trata da função sintática (pronominalização, ordem, etc.), das classes que preenchem os argumentos (N, Adj, Adv, O, etc.); das propriedades morfossintáticas dos itens que preenchem os argumentos (N, Prep +N; -Prep + N) (Borba, 1996, p. 21).

3º *Valência semântica* – É deduzida da observação das regularidades ou compatibilidade das unidades que operam nas sequências. Diz respeito às características categoriais (traços que compõem cada uma das categorias:

N+anim; +hum; +cont, etc.), às funções temáticas (=papéis) como agente, causativo, beneficiário, experimentador, etc., e às restrições seletivas que determinam quais classes/subclasses de itens que, funcionando como P, coocorrem ou se excluem com quais classes/subclasses de itens que, por sua vez, preenchem os argumentos (ex: um verbo da subclasse X combina-se com um argumento: Ag/b, e seleciona o traço Y) (Borba, 1996, p. 22).

Assim, podemos entender a valência como a relação entre o verbo e os constituintes oracionais obrigatórios. Dentro desse escopo, em uma oração temos o sujeito, o verbo com seus objetos, complementos tradicionais, e os complementos circunstanciais (de tempo, lugar, modo, companhia etc). Nesse sentido, o lexema implica lugares vazios aos quais chamamos argumentos. Sobre isso, Silva (2023, p.42 e 43) frisa que

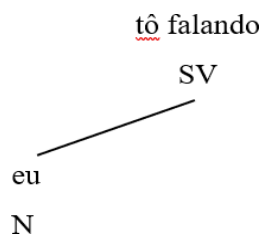
[...]os tradicionalmente chamados “complementos” do verbo, entre os quais se inclui o sujeito na teoria de valências, são considerados variáveis do verbo, a saber, constituem lugares vazios previstos pela semântica do verbo, que devem ser atualizados lexicalmente na estrutura frasal (Silva, 2023, p. 42)

A esses lugares vazios, a gramática de valência chama de actantes. Nessa perspectiva, Neves (2002) expõe que o verbo tem a peculiaridade de demandar actantes e que a quantidade de actantes demandados constitui o que Tesnière define como valência do verbo. Enquanto os actantes, ou argumentos indispensáveis, ou argumentos obrigatórios são em número limitado, os circunstanciais, elementos adverbiais, não estipulados pela valência verbal, são em número ilimitado.

Dessa forma, quando o verbo abre apenas uma casa argumental obrigatória, demandando apenas um actante, dizemos que se trata de um verbo monovalente, conforme exposto no exemplo a seguir:

[1]. eu tô falando (porcufort2_inq.18_ef_f_22 a 35 anos)

No exemplo acima, o verbo é considerado monovalente porque abre apenas uma casa argumental, a de sujeito, ocupada pelo pronome *eu*. O esquema abaixo permite melhor visualização dessa monovalência.

Figura 03 – Esquema valencial.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A ocupação do A₁ (Actante 1) considera uma relação lógica fundamental, inerente à valência lógico-semântica da locução verbal “tô falando”. A ocupação da casa argumental vazia na sentença pode ser explicitada por uma lógica relacional. Nesse caso, essa relação pode ser definida como X tá falando. X está na posição de A₁ e a valência da locução verbal não demanda nenhum outro actante.

O verbo é divalente⁹ quando solicita dois argumentos, conforme é visto em:

[2]. eu já fiquei presa nessa sala (porcufort2_inq.18_ef_f_22 a 35 anos)

Na oração acima temos duas casas argumentais abertas pelo verbo:

alguém fica preso em algum lugar (X fica preso em Y).

Da mesma forma, um verbo trivalente solicita três argumentos ou actantes, conforme em:

[3]. infelizmente acontece de o empregador não repassar o dinheiro pro garçom certo? (porcufort2_inq.18_ef_f_22 a 35 anos)

Alguém (argumento 1) repassa algo (argumento 2) para alguém (argumento 3). A estrutura relacional do verbo repassar pode ser expressa como X repassa Y para Z.

Por fim, um verbo tetravalente¹⁰ abre quatro casas argumentais que devem ser preenchidas, da seguinte forma:

⁹ Os termos divalente e bivalente são usados na literatura linguística para referir-se ao verbo que demanda dois argumentos.

¹⁰ Não há consenso quanto à existência de verbos tetravalentes. Alguns autores limitam o número máximo de actantes a três por verbo.

[4]. Rodrigo traduziu o poema do inglês para o português.

X (A₁) traduziu Y(A₂) de W (A₃) para Z (A₄).

Por sua vez, um verbo é avalente quando não necessita nenhum actante como

complemento.

[5]. Trovejou muito essa noite.

O verbo trovejar indica um fenômeno da natureza e não necessita de nenhum complemento. “Muito” e “essa noite” são apenas circunstantes¹¹ de intensidade e tempo, respectivamente.

No tangente ao conceito de valência, é importante ressaltar que não está ligado apenas ao verbo, mas a todas as classes de palavras que apresentam significado lexical, “isto é, aquele significado que aponta para o que se apreende do mundo extralinguístico mediante a linguagem” (Bechara, 2009, p.53). Em Neves, lemos:

A questão do número de actantes, que varia de zero a três, é básica na estrutura do nó verbal, e, segundo esse critério, os verbos se classificam em avalentes (sem actantes), monovalentes (com um actante), bivalentes (com dois actantes) e trivalentes (com três actantes). Semanticamente o primeiro actante realiza a ação, o segundo a completa e é por ela afetado, e o terceiro recebe algo em seu proveito ou prejuízo (Neves, 2002, posição 978¹²).

A distinção entre Actante e Circunstante tem os seus percalços. Sucintamente, podemos dizer que *actante* refere-se aos termos que preenchem as casas argumentais requeridas pela valência verbal, que estabelecem uma relação sintática direta com o verbo (sujeito, objeto direto, objeto indireto). Por outro lado, o termo *circunstante* é utilizado para referir-se aos termos que flutuam no entorno dos actantes, sem que, no entanto, sejam demandados sintaticamente pela valência verbal.

A gramática tradicional costuma diferenciar tais termos dividindo-os entre

¹¹ Alguns dos chamados “adjuntos adverbiais” da gramática tradicional são classificados na teoria de valências como circunstantes. (Silva, 2023, p.43)

¹² Nessa citação é usado a posição em lugar da página, visto que a obra referenciada está em formato e-livro para Kindle. A critério de curiosidade, cada posição costuma corresponder a 128 bytes de dados, cerca de 128 letras.

termos essenciais e termos acessórios. Nesse sentido, os termos essenciais são os actantes e os acessórios os circunstantes. Bechara (2023) define como termos essenciais o sujeito e o predicado (verbo com seus complementos). Para a gramática de valência esses termos são os actantes. Então, sujeito, objeto direto e objeto indireto são actantes cujas casas argumentais foram abertas pelo verbo.

Dentro desse mesmo escopo, Tesnière, linguista responsável pela introdução do termo “valência” na teoria linguística, distingue os actantes (*actants*), como os termos que correspondem aos nossos complementos e circunstantes (*circunstants*) como os nossos adjuntos. Os actantes são complementos essenciais à semântica do verbo. Os circunstantes, por sua vez, flutuam ao redor dos actantes e são prescindíveis ao significado do verbo. Vejamos:

[6]. Freud no começo do século vinte na Áustria numa sociedade sem recursos que nós temos... em termos de informação: o como hoje... ele chegou a conclusões... que ... até hoje são Válidas (porcufort2_inq.17_ef_f_36 a 55 anos)

O esquema valencial da sentença acima poderia ser expresso por X chegou a Y: Freud chegou a conclusões válidas. O verbo chegar tem sua valência saturada com dois argumentos. Todos os demais termos são circunstantes, prescindíveis segundo a valência verbal de chegar.

Aqui deixamos claro que essa prescindibilidade nada tem a ver com o sentido global da frase; mas é circunscrita às relações semânticas construídas nas relações entre o verbo e seu argumentos. De modo algum incorreremos na estratégia equivocada de retirada dos elementos lexicais de um enunciado para testar se seu sentido global permanece. “Supõe-se, pois, que a teoria gramatical deve ser capaz de dar conta das relações entre as categorias lingüísticas e as categorias cognitivas, considerando-se uma relação icônica entre os sistemas” (Neves, 1997, p.99).

Segundo Kato e Mito (2020, *apud* Kato; Nascimento, 2020), a análise das relações gramaticais compreende historicamente as funções de sujeito e predicado e além disso, as de sujeito, verbo, complemento e adjunto, bem como o estudo da ordem desses constituintes.

Camacho (1999) afirma que segundo os postulados funcionais a gramática depende de três módulos distintos, o semântico, o sintático e o pragmático, que são interdependentes. Dentro desse contexto, Toguchi (2016) define as relações gramaticais

como “relações entre argumento e predicado que não estão obrigatoriamente vinculadas a determinados papéis semânticos e pragmáticos” (Toguchi, 2016, p. 19).

Assim como Kato e Mito (2020, *apud* Kato; Nascimento, 2020), adotamos neste estudo o pressuposto de que as noções funcionais e a ordem sentencial são derivados de conceitos estruturais mais primitivos. Nesse sentido, os termos da gramática tradicional serão por vezes usados como facilitadores.

Ainda que reconheça a existência de enunciados e até mesmo trechos inteiros construídos sem predicação, para Neves (2015), a atribuição de predicados é um processo crucial de construção de sentenças, principalmente no tangente à fala espontânea. Segundo a linguista, a fala espontânea, marcada por truncamentos e renúncia de enunciados iniciados, somente esporadicamente abandona os verbos, ou seja, os predicados. Nesse sentido,

outra consideração importante no desenvolvimento da visão de que a predicação pode e deve ser examinada como peça fundamental da organização textual é o da centralidade do verbo, muito evidente nas diversas propostas funcionalistas” [...]. Uma lição básica da gramática de valências é que todos os termos que preenchem a valência de um verbo são complementos, cada um deles preenchendo um lugar vazio diferente, e, portanto, todos eles diferentes entre si, estando entre eles o sujeito (Neves, 2013, p.39).

3.1.2.1 Sujeito

Os conceitos de sujeito e predicado remontam a Aristóteles e são tão antigos quanto o próprio conceito de gramática (Kato; Mito, 2020, *apud* Kato; Nascimento, 2020). Para Neves (2013), ao ser o escopo da predicação, o sujeito é indubitavelmente um argumento de diferente estatuto. É em relação ao sujeito que a predicação se estabelece e isso o distingue de todos os outros complementos.

Cyrino, Nunes e Pagotto (2020, *apud* Kato; Nascimento, 2020) explicitam que a distinção entre sujeito e complementos segundo a gramática tradicional costuma oscilar entre dois eixos. O primeiro eixo prioriza os aspectos lexicais do verbo e concebe o sujeito como o constituinte que pratica a ação expressa pelo verbo e o complemento como o paciente dessa ação. O segundo eixo, de natureza mais sintática, estabelece o sujeito como o sintagma com o qual o verbo concorda e que apresenta caso reto (nominativo) quando pronominal.

Borba (1996), por sua vez, afirma que, semanticamente, o sujeito funciona

como um esteio para o predicado, uma referência e estruturalmente trata-se de uma

[...] função que, num esquema oracional do tipo SN + sintagma verbal, não faz parte da estrutura interna do sintagma verbal, ou seja, representa um argumento realizado numa posição exterior à projeção máxima definida pelo predicado; sua posição neutra é antes do verbo e é o constituinte que controla a correferência (supressões, pronominalizações, reflexivização), a mudança de referência e a concordância (Borba, 1996, p. 13).

Para Perini (2007, p. 74),

[...]a rotulação de um sintagma como “sujeito” é normalmente parte do processo de identificação do papel temático desse sintagma. Isto é, o que justifica a eventual postulação de funções sintáticas é que elas permitem estabelecer o relacionamento entre formas e significado (Perini, 2007, p. 74).

Nesse sentido, o linguista considera que, em língua portuguesa, o estabelecimento da função de sujeito objetiva descrever três fenômenos: a atribuição de papéis temáticos aos diversos SNs da oração, a concordância verbal e por último, a distribuição de pronomes do caso reto em oposição aos do caso oblíquo. Nesse sentido, ele julga desnecessário acudir a postulação abstrata de uma função sintática para descrever o fenômeno.

Dentro desse escopo, podemos descrever “você” em

[21]. olhe se você me comprar TANto... eu te dou.: x por cento de compra (porcufort2_inq.53_ef_f_36 a 55 anos)

como Agente relacionado ao verbo comprar. A correlação do sintagma “você” com a terminação verbal (-ar, e não -armos ou -arem) e a atribuição do papel de Paciente para o pronome “me” são suficientes para determinar que casa argumental cada um deve preencher, tornando-se desnecessário atribuir a denominação abstrata de sujeito para a descrição do fenômeno.

A esse respeito, Cyrino, Nunes e Pagotto (2020, *apud* Kato; Nascimento, 2020) ressaltam que o papel temático de agente está canonicamente atribuído ao especificador do verbo, ou seja, ao termo que preenche a casa argumental 1, tradicionalmente denominado de sujeito.

3.1.2.2 Papéis Semânticos

Neves (1997, 2002, 2011) define os papéis semânticos como as funções desempenhadas pelos participantes de uma situação verbal, tais como agente, experienciador, entre outros. Esses papéis são importantes para compreendermos a estrutura argumental dos verbos e a semântica das orações.

Vejam os principais papéis semânticos:

I. Agente

Borba (1996) define o agente como a unidade que deliberada e intencionalmente realiza a ação expressa pelo verbo. Para o linguista, o agente é dotado de volição, tem intrinsecamente o caráter de ser animado e praticar a ação de forma voluntária,

[9]. quando a gente feCHAR eu dou visto nas atividades que ficaram tá bom?
(porcufort2_inq.27_ef_m_22 a 35 anos)

Em [9], o falante, representado pelo pronome pessoal do caso reto “eu”, de forma deliberada, realiza a ação de dar visto. “Eu” é volitivo, exprime a capacidade de tomar suas próprias decisões, é consciente dessas e age conforme os próprios objetivos e desejos.

II. Paciente

Neves (1997, 2002, 2011) conceitua o paciente como o termo que sofre a ação expressa pelo verbo e é diretamente afetado por essa ação. Ou seja, paciente é o constituinte que recebe ou experimenta os efeitos da ação verbal, sem obrigatoriamente mover-se ou mudar de estado.

[10]. vocês fizeram o trabalho? (porcufort2_inq.81_ef_m_56 ou + anos)

Na oração [10], o trabalho não iniciou a ação de fazer, ele foi afetado por essa ação, experienciando a repercussão da ação verbal. Portanto, “o trabalho”, na oração

em questão, é o elemento que semanticamente assume o papel prototípico de paciente.

III. Força

Halliday (1978, 1999, 2004) abordou em suas discussões de linguística sistêmico-funcional as metafunções da linguagem, explorando o funcionamento da linguagem como um sistema de significados sociais e um meio de construir e interpretar experiências. Dentro desse escopo da linguística sistêmico-funcional, Halliday define o papel semântico de força como uma metafunção ideacional ligada à representação das idéias de mundo, intrínseca a qual se entende força como uma das categorias semânticas que descreve como ações e eventos são realizados. Nesse sentido, Toguchi (2016) diz que força é um elemento inanimado, sem volição, ou seja sem vontade própria ou consciência que influencia a condição de um paciente.

[11]. “Quando o vento bater no seu cabelo...

E espalhar sua magia pelo ar
 Ele vai me encontrar esperando
 Que o destino revele, enfim
 Os segredos que tem pra me
 contar”

Iran Costa

Observe que no contexto da música de Iran Costa, o vento, força da natureza de caráter inanimado, bate nos cabelos do interlocutor e provoca a reação de espalhar no ar a magia desse. O vento é, pois, um exemplo do papel semântico de força, que mesmo sem volição, vontade própria ou consciência, influencia a condição dos pacientes, nesse caso, cabelo e magia.

IV. Estímulo

Neves (1994, 1997) aborda o conceito do papel semântico de estímulo dentro do contexto da gramática funcional. Ela argumenta que esse papel semântico está relacionado à forma como os signos linguísticos são utilizados para provocar reações e interpretações dos interlocutores.

[12]. a gente gosta de perguntar (porcufort2_inq.42_ef_m_36 a 55 anos)

Note que em [12] não há alteração de estado nem um processo em andamento. Nesse caso, perguntar atua como um estímulo, proporcionando uma sensação de bem-estar, satisfação.

V. Destinatário

Dowty (1991) em sua abordagem de proto-papéis temáticos diz que o destinatário como papel semântico corresponde ao argumento que carrega a característica de ser o receptor de uma ação.

[13]. quando apontou a arma para o rapaz? (porcufort2_inq.69_ef_m_56 ou + anos)

Em [13], o rapaz é o ser ao qual a ação de apontar a arma foi endereçada, é o destino final da ação, não provocando nenhuma mudança de estado.

VI. Beneficiário/ benefactivo

Para Dowty (1991), o papel semântico de beneficiário/benefactivo é atribuído ao argumento verbal que recebe algum proveito ou é afetado positivamente pela ação do verbo. Já Borba (1996a) frisa que esse papel semântico está ligado a verbos que implicam uma ação realizada em função de alguém. Dessa forma, Borba ressalta que esse papel se caracteriza por ser animado e por ser o favorecido de uma ação verbal que lhe traz algum tipo de vantagem ou benefício.

[14]. eu recebi [esse vidiuZIM]¹³ (porcufort2_inq.68_ef_f_36 a 55anos)

Observe que “eu” é um ser animado que se beneficia ao ganhar/receber algo. Ele não inicia nenhum processo, é beneficiado pela ação ensejada no verbo.

¹³ O termo está entre colchetes porque não foi pronunciado pelo informante nessa oração, mas pode ser retomado pelas orações anteriores.

VII. Instrumento

Fillmore (1968), apresentou a definição do papel semântico de instrumento em sua obra *The Case for Case*. Nessa obra, o linguista introduz a gramática de casos e detalha diversos papéis semânticos, incluindo o de instrumento, para explicar a estrutura profunda das sentenças. Segundo Charles Fillmore, o papel semântico de instrumento está entre os principais papéis semânticos. Para o linguista, “instrumento” é o objeto inanimado ou força casualmente envolvida na realização de uma ação.

[15]. ele faz mira na cabeça dele.... com esse fuzil quarenta e quatro um rifle (porcufort2_inq.69_ef_m_56 anos ou +)

Observe que na oração acima, extraída do nosso corpus, “o fuzil quarenta e quatro, um rifle”, é o meio utilizado para desencadear a ação de mirar.

VIII. Locativo

Dentro do contexto da gramática funcional, Neves (1997, 2002, 2011) aborda o papel semântico de locativo. A linguista define locativo como um elemento que indica localização espacial ou temporal de uma ação ou estado. Neves destaca ainda que os locativos contribuem para a construção do significado das frases, corroborando para situar eventos no espaço e no tempo e para, a partir do nexos que estabelecem com outros componentes da sentença, formar um todo dotado de sentido completo. Nesse sentido, Borba (1996b) diz que esses elementos são utilizados especialmente em orações estativas, onde o predicado é introduzido por um verbo que expressa um estado.

[16]. em São Paulo ele começou a manifestar a doença (porcufort2_inq.63_ef_f_56 anos ou +)

Na oração acima, temos dois constituintes que indicam localização espacial: em São Paulo e (n)ele. Seguindo a ordem canônica em língua portuguesa teríamos:

[17] A doença começou a manifestar-se nele em São Paulo.

Em [16], um locativo foi alçado à posição de sujeito e preenche a casa argumental um.

Canonicamente, a primeira casa argumental é preenchida por um elemento não preposicionado, o que explica o apagamento da preposição. Esse apagamento da preposição quando um locativo assume essa casa argumental já foi comentado por Bagno (2016). Ainda que a estrutura dos enunciados em língua portuguesa permita um sinfim de circunstâncias, a presença de um elemento que semanticamente é mais prototípico a assumir o papel de locativo, “São Paulo”, por se tratar de uma localização geográfica, também contribui para esse alçamento do locativo a casa argumental 1. Por outro lado, “ele”, prototipicamente, costuma assumir o papel semântico de agente e preencher a A₁. No entanto, em [16], especificamente, o pronome pessoal do caso reto “ele” não é um agente. Uma pessoa não realiza a ação de manifestar uma doença de forma deliberada. A doença manifesta-se independentemente de sua vontade. (N)ele é onde a doença se manifesta, portanto, é um locativo.

IX. Alativo

Givón (1984) define o papel semântico de alativo dentro do contexto de sua abordagem funcional-tipológica como o argumento que indica a direção ou movimento para um destino ou ponto de chegada.

[18]. aí ele vem aqui óh (porcufort2_inq.67_ef_m_56 anos ou +)

Em [18], “aqui” é o destino, é onde ele chega, seu ponto de chegada. “Aqui”, portanto, assume em [18] o papel semântico de alativo.

X. Ablativo

Talmy Givón (1984) define ablativo como o argumento que corresponde a origem ou ponto de partida de uma ação.

[19]. cinza volante vem da termoelétrica e a(escória)?
(porcufort2_inq.68_ef_f_36 a 55 anos)

Em [19], “termoelétrica” é o ponto de partida, o ponto inicial de onde a cinza volante se desloca. Semanticamente, a origem pode fornecer indícios importantes para a construção do significado intencionado pelo locutor.

XI. Resultado

Talmy Givón (1984) define o papel semântico de resultado dentro do contexto de sua teoria funcional tipológica como o efeito ou consequência de uma ação.

[20]. existia até jogos que induziam a cometer suicídio (porcufort2_inq.78_f_36 a 55 anos)

Em [20], cometer suicídio é o resultado da ação de induzir. Portanto, “cometer suicídio” assume nesse contexto o papel semântico de resultado.

3.1.3 As Vozes Verbais

Nos capítulos anteriores, vimos que neste trabalho tratamos a análise do fenômeno da concordância locativa a partir da perspectiva funcionalista. Sob essa perspectiva, entende-se que as estruturas gramaticais não são selecionadas ao acaso, estão subordinadas às conjunturas de seu emprego. Segundo Neves (2002), a indicação da existência de vozes é antiga, remonta, inclusive, a uma passagem do Sofista de Platão. Os filósofos estoicistas gregos, por exemplo, dividiam os predicados em ativos (orthá), passivos (hýptia) e neutros (oudétera). Por sua vez, Dionísio o Trácio, reconhece três vozes verbais: ativa (enérgeia), passiva (páthos) e média (mesótes).

Dentro desse mesmo escopo, as vozes verbais, conceito importante para nossa análise, desempenham na comunicação funções tanto semânticas quanto pragmáticas, sendo expressas na sintaxe através de distintas configurações estruturais. Nesse sentido, voz é um domínio multifatorial que desempenha na construção frasal diversas funções tanto semânticas quanto pragmáticas na comunicação, sendo expressas na sintaxe por meio de configurações estruturais distintas (Camacho, 2000).

Nesse mesmo contexto,

[...] um conceito multifatorial significa que a voz verbal representa um grande número de valores e de possibilidades correspondentes de expressão que, segundo Givón (1981, 1994), envolvem três domínios funcionais: a) *topicalidade*: atribui-se a função de Tópico a um argumento não-Agente; esse comportamento é oposto ao da sentença ativa correspondente, em que o Tópico é comumente o Sujeito/Agente; b) *impessoalidade*: suprime-se a identidade/presença do argumento Agente, geralmente o Sujeito expresso da sentença ativa; c) *detransitividade*: a construção de voz é semanticamente menos "ativa", menos transitiva, mais estativa que a construção "ativa"

correspondente (Camacho, 2000, p. 215).

Vejamos o exemplo abaixo extraído do nosso corpus.

[22]. a lei concede ao magistrado ao juiz o perdão judicial
(porcufort2_inq.69_m_56+ anos¹⁴)

Colocando o construto frasal acima na ordem prototípica da língua portuguesa (sujeito-verbo-complemento-circunstante) teríamos:

[23]. Concede-se o perdão judicial ao juiz, magistrado, na lei .

Portanto, alguém (sujeito-argumento 1) concede (verbo) algo (complemento – argumento 2) a outro alguém (complemento – argumento 3) em algum lugar (circunstante). Observe que em [23] o agente (sujeito) está ausente e que *na lei* é um circunstante de lugar.

Nesse sentido, temos na construção frasal [22] extraída do nosso corpus um elemento locativo, (n)a lei, argumento não agente, que prototipicamente assume a função de circunstante, ao qual atribuiu-se a função de tópico alçando-o à condição do sujeito. Isso significa que o elemento locativo (n)a lei assumiu o lugar sintático do sujeito/agente, ou seja, temos um elemento que segundo a Hierarquia das Funções semânticas de Dik é considerado menos proeminente em relação a outros sendo elevado a uma posição hierárquica mais alta.

Voz, na definição de Payne, (ver Payne 1997:213) só acontece quando há opções. O falante (inconscientemente) avalia qual participante é mais tópico. Assim, ao menos alguns sistemas inversos são voz, passivas sempre são voz, médias podem ser pensadas como voz também. A única diferença entre a função de uma passiva e de uma construção média é que a passiva trata a situação como uma ação praticada por um agente, mas com a identidade do agente subestimada. Uma construção média, por outro lado, trata a situação como um processo, ou seja, ignora o papel do agente (Toguchi, 2016, p. 8).

Enquanto em uma construção passiva a ação é realizada por um agente cuja identidade é minimizada, em uma construção média o agente da ação não é enfatizado,

¹⁴ O exemplo foi extraído da célula que compreende falantes do sexo masculino de idade igual ou superior a 56 anos

a situação é tratada como um processo natural ou uma característica intrínseca, sem mencionar ou focar no agente.

3.2 AS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO

A respeito das estratégias de topicalização do PB, Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 233) consideram o tópico “como um direcionamento do discurso; dessa forma, indica-se que o falante espera que o ouvinte já conheça essa informação. Sua função é, pois, orientar o ouvinte no estabelecimento de nexos com as demais informações da sentença, bem como na ideação de significado” (Lucchesi; Baster; Ribeiro, 2009, p. 233); por isso, a localização no início da oração.

Portanto, o tópico, elemento que é o ponto de partida da comunicação, pode ser constituído por estruturas sintáticas diversas, diferenciando das construções SVO (sujeito-verbo-objeto), visto que exibe um tópico marcado seguido de um comentário para constituir uma sentença com sujeito e predicado (Orsini; Vasco, 2016, p. 83). Ele pode ser expresso por meio de diferentes estratégias sintáticas, como a topicalização, a clivagem e a elipse.

Assim, do ponto de vista da estrutura da informação, o tópico é visto como uma direção no discurso, sinalizando que o falante presume que o ouvinte já conhece essa informação. Por estar no início da oração, o tópico tem a função de orientar o ouvinte na construção do significado ou no estabelecimento de relações com outras informações na sentença, no texto ou na situação. A identificação de um tópico, de acordo com essa perspectiva, depende de sua localização em um contexto específico, já que sua função é indicar sobre o que se está falando. Portanto, a noção de tópico só pode ser devidamente definida em termos das relações entre uma sentença e o contexto em que ela ocorre (Lucchesi, 2009). Lucchesi (2009) cita oito tipos de construções de tópico: topicalização do objeto direto, tópico pendente com retomada, tópico cópia, tópico sujeito, tópico pendente, tópico com cópia pronominal ou duplo sujeito, topicalização selvagem e tópico locativo.

Ressaltamos que o uso do termo “selvagem” para se referir a um tipo específico de topicalização no estudo dos fenômenos linguísticos, como o faz Lucchesi (2009), merece uma análise crítica. Isso porque o termo “selvagem” traz consigo, historicamente, uma carga semântica de preconceito e estigma, geralmente associada a uma ideia de falta de civilidade, primitivismo e/ou desordem. Usar essa terminologia

em relação a uma construção linguística pode, sem querer, reforçar interpretações negativas sobre determinadas formas de expressão e as comunidades que as empregam. Essa situação é particularmente delicada no âmbito da linguística, que busca descrever e compreender a diversidade linguística de maneira objetiva e respeitosa. Caracterizar um fenômeno linguístico como "selvagem" pode, mesmo que de forma involuntária, sugerir que ele é inferior ou menos legítimo em comparação a outras construções sintáticas, o que vai contra os princípios fundamentais da linguística descritiva, que reconhece todas as variedades de linguagem como igualmente significativas e merecedoras de estudo.

Como já antecipamos anteriormente, esta pesquisa tem como cerne uma marca do português brasileiro em posição discursiva de tópico-sujeito e, por isso, não nos debruçamos aqui a apresentar as características dos oito tipos de construção de tópico. Nos reservamos a tratar apenas do tópico sujeito.

3.2.1 Tópico Sujeito

Esse tipo de construção tópica se configura por ser deslocado à esquerda, sem preposição, comportando-se como o sujeito da oração ao estabelecer concordância com o verbo. Nele, não há pronome lembrete retomando o DP¹⁵ anteposto, nem concordância verbal entre o verbo e o DP pós-verbal. Nesse sentido, o argumento externo do verbo não pode ser projetado. Essa designação foi proposta por Pontes (1987) e rediscutida por Galves (1998, 2001).

- (1) A Sarinha está nascendo dentes. (Pontes, 1987, p.35 (90)).
- (2) Os jogadores estão crescendo o cabelo.

Essas construções são consideradas de Tópico Sujeito, justamente porque é um tópico, e não o sujeito, que estabelece concordância com o verbo. Lucchesi assim expressa:

No português brasileiro urbano, como apontado por Pontes (1986), essas construções estão presentes inclusive na fala culta. Contudo, registros desse

¹⁵ DP significa *determiner phrase*, uma categoria sintática que abrange determinantes e lexemas que funcionam como tal em uma língua.

tipo não foram encontrados em outras línguas românicas (GALVES, 1998), o que torna o português brasileiro *sui generis* em relação a essas construções de tópico (Lucchesi, 2009, p.239).

Lucchesi ainda enfatiza que encontrou exemplos de construções de tópico sujeito no português afro-brasileiro das comunidades que estudou. O linguista dividiu essas construções em três grupos:

(1) o verbo é inacusativo, seleciona um argumento interno, mas esse argumento não desenvolve concordância com o verbo; (2) os verbos selecionam dois argumentos, um interno e um externo, o primeiro é alçado para a posição de tópico e, provavelmente, concorda com o verbo, enquanto a posição do argumento externo está vazia e é assumida por um sujeito nulo não referencial; (3) não há nenhuma relação do tópico com a posição interna na oração (Lucchesi, 2009, p.239-240).

A diferenciação entre a construção "tópico sujeito" e a construção com retomada pronominal é baseada em dois outros aspectos que envolvem as propriedades léxico-semânticas dos verbos e dos argumentos relacionados, segundo Galves (1998, p.22-23): (i) não existir projeção do argumento externo do verbo e (ii) em construções nas quais o NP anteposto é interpretado como tendo relação genitiva, existindo, portanto, uma relação semântica de parte/todo entre os dois NPs.

3.3 CONCORDÂNCIA LOCATIVA

De acordo com Avelar (2009), a concordância locativa ocorre quando um constituinte locativo (geralmente não-argumental), preposicionado ou não, encontra-se na posição sintaticamente destinada ao sujeito, estabelecendo concordância com o verbo. Vejamos mais exemplos extraídos do nosso corpus:

[24]. o artigo primeiro determina que a educação básica é para todos sem distinção (porcufort2_inq.33_m_56 anos ou mais)

[25] as... grandes contribuições que essa teoria dá para administração. (porcufort2_inq.42_m_36 a 55 anos)

[26]. dois textos talvez explique o sentimento nacional né (porcufort2_inq.20_2018_m_22 a 35 anos)

Observe que os exemplos acima contêm verbos de ação e, portanto, exigem um

agente realizador. Por sua vez, por serem transitivos diretos abrem na estrutura argumental do verbo um complemento não anteposto por preposição.

alguém (agente)- determina/dá/talvez explique – isso (complemento)

No entanto, esse agente não está expresso nas orações, como podemos perceber ao reescrever as frases. Observe:

[27]. Determina-se no artigo primeiro que a educação básica é para todos sem distinção.

[28]. Dá-se grandes contribuições para a administração nessa teoria.

[29]. Talvez se explique o sentimento nacional em dois textos, né?

Kato (1996) descobriu ao examinar dados do NURC (Norma Culta Urbana) que apenas 19% dos sujeitos da primeira pessoa do singular não estavam expressos na oração, o que pode ser um indício de uma tendência ao preenchimento da casa argumental 1 na variante culta do PB.

Assim, “que a educação básica é para todos sem distinção”, “as grandes contribuições” e “o sentimento nacional” mantêm-se em [24], [25] e [26] na função sintática-semântica de complemento verbal. Portanto, os adjuntos adverbiais de lugar “o artigo primeiro”, “essa teoria” e “dois textos” preenchem a casa argumental 1, destinada ao sintagma nominal que exerce a função prototípica do sujeito (pré-verbal), e que não está expresso na oração.

Nesse sentido, podemos afirmar que a topicalidade, um dos domínios funcionais da voz, segundo Givón, é característica intrínseca ao fenômeno da concordância locativa, visto que para a realização do fenômeno é necessário que um argumento não-agente, o locativo, preencha a casa argumental 1, funcionando como tópico oracional.

Analisemos alguns exemplos do corpus:

[30]. tem o texto que diz o seguinte (porcufort2_inq.27_ef_m_22 a 35 anos)

[31]. O seguinte é dito no texto.

[32]. Diz-se o seguinte no texto.

Veja que, em [30], o informante optou por uma oração com o verbo em voz

ativa (diz), o que abre uma casa argumental para um sujeito agente (alguém diz) e para o preenchimento dessa casa foi utilizado o locativo (n) o texto. Em [31], temos uma opção de construção com voz semanticamente menos transitiva (detransitividade) e em [32] uma construção com supressão da identidade/presença do sujeito agente.

Dessa forma, em [31] e [32], podemos observar que “o texto” não realizou a ação de dizer, visto que, não se trata de um ser animado, com volição para provocar ou iniciar uma mudança de estado em um paciente de maneira voluntária. Tampouco é aquele que sofre, por influências externas, uma mudança de estado, ou seja, o paciente. A casa argumental reservada ao paciente está ocupada por “o seguinte”, é ele que sofre a ação de ser dito. “O texto” é o lugar onde o evento alguém diz algo se desenrola, ou seja, é um complemento circunstancial locativo.

No subtópico a seguir, dialogamos com pesquisas acerca do fenômeno da concordância locativa.

3.3.1 Concordância Locativa: fenômeno e estudos

No âmbito da morfossintaxe, pesquisas recentes têm evidenciado um paralelismo entre estruturas oracionais do Português Brasileiro (PB) e das línguas bantu. Dentre esses pontos de contato, duas estruturas são destacadas por Bagno (2016, p. 28-30), a concordância possessiva e a concordância locativa.

Dentro deste escopo, Avelar e Galves (2011, p.45) afirmam que a despeito do que acontece no Português Europeu (PE)¹⁶, o PB admite concordância verbal com tópicos não argumentais.

Avelar (2009, p.232) ressalta que, no PB, alguns verbos transitivos aceitam a antecipação de uma preposição locativa ante seu argumento externo. Isso ocorre porque o argumento externo do verbo recebe uma interpretação locativa que autoriza a introdução do argumento por uma preposição cujo valor também seja locativo. Para ilustrar, o linguista nos apresenta os exemplos abaixo:

- (1) a. Aquela loja vende livro.
b. Naquela loja vende livro.
- (2) a. O meu DVD grava qualquer tipo de filme.
b. No meu DVD grava qualquer tipo de filme.

¹⁶ Segundo Avelar e Galves (2011, p.45), o Português Europeu não apresenta tais construções, mas em posição pré-verbal licencia restritamente tópicos não argumentais.

- (3) a. Esse restaurante serve todo tipo de salada.
b. Nesse restaurante serve todo tipo de salada.

Em (1), na ordem direta da língua portuguesa (Sujeito-Verbo-Complemento-Circunstanciais), teríamos Alguém vende algo em algum lugar: Vende-se livro naquela loja. A preposição “em”, presente no vocábulo “naquela”, não se faz notar quando o adjunto adverbial de lugar é alçado à condição de sujeito: “Aquela loja vende livro”. Em (2), na ordem S-V-C-C, teríamos “Alguém grava algo em algum lugar”: Grava-se qualquer tipo de filme no meu DVD. A preposição “em”, presente em “no”, não se faz notar quando o adjunto adverbial de lugar é alçado à condição de sujeito: “O meu DVD grava qualquer tipo de filme”. Em (3), na ordem S-V-C-C, teríamos Alguém serve algo em algum lugar: Serve-se todo o tipo de salada nesse restaurante. A preposição “em”, presente em “nesse”, não se faz notar quando o adjunto adverbial de lugar é alçado à condição de sujeito. Veja: Esse restaurante serve todo o tipo de salada.

Observamos que os exemplos extraídos de Avelar contêm verbo de ação e são do tipo transitivo direto, ou seja, exigem um agente que os realize e abrem na estrutura argumental do verbo um complemento não anteposto por preposição. Assim, “livro”, “qualquer tipo de filme” e “todo tipo de salada” mantêm-se na função sintática-semântica de complemento verbal; o que é alçado à categoria de sujeito é o adjunto adverbial de lugar, um argumento externo ao verbo. Para Avelar (2009), esse fenômeno é de alternância sintática.

Dentro desse escopo investigativo, Gonçalves e Chimbutane (2004) apontam que o estudo do papel das línguas bantu na fixação de propriedades gramaticais novas, como a presença de constituintes locativos no espaço do sujeito, constituem um prisma recente de investigação, que permite a articulação entre fenômenos aparentemente não correlacionados.

Para Bagno (2016, p. 23), os aspectos mais marcantes do português brasileiro, principalmente em suas variedades rurais ou rurbanas (*sic*) estigmatizadas, decorrem do contato entre o português colonial e as línguas africanas trazidas pelos sequestrados de África para trabalho escravo. “Essa interação, como é comum, acelerou os fatores inerentes à mudança linguística (fatores cognitivos), além de permitir que características próprias das línguas africanas, especialmente das línguas bantu, influenciassem a formação do português brasileiro” (Bagno, 2016, p. 23).

Na mesma linha de raciocínio, Avelar e Galves (2014) afirmam que as línguas africanas faladas pelos escravizados no Brasil, em particular as línguas bantu, desempenharam um papel significativo na emergência da gramática do PB. Segundo os autores, a aquisição do português como L2 pelos africanos gerou mudanças em duas direções distintas:

- (i) transferência de características sintáticas, padrões frásicos e propriedades morfosintáticas das suas línguas maternas ao PB em formação; (ii) reestruturação desencadeada pela dificuldade no aprendizado de marcas gramaticais específicas do português. Dessa forma, em ambos os casos, pressupõe-se que características desse português falado como L2 foi sendo transmitidos a seus descendentes, falantes L1, e disseminou-se favorecendo sua difusão a variedades emergentes do PB (Avelar; Galves, 2014, p. 241, 242).

Nas últimas décadas, fazem-se notar estudos que apontam para a hipótese do *contato entre a língua portuguesa falada no Brasil e as línguas dos povos africanos escravizados na formação do português brasileiro*, como os de Guy (1989); Holm (1987), (1992); Lucchesi (2009); Mattos e Silva (2002). Citamos as pesquisas de: Lipsky (2008), que investigou os vínculos linguísticos afro-lusitanos entre Angola e Brasil; o de Pagotto (2007), que discutiu a relevância do contato linguístico para a constituição do português do Brasil; o de Petter (2015), que defende a existência de um *continuum* linguístico, constituído pelas línguas crioulas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e as variedades de língua portuguesa angolana, moçambicana e brasileira; o de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), que tratou do contato linguístico do português com as línguas africanas e suas contribuições para o surgimento de uma gramática não inteiramente original, como ocorre nos casos de crioulição, mas que, ainda assim, afetaram a língua portuguesa no Brasil.

Assumindo a hipótese de contato, vários outros estudos se debruçaram sobre o fenômeno da concordância locativa, citamos os seguintes: o de Bagno (1997), com a discussão acerca do impacto das línguas bantu na formação do PB; o de Avelar (2009), que adotou pressupostos do Programa Minimalista de Chomsky para tratar da inversão locativa e sintaxe de concordância no PB; o de Avelar e Cyrino (2008), que discorreu sobre os locativos preposicionados em posição de sujeito como uma contribuição das línguas bantu à sintaxe do PB; o de Avelar e Galves (2011), que desenvolveu pesquisa sobre o tópico e a concordância no PB e no PE; o de Gonçalves (2004), que teceu reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação do léxico português; o de Inverno (2004), que comparou o português vernáculo do Brasil com o de Angola e as oposições entre a reestruturação parcial e a mudança linguística.

Nesta pesquisa propomos o estudo da concordância locativa com base em parâmetros da Sociolinguística e da Gramática de Valência, de modo a investigarmos as características sintático-semânticas que caracterizam o fenômeno da inversão locativa na fala do fortalezense.

4 METODOLOGIA

Caminhos da Pesquisa

Apresento-vos um mundo
Repleto de novidades.
Aqui, em cada esquina,
Existe nova oportunidade.

Contemplem!!

Onde se abriga o coração humano,

Perguntas florescem.

Em Pés de Curiosidades!

Nesse belo ciclo,
se atentem!

Milhares de Perguntas-flores
Espalham-se no tempo.
Buscando das vozes, algumas verdades.

Na base da complexidade
Ciências se renovam
e alinhavam respostas

Observo...
Observem!

Projetos!?
Científicos!?
Pesquisas??

Ora, vejo uma nova esquina.
E nela, um tecido infinito...
Universo de possibilidades.

Vieira (2022)

Para análise do fenômeno da concordância locativa no discurso oral culto da cidade de Fortaleza, trabalharemos com o banco de dados sociolinguísticos PORCUFORT (Projeto Português Oral Culto de Fortaleza). O PORCUFORT seguiu um rigoroso procedimento metodológico em sua constituição na década de 90 do século XX.

As contribuições do banco para a descrição e análise de fenômenos linguísticos são diversas, tanto no campo semântico-discursivo quanto nos planos fonético-fonológico e morfossintático da variedade culta do falar fortalezense. “O banco é dividido em duas fases, a primeira organizada na década de 1990 e a segunda na década de 2010” (Araújo; Viana; Pereira, 2022, p.14).

Optamos pelo *corpus* da fase II, que possui 87 gravações de 105 informantes, os quais estão estratificados por sexo (masculino e feminino), faixa etária (22 a 35 anos, 36 a 55 anos, a partir dos 56 anos) e tipo de registro (Diálogo entre Informante e Documentador – DID; Diálogo entre Dois Documentadores – D2 e Elocução Formal – EF). (Araújo, Viana e Pereira, 2022) Examinamos os aspectos linguísticos formais, funcionais e interacionais, relativos aos inquiridos do EF.

A fim de descrever como a concordância locativa ocorre na oralidade culta no falar fortalezense, consideraremos os aspectos linguísticos (formais e funcionais), bem como o sexo (masculino e feminino) e a idade dos informantes como possíveis condicionadores do fenômeno sintático em estudo.

Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p.243) afirmam “não haver diferenças consubstanciadas entre as realizações de tópico do português rural afro-brasileiro e as do português urbano”. Considerando que, em seus estudos sobre o contato linguístico do português com as línguas africanas e suas contribuições para o surgimento de uma gramática do português brasileiro, Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p.245) concluíram que “assim como as construções de Duplo Sujeito e Topicalização Selvagem, a Topicalização do Locativo não apresenta diferenças significativas quanto à variável anos de estudo”, o recorte que empreendemos quanto ao banco de dados cujos informantes possuem todos minimamente graduação completo não causará problemas na interpretação da concordância locativa.

Assumimos que a topicalização está associada à faixa etária mais velha.

4.1 AS VARIÁVEIS

Em nosso estudo sobre a concordância locativa no falar fortalezense, partimos do pressuposto que fatores linguísticos (internos) e fatores sociais (externos) atuam como condicionantes do fenômeno. Nesse sentido, temos as seguintes variáveis:

4.1.1 Variáveis linguísticas

Para Coelho *et al* (2015), ao usarmos a expressão variável linguística estamos nos referindo aos condicionadores de ordem linguística, ou seja, a uma categoria gramatical. Nesse sentido, por estar relacionado a propriedades linguísticas, morfológicas, fonológicas ou sintáticas são denominadas variáveis internas.

Em nosso estudo testamos as seguintes variáveis internas:

4.1.1.1 *Locativo em posição pré-verbal*

Quanto a esse fator, testamos se a presença ou apagamento da preposição junto ao locativo em posição pré-verbal é um condicionante.

4.1.1.2 *Tipologia verbal*

No que tange a tipologia verbal, para efeitos de análise, consideramos a terminologia da gramática de valência de Borba (1990) e observamos se há predominância de verbos avalentes, monovalentes, bivalentes, trivalentes ou tetravalentes.

4.1.2 Variáveis extralinguísticas

4.1.2.1 *Sexo*

Utilizamos aqui o termo sexo, já que todos os bancos do nosso *corpus* usam unicamente o fator biológico como critério de distinção para essa variável. Tal fato demonstra um enorme atraso nas discussões linguísticas e a necessidade de bancos que não ignorem as contribuições e peculiaridades das contribuições linguísticas dos diversos grupos, como os cis, trans, não-binários, fluidos, agêneros, bigênero, andrógino, pangênero etc.

4.1.2.1.1 Masculino

4.1.2.1.2 Feminino

4.2 A NATUREZA DA PESQUISA

Em termos metodológicos, nossa investigação é de natureza quali-quantitativa com base no modelo teórico metodológico sociofuncional que, como já dissemos, requer uma conversa na diferença entre os arcabouços teóricos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo norte-americano.

Mais do que produzir números, objetivamos aqui identificar e descrever o fenômeno linguístico da concordância locativa na oralidade dos fortalezenses a partir do PORCUFORT (Projeto Português Oral Culto de Fortaleza).

Para análise da concordância locativa no corpus utilizamos os softwares TagAnt e AntCoc, que têm como cerne a análise estatística avançada de corpus textual ao realizar o tratamento de dados linguísticos. Delimitadas as ocorrências do fenômeno sintático em estudo dentro do corpus, nossa amostra foi estratificada seguindo as variáveis, sexo (masculino e feminino) e faixa etária. Para a identificação dos informantes será utilizado o nome do banco de dados, o número do inquérito do qual participou, o tipo de inquérito (EF) e para suas descrições o sexo, e faixa etária no ensejo da realização da pesquisa, conforme constantes no início de cada transcrição de inquérito do nosso os bancos de dados.

Utilizamos para a identificação do fenômeno, como dissemos anteriormente, os softwares TagAnt e AntCoc. Os softwares são gratuitos e estão disponíveis para download no site Laurence Anthony's AntConc¹⁷. Desenvolvidos por Laurence Anthony, professor da Faculdade de Ciência e Engenharia da Waseda University, Japan, se apresentam como uma excelente opção entre os softwares do tipo CAQDAS (Computer Assisted/Aided Qualitative Data Analysis). O primeiro passo para identificação do fenômeno em estudo é etiquetar cada palavra de cada inquérito segundo a classe gramatical e para isso cada inquérito é submetido ao TagAnt.

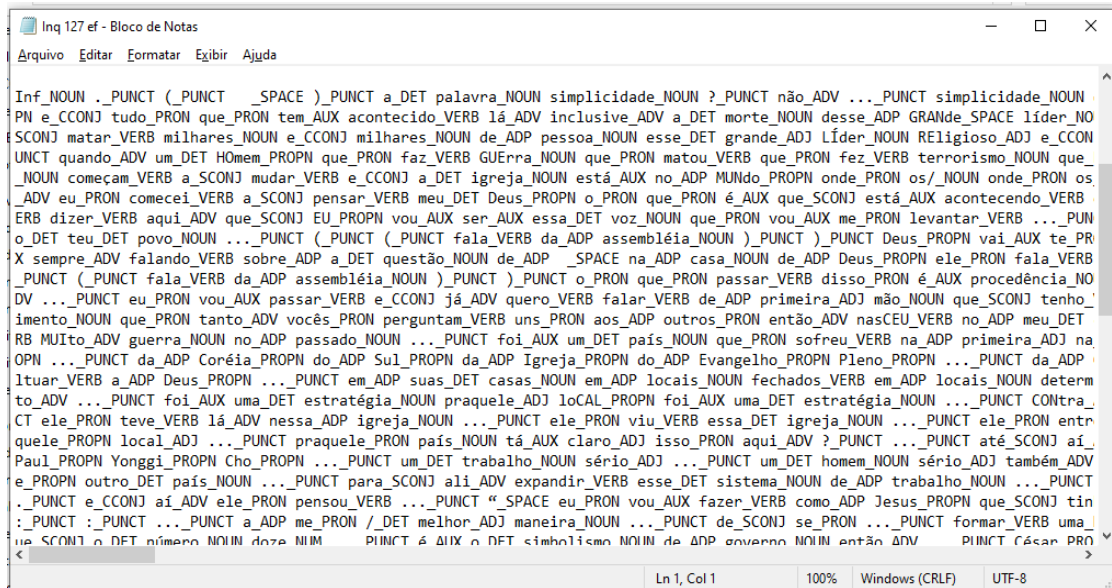
¹⁷ Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>

Figura 04 – Transcrição original

Inf. () a palavra simplicidade? não... simplicidade que há:: em Cri::sto Jesus... ho::je o mundo ficou chocado:: o::u alguns ficaram alegre outros ficaram triste ((interrupção da gravação)) com a notícia de Yasser Arafat ter falecido hoje ter morrido... e uma morte ainda não conhecida pelos maiores médicos do mundo ((problema na gravação)) conseguiram detectar qual foi a doença de Yasser Arafat o que foi que levou ele morrer... mas segundo as profecias bíblicas... Algo está acontecendo no Oriente Médio e tudo que tem acontecido lá inclusive a morte desse GRANDe líder palestino... é um propósito que vai se encaixando aos poucos é um quebra-cabeça que está se encaixando para o final de tudo... e:: eu fiquei pensando eu fiquei ouvindo aquilo ali sobre Yasser Arafat e pensei pôxa... falta tão POUco... o Oriente Médio está querendo... éh::... mudar a situação de GUErra... em uma falsa PAZ e eu fiquei pensando coMlgo... quando a a a repórter falou que ele matou milHares e milHares de pessoa que ele deu ordem para matar milhares e milhares de pessoa esse grande Líder Religioso e político... e militar que foi Yasser Arafat um homem que hoje precisamos... como cidadão estudar um pouco sobre a vida dele como cristão entender que a morte dele tem um significado... profético

Fonte: elaborado pelo autor.

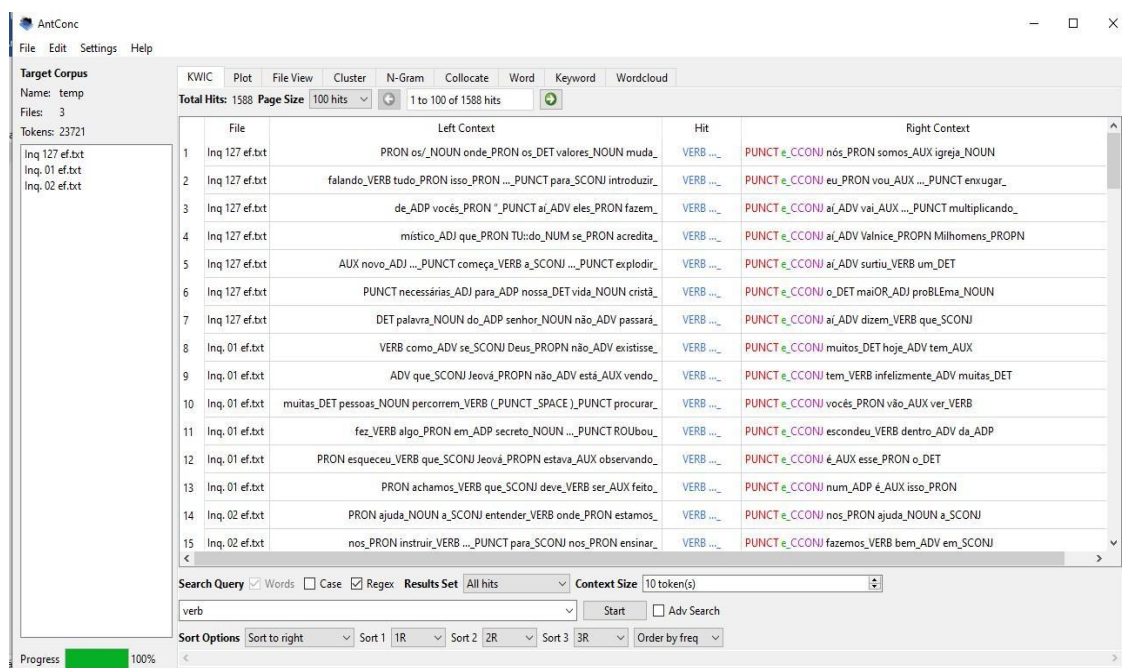
Figura 05 – Transcrição etiquetada com auxílio do TagAnt



Fonte: elaborado pelo autor.

Após etiquetados, os inquiridos foram submetidos ao AntConc. Solicitamos ao software que nos apresentassem todos os verbos do corpus, apresentando dez palavras à esquerda e dez à direita. Dessa forma, como cada palavra vem etiquetada, teremos cinco palavras de cada lado do verbo.

Figura 06 – AntConc.



Fonte: elaborado pelo autor.

De posse de todas as orações do *corpus*, separamos quais enquadravam-se dentro do fenômeno de análise. Delimitadas as ocorrências do fenômeno sintático em estudo dentro do corpus, nossa amostra foi estratificada seguindo a variável sexo (masculino e feminino). Para a identificação dos informantes será utilizado o número do inquerito do qual participou, o tipo de inquerito (EF) e para suas descrições o sexo e a faixa etária no ensejo da realização da pesquisa, conforme constantes no início de cada transcrição de inquerito.

Registramos que nossa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sendo aprovada. Serão preservadas as informações de identificação, de modo que o anonimato seja zelado. No entanto, sempre há riscos quanto à participação, tais como: vazamento de informações pessoais e constrangimento por falar de assuntos pessoais, mas a pesquisa está planejada para minimizar tais riscos.

4.3 PORCUFORT-Fase 2 (Projeto Português Oral Culto de Fortaleza-Fase 2)

O PORCUFORT (Projeto Português Oral Culto de Fortaleza) foi coletado em

duas fases: a primeira, na década de 1990 e a segunda no final da década de 2010. Atualmente é o único banco de dados cearense que permite estudos em tempo real e do tipo tendência a partir de suas amostras (Araújo; Viana; Rodrigues, 2021, p.48)

A primeira fase, idealizada e coordenada pelo Prof. Dr. José Lemos Monteiro, ocorreu no interstício de 1993 a 1995. Atualmente, após a aposentadoria do professor Monteiro da Universidade Estadual do Ceará (UECE), encontra-se sob a tutela da Profa. Dra Aluiza Alves de Araújo, vinculada a UECE como docente e coordenadora da Fase II do PORCUFORT (Araújo; Viana; Rodrigues, 2021, p.48)

A segunda fase, coordenada pela Profa. Dra. Aluiza Alves de Araújo, como supracitado, objetivou possibilitar estudos em tempo real do tipo tendência, ademais de amostra em tempo aparente, em decorrência do interstício de duas décadas e meia entre a primeira e a segunda amostra da coleta (Araújo; Viana; Rodrigues, 2021, p.48 e 49).

Em conjunto, as duas fases englobam sessenta e quatro bairros da Cidade da Luz, ambas estratificadas por sexo (masculino e feminino), faixa etária (I-22 a 25 anos, II- 36 a 55 anos e III- 56 anos ou mais) e tipo de registro (DID- Diálogo entre Informante e Documentador, D2- Diálogo entre Dois Informantes e EF- Elocução Formal). Por sua vez, os informantes são residentes de Fortaleza, com graduação completa, filhos de fortalezenses ou cearenses que desde a infância residiram na capital, e que não se ausentaram da cidade por longo período de tempo (Araújo; Viana; Rodrigues, 2021, p. 48 e 49)

Optamos por trabalhar com o PORCUFORT em sua fase II devido a proximidade com o tempo em que a pesquisa se desenvolve, o que contextualmente nos dará uma visão sincrônica do português oral culto de Fortaleza em um contexto histórico mais recente. O PORCUFORT – II teve como foco a

constituição de um novo banco de dados de fala culta da cidade de Fortaleza, com o objetivo central de construir, com base nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1994, 2006, 2008, 2010; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), uma amostra de dados de linguagem falada tida como culta, mais atual, para a capital cearense, já que o único banco de dados dessa variedade, disponível, era o corpus do PORCUFORT Fase I, constituído [...] no início da década de 1990 (Araújo; Viana; Pereira, 2022, p.87).

O projeto seguiu os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista de Labov, Weinreich e Herzog e nesse sentido, possui natureza quantitativa e empírica. Em primeira instância, corrobora para o conhecimento da multiplicidade linguística do PB, de modo peculiar a variedade do falar de Fortaleza, ao mesmo tempo

que contribui para uma descrição fidedigna do falar culto da capital cearense em tempo real e/ou tempo aparente (Araújo; Viana; Pereira, 2022).

A amostra considerou os mesmos fatores sociais da primeira amostra do banco de dados e atualmente é composto por 105 informantes, distribuídos em 87 inquéritos, somando um total de 84 horas, 47 minutos e 47 segundos (Araújo; Viana; Rodrigues, 2021, p. 72) O quadro abaixo nos traz um resumo dos informantes por estratificação.

Quadro 1 – Estratificação dos informantes do PORCUFORT – Fase II

Faixa etária	SEXO					
	Masculino			Feminino		
	TIPO DE REGISTRO ¹⁸					
	DID	D2	EF	DID	D2	EF
I (22 a 35 anos)	6	4	6	6	6	6
II (36 a 55 anos)	6	6	6	6	7	6
III (56 anos acima)	7	6	6	6	7	2
Total	19	16	18	18	20	14

Fonte: Araújo, Viana e Rodrigues (2021, p. 72).

O projeto PORCUFORT Fase II obedeceu às determinações éticas em pesquisas na área de Ciências Humanas (Resolução nº510/2016) e foi submetido ao Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará – CEP/UECE. Trabalhou com a metodologia de pesquisa encoberta, dessa forma os informantes inicialmente não tiveram conhecimento que sua fala era o objeto de estudo, o que está de acordo com o capítulo 1, Artigo 2º, inciso XV da Resolução nº 510 do CNS, de 07 de abril de 2016, publicada no DOU nº98 do dia 24 de maio de 2016 – seção 1, páginas 44-46, que se justifica no sentido de que informar o objeto de estudo poderia alterar o comportamento alvo do estudo. Os informantes preencheram a ficha do informante, para que se pudesse observar seus perfis

¹⁸ DID - Diálogo entre documentador e informante; D2 - Diálogo entre dois informantes; EF - Elocução formal

e enquadramento nos critérios da pesquisa. Ao fim de cada gravação, os informantes eram esclarecidos sobre o objeto da pesquisa e podiam decidir continuar contribuindo ou serem excluídos da pesquisa, ocasião na qual preenchiam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. Todos os informantes enquadravam-se nos seguintes parâmetros: ter nível superior completo em regime presencial, ser natural de Fortaleza, filhos de pais fortalezenses ou cujos pais tivessem vindo residir na capital até os cinco de idade, ser morador da cidade, não ter se ausentado da Terra da Luz por tempo superior a três meses. (Araújo, Viana e Pereira, 2022, p.101-102)

Os inquéritos que compõem o PORCUFORT-Fase II foram transcritos seguindo as seguintes características:

Não foram utilizados sinais de pausa próprios da linguagem escrita; Todas as pausas, suspensões ou interrupções foram marcadas pelas reticências; Maiúsculas foram usadas exclusivamente para marcar nomes próprios ou siglas; Foram grafadas apenas a inicial maiúscula do nome das pessoas comuns citadas nos inquéritos; Os parênteses marcaram palavras e segmentos fonológicos incompreensíveis; Em caso de dúvidas quanto ao segmento ouvido, a transcrição apresenta-se entre parênteses; A barra oblíqua marca o truncamento de palavras; A entonação estática é indicada pelo uso de maiúscula; Para a silabação empregou-se o hífen; Trechos lidos encontram-se entre aspas; Foram utilizados parênteses duplos e maiúsculas para os comentários descritivos dos transcritores; Em caso de superposição ou simultaneidade de vozes foram empregadas chaves (Araújo; Viana ; Pereira, 2022, p.112-113).

4.4 A COMUNIDADE DE FALA DA PESQUISA: FORTALEZA-CE

Figura 6 – Região Metropolitana de Fortaleza

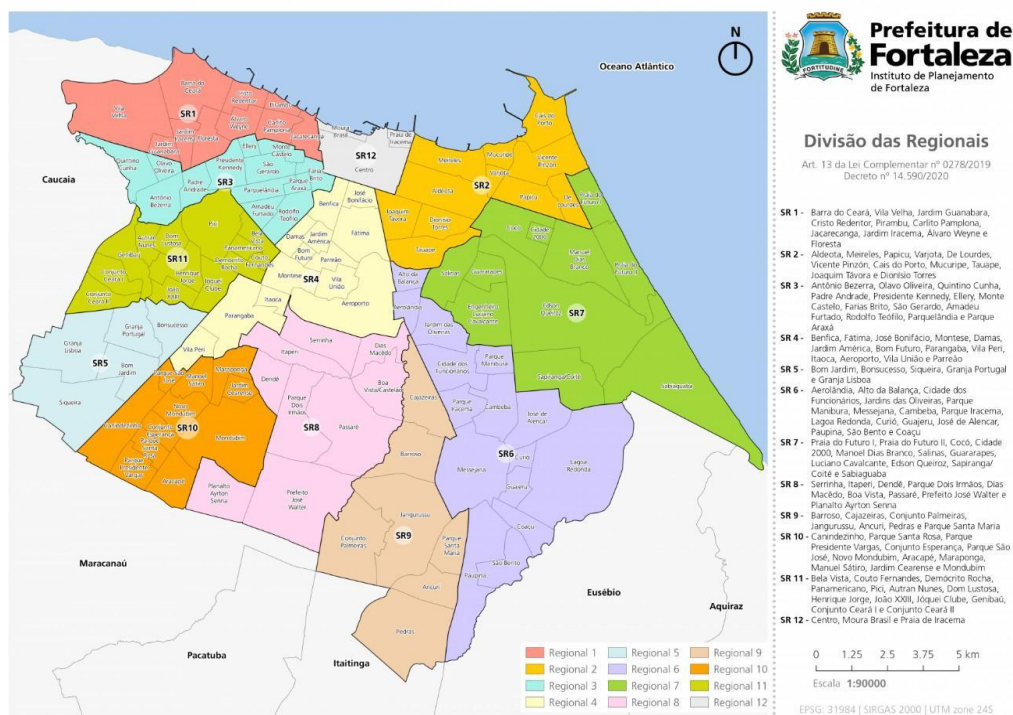


Fonte: Portal Prefeitura de Fortaleza (2023)¹⁹.

¹⁹ Disponível em: <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/?view=626>. Acesso em: 03 jun. 2023.

Nossa pesquisa terá como comunidade alvo a capital do estado do Ceará, Fortaleza, cidade com a 5ª maior população do Brasil, de população 100% urbana estimada em 2.596.167 habitantes segundo o IBGE²⁰, dos quais aproximadamente 270²¹ mil são crianças de até 5 anos de idade e 720²² mil são jovens de 15 a 29 anos. Com um IDH de 0,745²³, é o 9º maior PIB do Brasil. Geograficamente possui área de 314.930km², segundo o IBGE, encontra-se na região Nordeste do Brasil, faz fronteira com os municípios de Caucaia, Pacatuba, Maracanaú, Itaitinga, Eusébio e Aquiraz e é banhada pelo Oceano Atlântico. Politicamente o município está dividido em 12 regionais e é composto por 121 bairros segundo o Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor).

Figura 07 – Divisão dos bairros de Fortaleza por regional



Fonte:

Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor)²⁴.

²⁰ Resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.

²¹ 2020 – Dados fornecidos pela Apresentação de Fortaleza no site oficial da cidade. Disponível em <https://www.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

²² 2020 – Dados fornecidos pela Apresentação de Fortaleza no site oficial da cidade. Disponível em <https://www.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

²³ 2016 – Dados fornecidos pela Apresentação de Fortaleza no site oficial da cidade. Disponível em <https://www.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

²⁴ Disponível em <https://www.ipplan.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

No que tange ao que a prefeitura da cidade denomina de *Ecossistema de Conhecimento*, Fortaleza possui 600 unidades no parque escolar, das quais 230 são unidades de educação infantil e creches, comportando um total de 240 mil alunos matriculados, o que a configura como a 4ª maior rede municipal em número de matrículas e a segunda maior oferta de vagas em tempo integral do Brasil com cerca de 90 mil vagas. Ademais, o município possui 43 Instituições de Ensino Superior.

4.4.1 A população fortalezense quanto à raça

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, em seu 1º art. destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica definiu como população negra, o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (IPECE, 2020, p.3)²⁵.

Segundo dados da PNAD Contínua Trimestral, no terceiro trimestre de 2023, aproximadamente 69% da população de Fortaleza é composta por pretos e pardos. Isso coloca a cidade como a 14ª capital do país em proporção de habitantes negros.

Tabela 1 – População, por cor ou raça

Variável - População (Mil pessoas)					
Trimestre - 3º trimestre 2023					
Município	Cor ou raça				
	Total	Branca	Preta	Parda	% Pretos e Pardos
Salvador (BA)	2926	524	934	1448	81
Rio Branco (AC)	432	82	31	313	80

²⁵ Compreender que ser parda, como sempre me defini, significa que faço parte da população negra, foi um divisor de águas na gênese deste trabalho e em minha vida. Essa consciência de classe, raça e gênero (ser pobre, negra e mulher) está entranhada em cada linha aqui redigida.

Macapá (AP)	542	110	67	362	79
Manaus (AM)	2331	460	105	1730	79
Teresina (PI)	877	198	122	555	77
Porto Velho (RO)	568	126	44	389	76
São Luís (MA)	1129	244	200	660	76
Belém (PA)	1520	375	198	931	74
Boa Vista (RR)	434	98	35	285	74
Aracaju (SE)	688	176	105	393	72
Cuiabá (MT)	633	182	90	355	70
Palmas (TO)	328	97	33	195	70
Maceió (AL)	1044	311	109	610	69
Fortaleza (CE)	2728	823	200	1677	69
Recife (PE)	1676	634	199	838	62
Brasília (DF)	3172	1226	381	1540	61
João Pessoa (PB)	843	346	76	410	58
Natal (RN)	909	393	88	426	57
Belo Horizonte (MG)	2548	1106	333	1101	56
Vitória (ES)	387	175	52	158	54
Goiânia (GO)	1596	720	121	742	54
Campo Grande (MS)	936	431	75	410	52
Rio de Janeiro (RJ)	6830	3624	946	2205	46

São Paulo (SP)	12538	6895	1138	4066	42
Porto Alegre (RS)	1501	1109	196	187	26
Curitiba (PR)	1994	1474	84	398	24
Florianópolis (SC)	532	423	38	67	20

Fonte: Adaptado de IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2023).

As disparidades econômicas e culturais retratam um grande abismo de desigualdades. Fruto, como bem nos lembra Lucchesi (2015, p.22-23), dos quase quatrocentos anos de um projeto colonial baseado na escravização dos povos oriundos da África e dos povos originários brasileiros em prol de um terço de brancos.

Segundo relatório do IBGE²⁶, no terceiro trimestre de 2023, em Fortaleza, os brancos correspondiam a 30% da força de trabalho ocupada, enquanto os pretos representavam 8% e os pardos 61%. Nesse sentido, a população negra corresponde a 69% da força de trabalho da capital do Ceará.

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, em situação de informalidade e respectivas taxas e níveis, por cor ou raça

Variável – Pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas)				
Trimestre – 3º trimestre 2023				
Brasil e Município	Cor ou raça			
	Total	Branca	Preta	Parda
Brasil	174983	75130	19148	78597
Fortaleza (CE)	2259	682	178	1373

Fonte: Adaptado de IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2023).

Apesar de a população negra corresponder a quase três quartos da força de trabalho da capital cearense, o rendimento mensal dessa população é inferior ao dos brancos. No terceiro trimestre de 2023, o rendimento médio mensal do fortalezense foi

²⁶ <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>

de R\$2.658,00. Comparativamente, os brancos receberam renda aproximada de 130% relativa a essa média (R\$3.450,00), enquanto pardos receberam em média apenas 88% desse valor (R\$2.339,00) e os pretos menos ainda, 80% (R\$2.141,00).

Tabela 3 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por cor ou raça

Variável - Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido no trabalho principal (Reais)				
	Trimestre x Cor ou raça			
	3º trimestre 2023			
	Total	Branca	Preta	Parda
Brasil	2900	3721	2172	2233
Fortaleza	2658	3450	2141	2339

Fonte: Adaptado de IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2023).

Não nos surpreende que dessa força de trabalho, na Terra da Luz, pretos e pardos trabalhem mais horas na semana que os brancos. Tal fato, provavelmente, está associado a que a população negra recebe até 20% menos que os brancos na capital do humor, como vimos na tabela anterior.

Tabela 4 – Média de horas habitualmente trabalhadas por semana e efetivamente trabalhadas na semana de referência, no trabalho principal e em todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça.

Variável - Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Horas)				
Trimestre - 3º trimestre 2023				
Brasil, Unidade da Federação e Município	Cor ou raça			
	Total	Branca	Preta	Parda
Brasil	39	39,6	39,1	38,5
Ceará	36,8	37	37,4	36,6

Fortaleza (CE)	38,1	37,9	38,7	38,1
----------------	------	------	------	------

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2023).

Ainda que a Constituição Federal do Brasil, em seu Art. 205 garanta que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, ou seja, que diante da lei todos os brasileiros são iguais, a realidade é bem distinta no que concerne o acesso à educação.

A PNAD-Contínua do IBGE revelou que, no Brasil, em 2018, enquanto apenas 55,6% dos jovens pretos e pardos entre 18 e 24 anos estavam no ensino superior, entre os brancos essa taxa era de 78,8%. Entre os que já possuíam diploma de graduação, esses índices correspondiam a 36,1% dos brancos e somente 18,3% dos pretos e pardos. Quanto ao Ceará, o relatório do IPECE (2020, p.6) revelou que, no ano seguinte, a frequência escolar líquida no ensino superior para a população de 18 a 24 anos era de 31,1% para brancos e 20,2% para negros.

As discrepâncias nas oportunidades de acesso à educação dos estudantes negros na educação básica e superior levam a uma média de escolaridade inferior para a população preta e parda em comparação àqueles que se declaram brancos. No Ceará, a população negra com 25 anos de idade ou mais estuda uma média de 7,7 anos, ao passo que os brancos estudam cerca de 9,3 anos.

Todos esses dados que refletem a imensa disparidade entre brancos e negros resultam da intensa dominação física e espiritual que implicou a submissão linguística de indígenas e africanos; aqueles, aculturados, esses, escravizados. Tudo isso gerou um gigantesco fosso linguístico entre a língua do colonizador e a enorme variedade de línguas faladas pelos dominados. Nesse sentido, os descendentes de africanos paulatinamente abandonaram a língua de seus antepassados e aderiram a do colonizador como língua materna, mas ainda guardando “marcas de sua aquisição imperfeita e nativização mestiça” (Lucchesi. 2015, p.22-23).

5 CONCORDÂNCIA LOCATIVA NA FALA CULTA FORTALEZENSE

Nossa investigação sobre a concordância no falar culto fortalezense foi realizada a partir da análise de 21487 verbos, distribuídos nas seis células de nossa amostra. Após a análise de cada oração, encontramos 123 construções oracionais que apresentam o fenômeno, todas elas extraídas de inquéritos *EF* do banco de dados PORCUFORT (Projeto Português Oral Culto de Fortaleza) – Fase 2. Foram considerados quatro inquéritos por célula, exceto na célula mulher com idade igual ou superior a 58, que possui apenas dois informantes. Essa redução do número de informantes nessa célula decorre do fato de não ter sido possível na constituição do banco encontrar mais informantes do sexo feminino nessa faixa etária que possuísem curso superior. Tal disparidade reforça as desigualdades de gênero quanto ao acesso ao ensino superior. O quadro abaixo sintetiza a constituição de nossa amostra.

Quadro 2 – Constituição da amostra

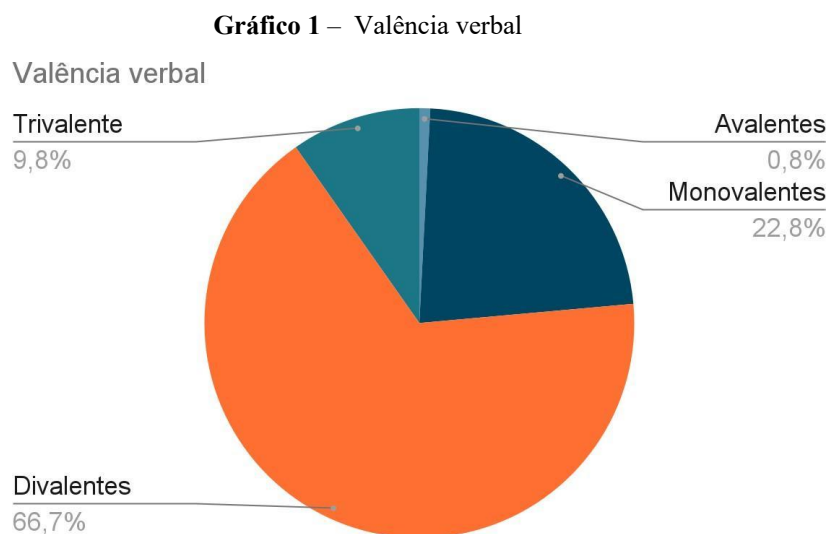
		FAIXA ETÁRIA		
		22-35	36-55	56 ou +
S E X O	HOMENS	Inq. 27	Inq. 15	Inq. 33
		Inq. 20	Inq. 54	Inq. 81
		Inq. 6	Inq. 21	Inq. 69
		Inq. 30	Inq. 42	Inq. 67
	MULHERES	Inq. 40	Inq. 78	Inq. 63
		Inq. 31	Inq. 68	Inq. 53
		Inq. 18	Inq. 39	
		Inq. 44	Inq. 17	

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1 VALÊNCIA VERBAL

Conforme apontamos na seção sobre os fatores de análise, quanto ao fator verbo, nossa análise é guiada pelos preceitos da gramática de valência que divide os verbos em avalentes, monovalentes, divalentes, trivalentes ou tetravalentes. Dentro desse escopo, nosso corpus apresentou construções com concordância locativa com verbos avalentes,

monovalentes, divalentes e trivalentes.



Fonte: Elaborado pelo autor.

De forma geral, o fenômeno em estudo se apresenta majoritariamente em construções cujo cerne é um verbo divalente (66,7%) e minoritariamente com verbos avalentes (0,8%). Acreditamos que esse percentual ínfimo de construções de concordância locativa com verbos avalentes esteja relacionado ao fato de os verbos dessa categoria pertencerem ao campo semântico dos fenômenos da natureza e prototicamente não demandarem um actante agentivo. A ausência de uma casa argumental que demande um agentivo distancia a possibilidade da construção de um processo lógico sintático-semântico que permita o alçamento de um locativo à posição pré-verbal de forma que este assuma o papel semântico de agente.

Por outro lado, não encontramos uma explicação sintática para a maior incidência de construções com verbos divalentes. Supomos então que isso pode estar relacionado ao fato de a língua portuguesa apresentar quantitativamente mais verbos divalentes, segundo Vilela (1995).

Em nosso *corpus*, encontramos os seguintes verbos divalentes: adotar, apresentar, chegar, complementar, completar, contar, contratar, definir, deixar, demandar, desrespeitar, detalhar, dizer, enganar, entrar, falar, mudar, exigir, explicar, falar, manifestar, mencionar, poder, precisar, prever, proibir, respeitar, restringer, seguir, ter, trabalhar, tratar, trabalhar, tratar, trazer, usar, utilizar, existir, ter.

Seguem-se alguns exemplos:

[75]. O quê que essa frase quer dizer.

[57]. A LEI ainda não definiu o que é o adicional de penosidade.

[61]. Esse resumo tá faltando alguma coisa o que é?

Ao invés de construções do tipo “O que se quer dizer com essa frase”, “O adicional de penosidade ainda não foi definido em Lei”, “Alguma coisa tá faltando nesse resumo, o que é?”, observamos que o Argumento 2 dos respectivos verbos divalentes (quer DIZER, DEFINIR e tá FALTANDO) – “com essa frase”, “em Lei” e “nesse resumo” – passa a ocupar o espaço sintático semântico do Argumento 01, caracterizando esse argumento 01 como tópico.

5.2 VALÊNCIA, SEXO E FAIXA ETÁRIA

Na célula que comporta inquéritos de homens na faixa etária de 22 a 35 anos foram encontrados verbos monovalentes, divalentes e trivalentes.

[33]. então a obra tem (porcufort2_inq.20_ef_m_22-35).

[34]. eram punições que desrespeitavam a dignidade humana
daqueles indivíduos (porcufort2_inq.27_ef_m_22-35)

[35]. inclusive a introdução né a introdução do livro já coloca um tema a
Kant é importante (porcufort2_inq.20_ef_m_22-35)

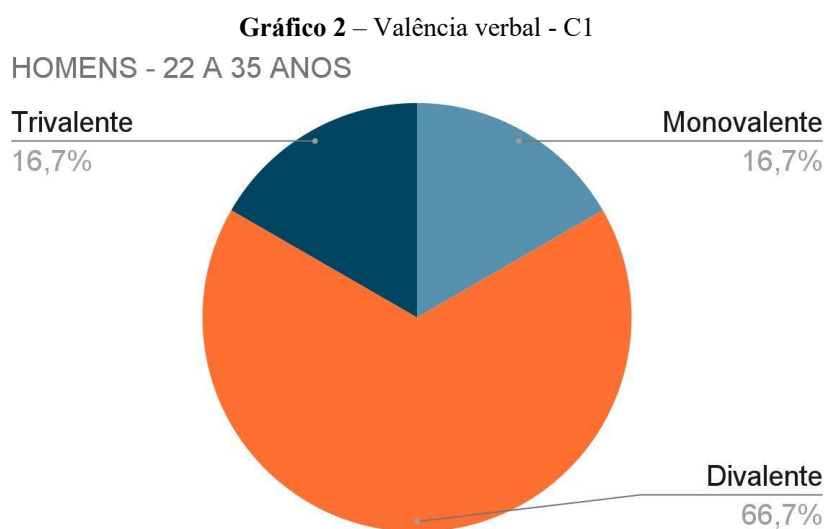
Em [33], temos um verbo monovalente (tem/há Y) cuja casa argumental 2 não foi preenchida (tem ∅ na obra). Esse tipo de construção onde uma casa argumental fica vazia é típico da oralidade, onde muitas vezes esse argumento ausente faz parte de um conhecimento partilhado entre os interlocutores. O verbo ter com sentido de existir não demanda um argumento agentivo. Por outro lado, quando esse verbo significa possuir ele passa a ser divalente (X tem Y). Passando a construção [33] para uma voz detransitiva, temos: Então, tem-se ∅ na obra. É provável que em [33] o informante tenha considerado a valência de ter com o valor semântico de possuir. Provavelmente em decorrência disso, (n)obra. circunstante locativo, apesar de ser pouco volitivo, assume o papel agentivo do sujeito preenchendo a casa argumental 1.

Em [34], o verbo desrespeitar é divalente, abre duas casas argumentais: alguém desrespeita algo ou alguém (A₁ desrespeita A₂). Observe que se desrespeitava a dignidade humana daqueles indivíduos naquelas punições. Não temos na construção um agentivo

típico, animado, volitivo assumindo a casa 1, mas sim um circunstante locativo que na ausência de um agente assumiu essa função.

Em [35], o verbo trivalente “coloca” abre três casas argumentais: alguém, coloca algo em algum lugar (A_1 coloca A_2 em A_3). Onde está o agente volitivo em “Colocase um tema importante a Kant já na introdução do livro”? Ele não está expresso, sua casa argumental foi preenchida pelo circunstante locativo “na introdução do livro”. É possível que o processo mental que possibilitou isso seja o fato de que quando “na introdução do livro” foi alçado a função de sujeito, agente, a casa argumental 3, que solicitava um argumento preposicionado tenha ficado vazia e “a Kant”, circunstante (modificador preposicionado), tenha sido considerado como uma possibilidade para seu preenchimento.

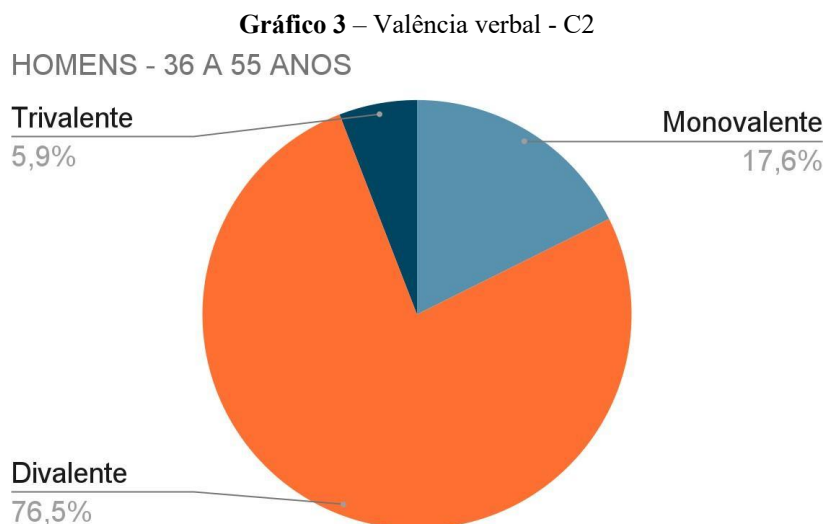
O gráfico abaixo apresenta as frequências de incidência de cada tipo de verbo para a Célula 1 (homens de 22 a 35 anos).



Fonte: Elaborado pelo autor.

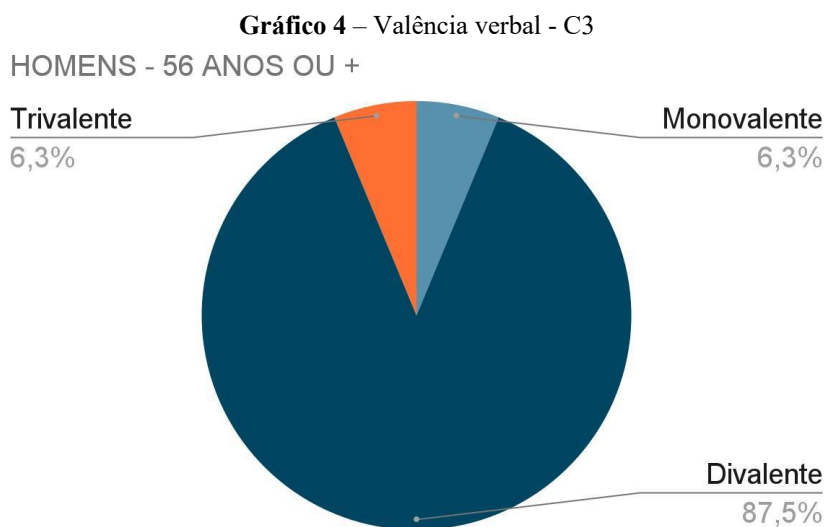
Observamos que para a célula em questão houve maior incidência do fenômeno de concordância locativa com verbos divalentes.

Assim como na Célula 1, a Célula 2 (homens de 36 a 55 anos) apresentou maior incidência do fenômeno com sentenças de verbo divalente.



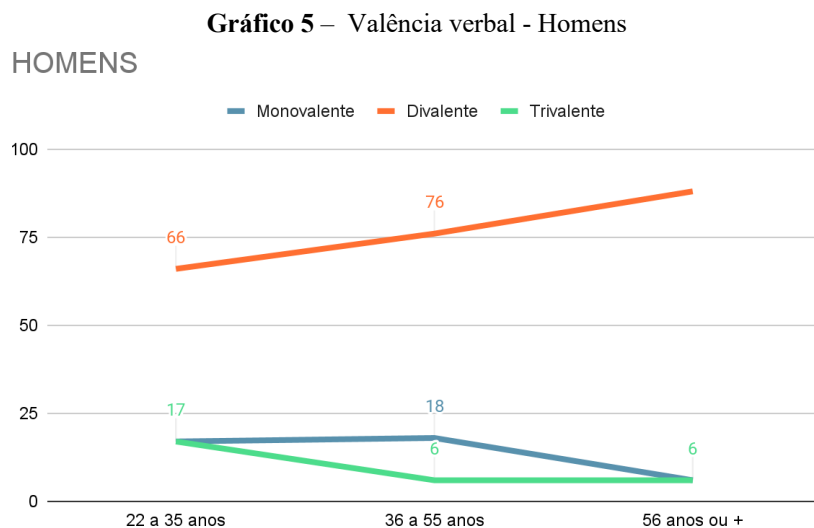
Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como nas células anteriores, observamos na Célula 3 (homens com idade igual ou superior a 56 anos) uma predominância de verbos divalentes nas construções.



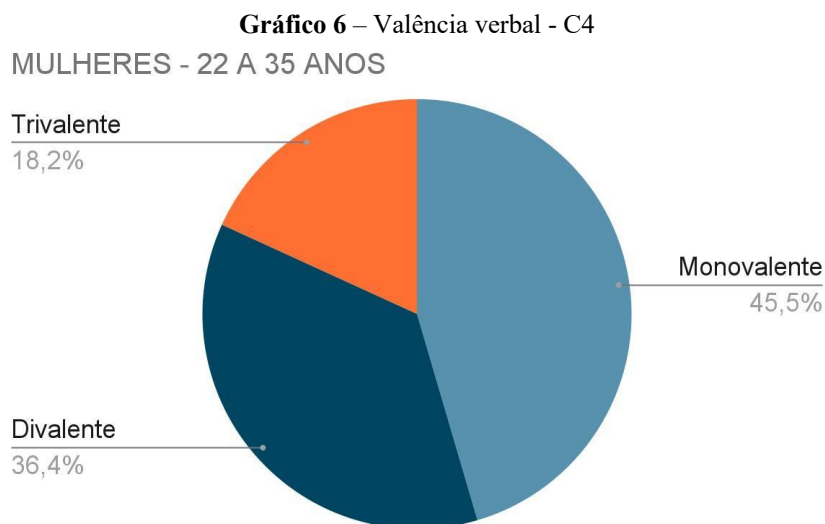
Fonte: Elaborado pelo autor.

Há um ligeiro aumento na porcentagem de sentenças com verbos monovalentes, representada no gráfico abaixo pela linha azul, na C2. Enquanto na Célula 1, com informantes mais jovens, 16,7% das sentenças apresentaram verbos monovalentes, na C2 esse percentual sobe para 17,6% e em C3 cai para 6,3%, respectivamente, como podemos observar no gráfico abaixo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível observar também que há um aumento da frequência do fenômeno da concordâncialocativa entre os homens com construções de verbos divalentes (linha laranja) conforme a idade dos informantes aumenta (66%, 76%, 88%). Diferentemente das três células de integrantes masculinos (C1, C2 e C3), a C4 (mulheres de 22 a 35 anos) apresenta o fenômeno da concordância locativa majoritariamente com orações de verbos monovalentes.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A C4 apresenta 45,5% de construções com verbos monovalentes. Analisemos algumas dessas construções.

[36]. então HOje o projeto de vocês é pra ter uma média de quantas (páginas)²⁷?
(porcufort2_inq.40_f_22 a 35 anos)

[37]. cada escola tem uma realidade (porcufort2_inq.40_f_22 a 35 anos)

Nas construções [36] e [37] temos o mesmo verbo, ter. Em ambas as orações esse verbo possui o significado semântico de existir. Essas construções poderiam ser reescritas, sem prejuízo quanto aos seus significados, da seguinte forma:

[38]. Então, hoje deve haver uma média de quantas páginas no projeto de vocês?

[39]. Então, hoje é pra ter uma média de quantas páginas no projeto de vocês?

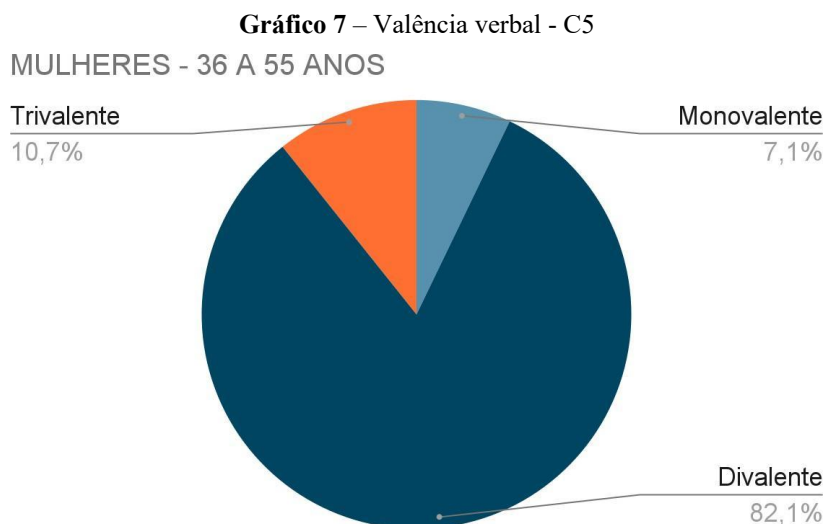
[40]. Há uma realidade em cada escola.

[41]. Tem-se uma realidade em cada escola.

Na gramática tradicional, as orações com verbo haver no sentido de existir são denominadas de oração sem sujeito. Para nós, isso significa que a casa argumental 1, destinada a um sujeito/agente não é preenchida nesse tipo de oração. A ausência desse sujeito/agente pode ser comprovada nos exemplos 38 a 41. Nesses contextos, o verbo ter com sentido de existir, assim como haver, é monovalente, demanda apenas uma casa argumental, preenchida por um complemento direto, sem preposição, que é o evento ou entidade que existe ou ocorre.

A C5 (mulheres de 36 a 55 anos) apresentou construções com concordância locativa com verbos monovalente, divalentes e trivalentes, prevalecendo as construções com verbos divalentes (82,1%), seguidas pelas construções com verbos trivalentes (10,7%) e monovalentes (7,1%), respectivamente. Dentre as construções com verbos monovalentes, dessa célula, todas tinham como cerne o verbo ter, o que também foi observado nas quatro células precedentes (C1 a C4).

²⁷ O termo entre parênteses não foi pronunciado pelo informante, mas pode ser retomado dentro do contexto da interação verbal.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Enquanto as construções com o fenômeno da concordância locativa com verbos monovalentes na C5 têm o mesmo verbo como cerne, nessa célula, todas as construções com verbos trivalentes apresentam verbos distintos como núcleo. Vejamos dois exemplos.

[42]. ela (a constituição) já introduz a ideia (porcufort2_inq.39_f_36 a 55 anos)

Observe que introduzir demanda três argumentos:

A1 - agente: quem introduz;

A2 - paciente: o que é introduzido;

A3 - locativo: localização espacial de onde a ação de introduzir se realiza.

Nesse sentido, o esquema argumental de [42] pode ser representado por A₁ introduz A₂ em A₃. [43]. existia até jogos que induziam a cometer suicídio (porcufort2_inq.78_f_36 a 55 anos)

Em [43], o verbo induzir é trivalente demandando como argumentos um agente (A1), um paciente (A2) e um resultado (A3). Passando a construção iniciada pelo pronome que para uma voz média, teríamos:

[44]. Induzia-se a cometer suicídios naqueles jogos

Ao fazer essa mudança na voz verbal, é possível perceber que a ação de cometer suicídio é induzida sem que o agente indutor seja especificado. Os jogos tem o papel semântico de locativo, trata-se de um circunstante. Temos, portanto, em [43], um elemento que prototipicamente é um circunstante locativo alçado a casa argumental um. Esse elemento em 43 é representado pelo pronome “que”.

Uma outra forma possível para [42], sem que o pronome assumisse o papel de agente seria:

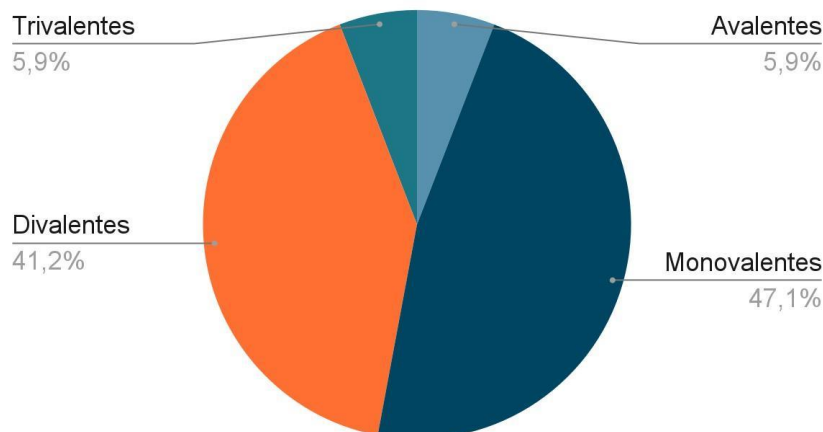
[45] Existiam até jogos em que induzia-se a cometer suicídio.

Em [45] a oração que tem como o cerne o verbo induzir tem a casa argumental 1, que demanda um agente, preenchida pelo pronome “se” que atua como um marcador da voz média, preenchendo a posição argumental do agente de forma impessoal. Ou seja, a ação de induzir a cometer suicídio ocorre sem que o agente esteja especificado claramente. A casa argumental dois, que demanda um paciente é preenchida de forma implícita por “alguém” ou “os jogadores”. Por fim, a casa argumental três, que deve ser preenchida por um termo que assuma o papel semântico de resultado, está preenchida por “a cometer suicídio”.

A célula C6, que comporta inquéritos cujas informantes possuem idade igual ou superior a 56 anos, apresentou quanto à valência verbal um resultado bem distinto das demais células. Somente nessa célula encontramos uma construção de concordância locativa com verbo avalente.

Gráfico 8 – Valência verbal - C6

Mulheres - 56 anos ou +



Fonte: Elaborado pelo autor.

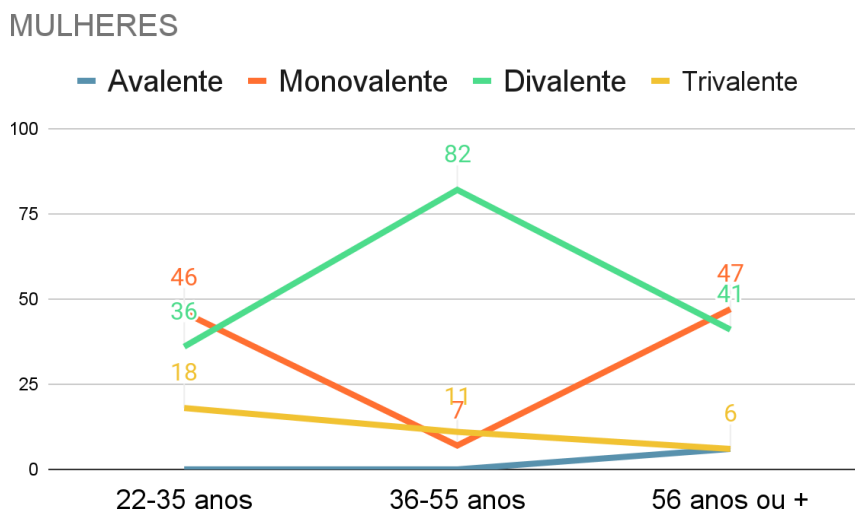
Vejamos abaixo a construção com verbo avalente que apresenta o fenômeno da concordância locativa encontrada nessa célula.

[46] vixe as estradas tá chovendo (porcufort2_inq.53_f_56 ou +)

Em [46] temos a locução verbal “tá chovendo” como cerne da construção. Os verbos que exprimem fenômenos da natureza, como é o caso de chover, são avalentes, não demandam actantes. No entanto, “(n)as estradas”, locativo que representa o local onde a ação de chover acontece sofreu o apagamento de sua preposição ao ser alçado à posição pré verbal que é típica do agente em PB. Falamos mais detalhadamente sobre essa questão do apagamento da preposição quando discutimos, anteriormente, o valor semântico do locativo. Também é importante ressaltar que o banco de dados do nosso corpus indica as pausas por reticências e os truncamentos por uma barra oblíqua e não há nenhum desses dois sinais gráficos após “as estradas”. Nesse sentido, (n)as estradas, sofreu o apagamento de sua preposição e foi içado à casa argumental 1, que prototipicamente é preenchida por um SN não preposicionado.

Vejamos o gráfico abaixo.

Gráfico 9 – Valência verbal - Mulheres



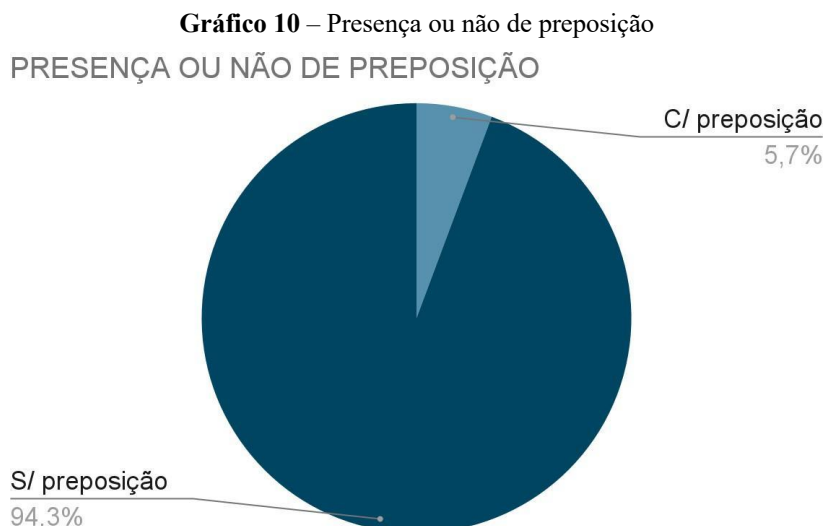
Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos perceber, pelo gráfico acima, que entre as mulheres há uma queda na porcentagem de sentenças com verbos trivalentes, representada no gráfico pela linha amarela conforme a idade das informantes aumenta, de forma que o quantitativo percentual de construções das mais jovens (C4) é o triplo do percentual das informantes com idade igual ou superior a 56 anos (C6) e a C5 assume um valor intermediário, que é quase o dobro da C6.

Por outro lado, os verbos monovalentes (linha laranja) e divalentes (linha verde) apresentam nas extremidades (C4 e C6) valores semelhantes, pouco divergentes. Mas para a C5, mulheres de 36 a 55 anos funcionam de forma inversa. As construções com verbos monovalentes caem drasticamente em C5, uma diferença de 39 pontos percentuais, e depois sobe 40 pontos percentuais, quase igualando os percentuais de C4 e C6. De forma inversa, as construções com verbos divalentes aumentam drasticamente em C5, uma diferença de 36 pontos percentuais se compararmos com a C4 e de 35 pontos percentuais se comparadas a C6.

5.3 PRESENÇA OU NÃO DE PREPOSIÇÃO

Conforme o esperado, houve maior incidência do fenômeno com o termo locativo não preposicionado, 94,3% das ocorrências. Essa característica do apagamento da preposição locativa deve-se ao fato de o fenômeno estudado preencher a casa argumental A₁ que canonicamente é ocupada por um SN não preposicionado.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Vejamos um exemplo de concordância locativa com o termo locativo preposicionado.

[47] hoje em todo serviço precisa ter um sistema T_{ODo} interligado
(porcufort2_inq.53_f_56 ou +)

A oração [47] tem como o cerne o verbo precisar, divalente, que demanda dois actantes, um agente (aquele que precisa) e um argumento que tem o papel semântico de estímulo (aquilo de que se precisa). Dessa forma, “ter um sistema todo interligado” é o actante oracional que preenche a casa argumental dois (A_1 precisa de A_2), é o estímulo que satisfaz a necessidade expressa pelo verbo precisar. Podemos perceber que para que “em todo serviço”, expressão locativa que refere-se ao local onde precisa-se de um sistema todo interligado assuma o papel semântico de agente e seja alçada a casa argumental um, ele foi colocado em posição pré-verbal, posição prototípica do SN que exerce essa função em PB. Também corrobora para que a expressão locativa “em todo serviço” assuma o papel de agente a correlação desse sintagma com a conjugação verbal de precisar. O verbo encontra-se na terceira pessoa do singular (ele/você/(em) todo serviço precisa). O informante não optou por usar o verbo na terceira pessoa do plural, precisam, o que indicaria que um alguém não expresso na oração seria o agente, aquele que precisa. Tampouco optou por usar “precisa-se”, de forma que a forma pronominal “se” funcionasse como argumento um. Portanto, “em todo serviço”, por sua posição pré-verbal e por sua correlação com o verbo e sua conjugação, ainda que preposicionado, é o

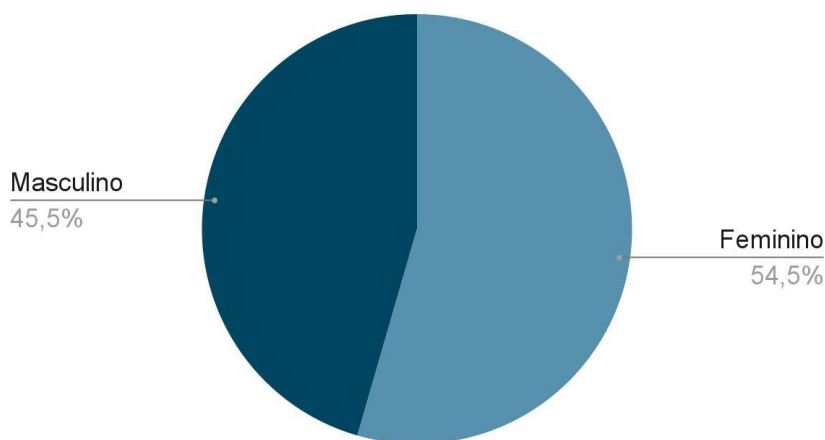
agente que preenche a casa argumental um.

5.4 SEXO

No que tange ao sexo, antes de iniciarmos a análise em si, frisamos mais uma vez que essa distinção apenas em dois polos, homens e mulheres, é excludente e que urge a criação de bancos linguísticos que abranjam a diversidade dos falares dos LGBTQIAPN+, reconhecendo a representatividade desses em suas comunidades linguísticas. Devido a essa ausência de bancos que abranjam essas diversidades de falares, trabalhamos aqui, indignadamente, com a divisão entre homem e mulher, ou masculino e feminino, apenas.

Das 123 construções do nosso corpus que apresentaram o fenômeno estudado aqui, 67 construções estavam nos inquéritos cujos falantes eram do sexo feminino e 56 nos inquéritos cujos falantes eram do sexo masculino.

Gráfico 11 – Concordância locativa quanto ao sexo
Concordância locativa quanto ao sexo



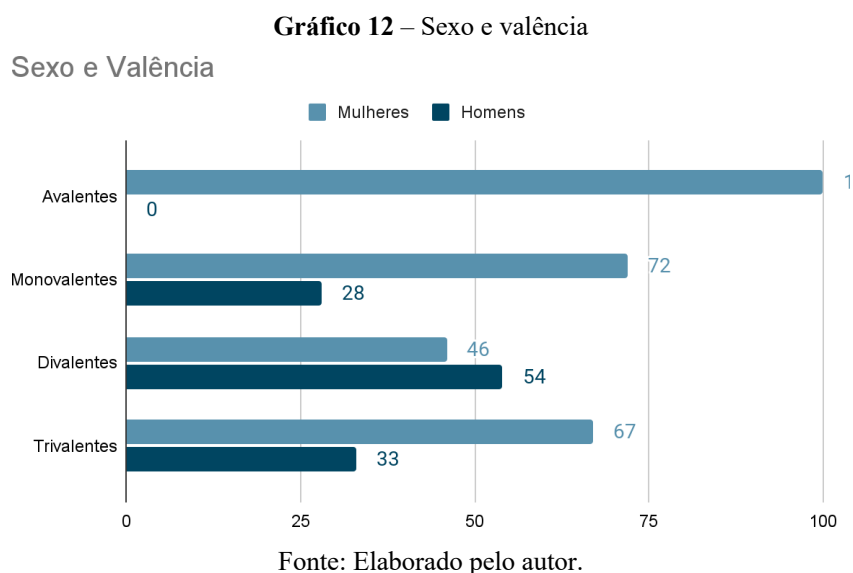
Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda que proporcionalmente essa diferença seja pequena, 9,6%, acreditamos que ela seja um indicativo de que as mulheres utilizam mais construções com concordância locativa que os homens, visto que nosso corpus é composto por 54,5% de homens e 45,5% de mulheres.

5.5 SEXO E VALÊNCIA VERBAL

Lakoff, uma das pioneiras na exploração do uso da linguagem conotativa e sua

associação com o gênero, discutiu em sua obra “Language and Women’s Place” (1973) como as mulheres tendem a usar mais expressões conotativas, pois sua linguagem caracteriza-se por ser mais conciliatória e subjetiva. Tannen (1990), por sua vez, sugere que a linguagem feminina é mais sugestiva e conciliatória, e a masculina mais objetiva, direta, combativa. Isso pode estar relacionado ao fato de que com três dos quatro tipos de verbos relacionados ao fenômeno da concordância locativa, a frequência de uso é maior entre as mulheres. De fato, com verbos avalentes, que como já discutimos anteriormente demandam maior abstração e distanciamento da denotação semântica que outros tipos de verbos, 100% das ocorrências que encontramos estavam em células com informantes femininos, como podemos observar no gráfico abaixo.

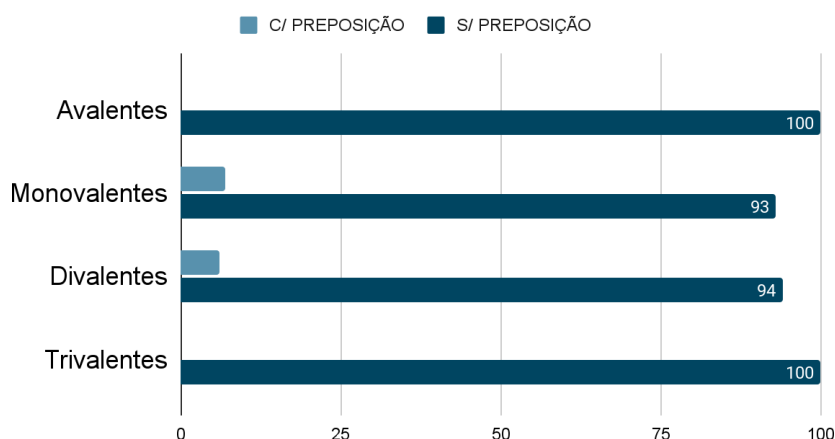


Nas construções com verbos monovalentes, enquanto 72% das construções estão associadas ao sexo feminino e 28% ao sexo masculino. De forma análoga, com verbos trivalentes a maioria das construções está associada ao sexo feminino, 67%. Somente com verbos divalentes observamos maioria de construções, 54%, associadas ao sexo masculino.

5.6 PRESENÇA OU NÃO DE PREPOSIÇÃO E VALÊNCIA

Quanto ao cruzamento das duas variáveis linguísticas presença ou ausência de preposição, observemos o gráfico abaixo.

Gráfico 13 – Presença ou ausência de preposição e valência
Presença ou ausência de preposição e valência



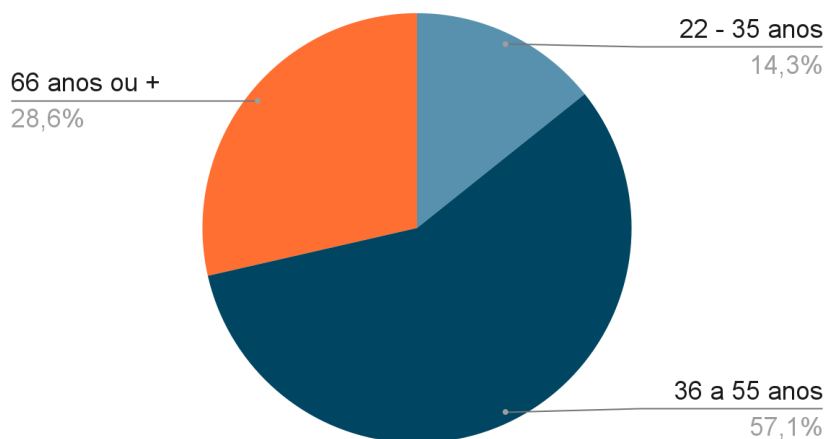
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nossa análise demonstrou que para o fenômeno da concordância locativa no falar culto fortalezense apenas construções com verbos monovalentes e com verbos divalentes permitiram a ocorrência do fenômeno com o elemento locativo preposicionado alçado à casa argumental um.

5.7 FAIXA ETÁRIA E PRESENÇA OU NÃO DE PREPOSIÇÃO

Também realizamos um cruzamentos entre os fatores faixa etária e a presença ou ausência de preposição. Esse cruzamento revelou que dentre as três faixas etárias, os indivíduos de 36 a 55 anos são os que mais realizam a concordância locativa com a presença de preposição (57,1% dos casos), seguidos dos indivíduos de idade igual ou superior a 66 anos (28,6% das ocorrências).

Gráfico 14 – Faixa etária e presença de preposição
FAIXA ETÁRIA E A PRESENÇA DE PREPOSIÇÃO

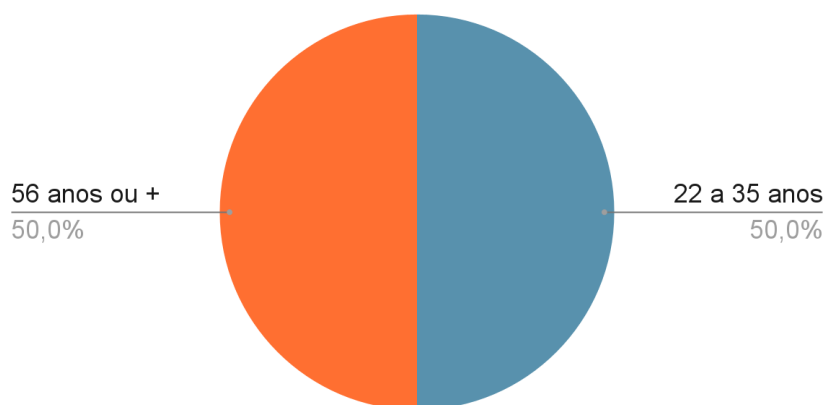


Fonte: Elaborado pelo autor.

5.8 PRESENÇA OU NÃO DE PREPOSIÇÃO, FAIXA ETÁRIA E SEXO

Observamos que quanto às mulheres, a faixa etária de 36 a 55 anos é a menos propensa a realizar o fenômeno da concordância locativa com presença de preposição, não tendo sido encontrado nenhum caso nessa faixa etária. As faixas etárias de 22 a 35 anos e de 56 anos ou mais apresentaram a mesma porcentagem do fenômeno, 50% cada.

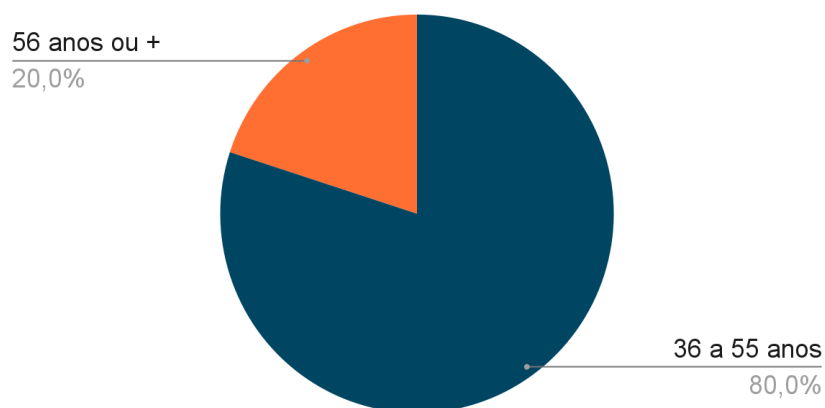
Gráfico 15 – Mulheres - Presença de preposição p/ faixa etária
MULHERES - PRESENÇA DE PREPOSIÇÃO P/ FAIXA ETÁRIA



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os homens, por sua vez, a faixa etária que mais realiza o fenômeno com uso da preposição é a de 36 a 55 anos (80% dos casos) e a que menos propícia a esse uso é a de 22 a 35 anos, que não apresentou nenhum caso.

Gráfico 16 – Homens - Presença de preposição p/ faixa etária
HOMENS - PRESENÇA DE PREPOSIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

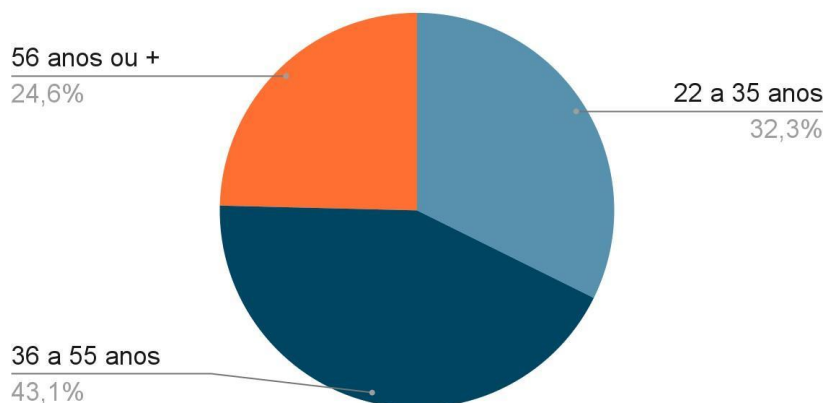


Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando avaliamos a frequência dos casos da concordância locativa com apagamento da preposição, entre as mulheres, as três faixas etárias apresentaram percentuais próximos (24,6%, 32,3% e 43,1%), o que demonstra que com o apagamento da preposição a faixa etária não é um fator condicionante entre as mulheres.

Gráfico 17 – Mulheres - Apagamento da preposição e faixa etária

MULHERES - APAGAMENTO DA PREPOSIÇÃO E FAIXA ETÁRIA

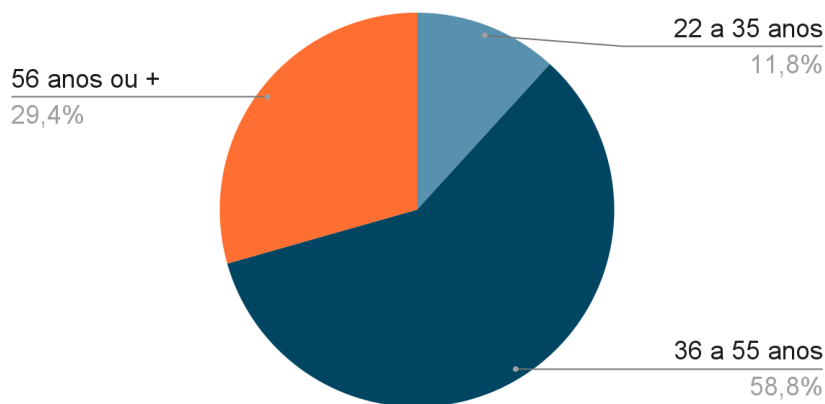


Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto aos homens, observamos que 58,8% dos casos estavam relacionados a faixa etária de 36 a 55 anos, ao passo que os homens mais jovens são os que possuem menos representatividade, apenas 11,8%.

Gráfico 18 – Homens - Apagamento da preposição e faixa etária

HOMENS - APAGAMENTO DA PREPOSIÇÃO E FAIXA ETÁRIA



Fonte: Elaborado pelo autor

6 PALAVRAS CONCLUDENTES

Um sorriso negro, um abraço negro
Traz....felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade

Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
negro é...a solidão

Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor
Negro também é saudade.. (um sorriso negro !)

Composição: Adilson Barbado / Jair / Jorge Portela

Nossa pesquisa evidenciou que a concordância locativa é um fenômeno linguisticamente significativo na fala culta de Fortaleza, com predominância de construções envolvendo verbos divalentes, que foram responsáveis por 66,7% dos casos analisados em contraste com a mínima presença de construções do fenômeno com verbos avalentes, apenas 0,8%. Esse padrão sugere uma relação intrínseca entre a categoria semântica dos verbos, sua valência e a possibilidade de que um elemento locativo assumo o papel semântico de agente e preencha a casa argumentativa um, prototipicamente reservada a um SN não preposicionado.

A ausência de uma estrutura argumental que requeira um agente parece limitar a formação de construções em que um locativo assumo primeira casa argumental, explicando assim a baixa incidência de concordância locativa com verbos avalentes. Por outro lado, a maior incidência de construções com verbos divalentes, embora sem uma explicação sintática clara, pode ser atribuída à maior quantidade de verbos dessa valência na língua portuguesa, conforme apontado por Vilela (1995).

Independentemente da faixa etária, os homens costumam realizar a concordância locativa preferencialmente com verbos divalentes. O aumento observado dentre as sentenças com verbos monovalentes, para a célula intermediária masculina (C2 - 36 a 55 anos) não foi significativo. Com construções de concordância locativa cujo cerne é um verbo divalente, observou-se um aumento gradativo da frequência de uso associado a faixa etária conforme a idade dos informantes aumenta (C1-66%, C2-76%, C3-88%)

Entre as mulheres, por outro lado, somente a célula intermediária C5 (36 a 55

anos) apresentou maior frequência de construções com verbos divalentes. As células com os integrantes mais jovens e a com integrantes de maior idade privilegiaram construções cujo cerne eram verbos monovalentes. Em construções com verbos trivalentes também encontramos uma relação com a faixa etária, de forma que o quantitativo percentual de construções das mais jovens (C4) é o triplo do percentual das informantes com idade igual ou superior a 56 anos (C6) e a C5 assume um valor intermediário, que é corresponde a aproximadamente o dobro da C6.

Conforme previsto, houve uma maior ocorrência do fenômeno com o termo locativo sem preposição, totalizando 94,3% das ocorrências. Essa característica de omissão da preposição locativa se deve ao fato de o fenômeno em estudo preencher a posição argumental A1, que geralmente é ocupada por um sintagma nominal (SN) sem preposição.

Em resumo, as análises conduzidas por Lakoff e Tannen fornecem uma base sólida para compreender as diferenças no uso da linguagem conotativa entre gêneros, evidenciando que a linguagem feminina tende a ser mais conciliatória e subjetiva, enquanto a masculina é mais objetiva e combativa. Essas características são refletidas no uso de verbos relacionados à concordância locativa, onde a frequência de uso é predominantemente maior entre mulheres, especialmente no caso de verbos avalentes, que exigem maior abstração e distanciamento semântico. Esse padrão reforça a ideia de que a linguagem conotativa está intrinsecamente ligada ao gênero, com implicações significativas para a ocorrência do fenômeno da concordância locativa.

Em nossa análise, observamos que, no falar culto fortalezense, o fenômeno da concordância locativa ocorre predominantemente em construções com verbos monovalentes e divalentes. Nessas construções, o elemento locativo preposicionado foi alçado à posição argumental um, evidenciando uma peculiaridade interessante na estruturação gramatical do português falado em Fortaleza.

Nosso estudo também revelou diferenças notáveis no uso da concordância locativa entre diferentes faixas etárias e gêneros. Indivíduos de 36 a 55 anos se destacam como os que mais utilizam a preposição em construções locativas, especialmente entre os homens, com 80% dos casos. Em contraste, as mulheres dessa faixa etária são as menos propensas a usar preposições, com nenhuma ocorrência registrada. Já entre as faixas etárias de 22 a 35 anos e 56 anos ou mais, a tendência das mulheres a usar preposições é similar, enquanto os homens mais jovens (22 a 35 anos) são os menos propensos a utilizar preposições.

No que diz respeito ao apagamento da preposição, verificamos que a faixa etária não é um fator significativo entre as mulheres, visto que os percentuais são relativamente equilibrados. No entanto, entre os homens, a faixa etária de 36 a 55 anos apresenta uma maior frequência de casos de apagamento (58,8%), com os homens mais jovens (22 a 35 anos) tendo a menor representatividade.

Esses achados reforçam a ideia de que tanto a idade quanto o gênero desempenham papéis cruciais nas variações da concordância locativa, evidenciando a complexidade da dinâmica linguística no falar culto fortalezense. A compreensão dessas variáveis é essencial para aprofundar nosso conhecimento sobre os padrões de uso da língua e suas variações dentro de diferentes grupos sociais.

Dessa forma, a presente dissertação sobre o uso da concordância locativa no falar fortalezense preenche uma lacuna significativa na pesquisa linguística, ao destacar as influências afro-brasileiras na variante do português falada no Ceará. Embora o discurso histórico tenha frequentemente negado a presença significativa do povo negro no Ceará, há uma riqueza cultural e linguística que não pode ser ignorada. Como apontado por Ratts (1996), a invisibilidade dos grupos étnicos, particularmente dos negros, é fruto de processos políticos e intelectuais que privilegiaram determinadas narrativas históricas.

Estudos como os de Avelar e Galves (2015) e Avelar (2009) enfatizam que há marcas gramaticais resultantes do contato entre a língua portuguesa e as línguas dos povos escravizados, especialmente nas construções de tópico-sujeito e no emprego de preposições junto a verbos de movimento. Essas características são visíveis no falar fortalezense e apontam para uma herança linguística afro-brasileira que merece reconhecimento.

Ao trazer à luz essas contribuições, este estudo não apenas enriquece o conhecimento sobre a gramática do português brasileiro, mas também reposiciona o papel do povo negro e suas influências na construção da identidade linguística de Fortaleza. Essas contribuições perpassam o falar do preto e pobre ou do pobre, independentemente de sua cor, estão no falar culto em sua acepção de maior formalidade, as elocuições formais daqueles que concluíram um curso superior e gozam dos privilégios que o acesso ao saber intelectual proporciona.

Por fim, este estudo pode servir de parâmetro para outros que tenham o mesmo fenômeno como foco, bem como para a gramática de usos que busca descrever e explicar a língua a partir de seu uso real em contextos cotidianos. Nossa pesquisa também abre a

possibilidade para a ampliação dos estudos aqui iniciados, como por exemplo com a inserção dos inquéritos do tipo DID e D2 para verificar se o nível de formalidade do discurso é um fator relevante no contexto da concordância locativa no falar culto de Fortaleza.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

ARAÚJO, Aluiza Alves de; VIANA, Raquel Beserra de Macêdo; PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa (orgs.). **Fotografias sociolinguísticas do falar de Fortaleza-CE**. [Recurso eletrônico] 2. Ed. Fortaleza: EdUece, 2020.

ARAÚJO, Aluiza Alves de; VIANA, Raquel Beserra de Macêdo; PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa. **PORCUFORT: uma história de dois tempos**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

ARAÚJO, Aluiza Alves de; VIANA, Raquel Beserra de Macêdo; RODRIGUES, Lorena da Silva (orgs.). **O falar culto de Fortaleza em foco**. [eBook] São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

AVELAR, Juanito, e GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. **Linguística**, 2014, p. 241-288. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v30n2/v30n2a10.pdf>. Acesso em 02 dez. 23.

AVELAR, Juanito. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.16, n.24, p. 232-252, 2009.

AVELAR, Juanito; CYRINO, Sonia. Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, v.3, p. 55-75, 2008.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. Concordância locativa no português brasileiro: questões para a hipótese do contato *In*: MOURA, M. D. e SIBALDO, M. A (orgs.). **Para a História do Português Brasileiro**. 1ªed. Maceió: Edufal, 2013. p. 103-132.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (34):19-32, Jan./Jun. 1998.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. *In*: COSTA, A; FALÉ, I.; BARBOSA, P. **Textos Seleccionados**

do **XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, p.49-65, 2011.

BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAGNO, Marcos. O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro. **Cadernos de Literatura em Tradução**, São Paulo, v. 16, p. 19-32, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115266>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BAGNO, Marcos. O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro. **Cadernos de Literatura em Tradução**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. N.16 São Paulo: FFLCH. USP, 2016. p. 19-31. Disponível em <https://www.journals.usp.br/clt/article/view/115266/112951>. Acesso em 19 mai. 23

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARRETO, Héctor Cândido Oliveira. **Fortaleza, uma cidade negra na "Terra da Luz": Ensino de história e memórias do pós-abolição no enfrentamento à invisibilização afrocearense**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2023.

BAXTER, A. Morfossintaxe. *In*: PERL, M. & SCHWEGLER, A. (orgs). **América Negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas**. Frankfurt am Main: Vervuert, p 97-134, 1998.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. revisada, ampliada e atualizada conforme novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORBA, Francisco S. **Introdução à Sintaxe do Português**. São Paulo: Ática, 1996a

BORBA, Francisco S. **Introdução ao Estudo Sintático do Português**. São Paulo: Ática, 1996b

BORBA, Francisco S. **Introdução aos estudos sintáticos**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BORBA, Francisco S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

BORGES, Patrícia de Souza. **Línguas africanas e português brasileiro: historiografia de fontes e métodos de estudos no Brasil (sé. XIX-XXI)**. 2014. 238f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BYBEE, Joan. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan. Usage-based models in linguistics. Entrevista de Tiago Timponi Torrent. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 1-6, 2012.

CAMACHO, R. G. Construções passiva e impessoal: distinções funcionais. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 44, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4206>. Acesso em 12 set. 2024.

CAMACHO, R. G. Estrutura argumental, e funções semânticas. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, 43: 145-170, 1999.

CARVALHO, C.I.C; BARBOSA, J.R.A., (orgs.). **Teorias linguísticas: orientações para a pesquisa**. [e-livro]. Mossoró: EdUFERSA, 2021.

CASTRO, Yeda Antonita Pessoa de Castro. Etnônimos africanos e formas ocorrentes no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, n.º6, 1968, p. 63-81. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3628>. Acesso em: 12 out. 23.

CASTRO, Yeda Antonita Pessoa de. A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia. **Revista Afro-Ásia**, n.º4, 1967, p. 25-34. <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3626>. Acesso 12 out. 23.

CASTRO, Yeda Antonita Pessoa de. Das línguas africanas ao Português Brasileiro. **Revista Afro-Ásia**, n.º14, 1983, p. 81-106. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3667>. Acesso em: 12 out. 23.

CASTRO, Yeda Antonita Pessoa de. Dimensão dos aportes africanos no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, n.º16, 1995, p. 24-35 Disponível em:

<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3590>. Acesso em: 12 out. 23.

CASTRO, Yeda Antonita Pessoa de. Notícia de uma pesquisa em África. **Revista Afro-Ásia**, n.º1, 1965, p. 41-56 Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3625> Acesso em: 12 out. 23.

CASTRO, Yeda Antonita Pessoa de; CASTRO, Guilherme A. de Souza. Culturas africanas nas Américas: um esboço de pesquisa conjunta da localização dos empréstimos. **Revista Afro-Ásia**, n.º13, 1980, p. 25-50. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3630>. Acesso em: 12 out. 23.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; NUNES DE SOUZA, C. M. N e MAY, G. H.. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. **Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto**. Gragoatá. Niterói, n. 21, p. 115 -131, 2006.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de e MARTELOTTA, Eduardo (orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; TAVARES, Maria Alice (orgs.). **Funcionalismo e ensino de gramática [recurso eletrônico]**. 1ª ed. Natal: EDUFRN, 2016.

DOWTY, David. Thematic proto-roles and argument selection. **Language**, v. 67, n. 3, p. 547-619, 1991. Disponível em <https://semantics.uchicago.edu/kennedy/classes/s07/events/dowty91.pdf> Acesso em 05 out. 2024.

DUARTE-SIMOES, José de Alencar. **Cartas a favor da Escravidão**. In: PARRON, Tâmis (org.). São Paulo: Hedra, Série Escola da Cidade, 2009, p.314-317.

FILLMORE, Charles J. The Case for Case. In: BACH, Emmon; HARMS, Robert T. (Ed.). **Universals in Linguistic Theory**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1968. p. 1-88.

GALVES, Charlotte. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no Português Brasileiro. **Caderno de Estudos linguísticos**, Campinas, n.34, 1998.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cien años de soledad**. Ed. ilustrada. Edição digital. Composição digital: Newcomlab SLL, 2017.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: A Functional-Typological Introduction**. Volume I. John Benjamins Publishing Company, 1984.

GONÇALVES, P. Contacto de línguas em Moçambique: algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação de um novo léxico do português. *In*: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., (orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 40-406.

GONÇALVES, P. e CHIMBUTANE, F. O papel das línguas Bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais. **Papia**, n.14, p.7-30, Brasília: UnB, 2004

GÖRSKY, Edair Maria; TAVARES, Maria Alice. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. **Revista do GELNE**, v. 15, p. 75-97, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/leiam/Downloads/penhacasado,+VOL15+79-101.pdf>. Acesso em 15.06.2023.

GRUPO PROFALA. **Grupo PROFALA**. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <https://profala.ufc.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning**. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing Experience through Meaning: A Language-based Approach to Cognition**. London: Continuum, 1999.

IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: **Intituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2020. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**:

Educação 2019. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Rio de Janeiro, 2020. ISBN: 978-65-87201-09-2. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

INVERNO, L. Português vernáculo do Brasil e português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. *In*: FERNÁNDEZ-FERREIRO, M., FERNÁNDEZ, M. & VÁZQUEZ, N. (orgs.) **Los criollos de base ibérica: ACBLPE 2003**. Madrid: Iberoamericana, p. 200-213, 2004.

IPECE. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)**. Fortaleza, Ceará: Ipece, 2020.

JUVENCIO, Fábio de Castro. **Elementos de gramática comparativa entre cinco línguas românicas: português, espanhol, francês, italiano, romeno. Um guia para intercompreensão**. Zampieri, 2020.

KATO, M. A.; MIOTO, C. A arquitetura da gramática. *In*: CASTILHO, A. T. de (Coord.); KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. do (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, v. 3, p. 150-182.

KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do (orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. 1.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

KILOMBA, G. The mask. *In*: KILOMBA, G. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. 2. ed. Münster: Unrast Verlag, 2010. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. Publicado em: *Cadernos de Literatura em Tradução*, São Paulo, n. 16, p. 171-180, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286>. Acesso em: 1 abr. 2024.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Caroline Rodrigues. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**. Oxford: Basil Blackwell, 1994.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. **The Social Stratification of English in New York City**. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

LAKOFF, Robin. **Language and Woman's Place**. *Language in Society*, v. 2, n. 1, p. 45-80, 1973.

LARA, D. I. **Sorriso Negro**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/dona-ivone-lara/sorriso-negro/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

LIPSKI, J. **Angola e Brasil: vínculos linguísticos afro-lusitanos**. *Veredas*, n.9, p. 83-98, 2008

LUCCHESI, Dante. **Racismo linguístico ou ensino democrático e pluralista?. Linguagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem**, v.17, n.1, 2011. Disponível em: <https://vertentes.ufba.br/assets/files/dante.pdf>. Acesso em 02 mar. 2024.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan e RIBEIRO, Ilza (orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte : Letramento, 2019.

NASCIMENTO, Júlio César Dinoá do. **Marcadores discursivos na norma oral popular de Fortaleza**. Orientador: Márcia Teixeira Nogueira. 2010. 184 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8893/1/2010_tese_jcdnascimento.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

NEVES, M. H. de M. **Estudos funcionalistas no Brasil**. *D.E.L.T.A.*, v. 15, n. esp., p. 71-104. 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ediouro, UNESP, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2ª edição atualizada. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2013

NEVES, Maria Helena de Moura. **Uma visão geral da gramática funcional**. São Paulo: Alfa, 38, 1994. p. 109-127

NOGUEIRA, M. T., e SANTOS, F. E. P. dos. Competição de motivações como fonte de inadequações na codificação oracional: análise à luz da gramática discursivo-funcional. **Linha D'Água**, 2014, 191-205. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v27i1p191-205>. Acesso em: 12 out. 2023.

NOGUEIRA, M. T.; SANTOS, F. E. P. dos. Competição de motivações como fonte de inadequações na codificação oracional: análise à luz da gramática discursivo-funcional. **Linha D'Água**, v. 27, n. 1, p. 191-205, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/79935>. Acesso em: 12 out. 2023.

ORSINI, Mônica Tavares; VASCO, Sérgio Leitão. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. **Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 17, 2016, p. 83-98.

PAGOTTO, E. Crioulo sim, crioulo não: uma agenda de problemas. *In*: CASTILHO, A., TORRES MORAIS, M.A., CYRINO, S.; LOPES, R. (orgs) **Português Brasileiro: descrição, história e aquisição**. Campinas: Pontes, p 461-482, 2007

PAULINO, Nicolas; TORRES, Alessandro. Origem do cearense: nórdicos superam índios e negros na genética. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/origem-do-cearense-nordicos-superam-indios-e-negros-na-genetica-1.2970540>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PETTER, M. M. T.; FIORIN, J. L. 2009. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Contexto.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Africanismos no português do Brasil. *In: ORLANDI, E. P. (Org.). História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001, p. 123-145

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Ampliando a investigação do continuum afro-brasileiro de português. **Papia - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, São Paulo, 2015. , v. 25, n. 2, p. 305-317. Acesso em: 28 maio 2023.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Aspectos morfosintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. **Papia - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, n.19, p.201-220, Brasília: UnB, 2009

RATTS, Alecsandro J. P. **Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, 1996. 210 f.

RODRIGUES, Vera. Entre a “Negra Nua” e a “Cidade Negra: notas etnográficas sobre identidade negra no nordeste do Brasil. *In: ALENCAR, Claudiana Nogueira de; COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; COSTA, Nelson Barros da. Discursos, fronteiras e hibridismo*. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2017, p. 61-82. Disponível em:
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48515/1/2017_capliv_vrrsilva.pdf. Acesso em 15-06-2023. Acesso em: 1 abr. 2024.

RODRIGUES, Vera. Entre a “Negra Nua” e a “Cidade Negra: notas etnográficas sobre identidade negra no nordeste do Brasil. *In: ALENCAR, Claudiana Nogueira de; COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; COSTA, Nelson Barros da. Discursos, fronteiras e hibridismo*. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2017, p. 61-82. Disponível em:
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48515/1/2017_capliv_vrrsilva.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTOS, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos. A presença africana nas palavras que falamos em português. **Museu da Língua Portuguesa**, São Paulo, 2018.

Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/presenca-africana-nas-palavras-que-falamos-em-portugues-um-artigo-de-wilmihara-benevides-s-alves-dos-santos/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Raquel Frontelmo Gomes da; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da. Transitividade à luz do funcionalismo linguístico: os verbos de objeto afetado em análise. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIX, Nº 02 – Lexicografia, lexicologia. 2015. p. 118-132.

SILVEIRA, Agripino. **Subject Expression In Brazilian Portuguese: Construction And Frequency Effects**. 2012. Disponível em: https://digitalrepository.unm.edu/ling_etds/32. Acesso em 14 set. 2024.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **Irmandade e festa: rosário dos pretos de Sobral (1854–1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC/Expressão Gráfica Editora, 2006.

TAGLIAMONTE, S. A., e BAAYEN, R. H. **Models, forests and trees of York English: Was/were variation as a case study for statistical practice**. *Language Variation and Change*, 24(2), p. 135-178, 2012.

TANNEN, Deborah. **You Just Don't Understand: Women and Men in Conversation**. New York: William Morrow & Co., 1990.

TAVARES, Maria Alice. **Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística**. Ed. Especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v.17, jan./jun. 2013

TOGUCHI, I. S. **A gramática do preconceito: estudo cognitivo-funcional do discurso jornalístico sobre o indígena brasileiro**. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistic Variation and Change**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001

TRUDGILL, Peter. **The Social Differentiation of English in Norwich**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

VIEIRA, Carlos. Caminhos da pesquisa: um olhar poético. **Pensamentos Valem Ouro**, 2022. Disponível em: <https://www.pensamentosvalemouro.com.br/2022/04/caminhos->

da-pesquisa-poema.html. Acesso em: 16 dez. 2024.

VILELA, Mário. **Gramática da Língua Portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto.** Lisboa: Livraria Almedina, 1995.

VOGT, C.; FRY, P. 1996. **Cafundó – A África no Brasil.** 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

ANEXO I – OCORRÊNCIAS ANALISADAS

1	porcufort2_inq.27_2018_ef_m1.txt	porque eram punições que desrespeitavam a dignidade huMANa daqueles indivíduos...
2	porcufort2_inq.27_2018_ef_m1.txt	uma punição que não respeitava a dignidade o aspecto da dignidade humana dos indivíduos...
3	porcufort2_inq.20_2018_ef_m1.txt	e dois textos talvez explique o sentimento nacional né
4	porcufort2_inq.27_2018_ef_m1.txt	tem o texto que diz o seguinte
5	porcufort2_inq.20_2018_ef_m1.txt	inclusive a introdução né a introdução do livro já coloca um tema a Kant é importante
6	porcufort2_inq.20_2018_ef_m1.txt	então a obra tem
7	porcufort2_inq.15_2018_ef_m2.txt	que é que o CPC 16 diz?
8	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	tem uma questão que fala/perguntando a você qual é o SENTido ou qual é a característica dessa oração
9	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	o ambiente demanda a postura
10	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	o ambiente demanda isso a uma ideia
11	porcufort2_inq.15_2018_ef_m2.txt	se a questão diz que adquiriu mercadorias para revenDA é investimento é ativo
12	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	a perspectiva vai dizer de fato que o sexo a prática do sexo
13	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	os livros de história contam ai é só consultar
14	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	um livro interessante vai falar sobre o poder relações de poder comunidades de trabalhadores e tal
15	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	os livros de história contam ai é só consultar
16	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	(a informação vai dizer) o que POde ou não ser
17	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	o livro detalha dizendo que existe feedback positivo
18	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	o navio foi... entrou numa situação de rebelião interna
19	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	feedback negativo vai dizer para de fazer ou faz menos
20	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	feedback negativo vai dizer para de fazer ou faz menos.... para de rodar
21	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	a informação vai diZER... onde nós esTAmos... o que nós fizEMos... para onde vamos... e ao mesmo tempo vai dizer... o que POde ou não ser que a coisa seja legal por isso por aquilo...
22	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	a informação vai diZER... onde nós esTAmos... o que nós fizEMos... para onde vamos... e ao mesmo tempo vai dizer... o que POde ou não ser que a coisa seja legal por isso por aquilo...
23	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	a informação vai diZER... onde nós esTAmos... o que nós fizEMos... para onde vamos... e ao mesmo tempo vai dizer... o que POde ou não ser que a coisa seja legal por isso por aquilo...
24	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	a informação vai diZER... onde nós esTAmos... o que nós fizEMos... para onde vamos... e ao mesmo tempo vai dizer... o que POde ou não ser que a coisa seja legal por isso por aquilo...
25	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	o livro não define bem assim não
26	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	o livro detalha dizendo que existe feedback positivo... e feedback... negativo...
27	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	o livro traz dois tipos de feedback... positivo... e negativo
28	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	E a gente quer/sente aquela vontade de mudar mas não não POde porque a conjugação eXIge essa troca da vogal ok?
29	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	TOdos os verbos regulares vai seguir essa estrutura tá bom?

30	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	as propagandas os anúncios usam muito o imperativo né?
31	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	aí na temperatura confortável... não pode baixar MUIto...
32	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	(na temperatura confortável) não POde... subir muito...
33	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	rapaz no Chile os apartamentos têm mola... no Japão também... tem mola... por causa dos terremotos
34	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	rapaz no Chile os apartamentos têm mola... no Japão também... tem mola... por causa dos terremotos
35	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	rapaz no Chile os apartamentos têm mola... no Japão também... tem mola... por causa dos terremotos
36	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	se você souBER que o modo subjuntivo vai trazer/trabalhar com hipótese deSEjo
37	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	ele é é é ia pra os interior pra poder passar os fios nas zonas rurais que não tinham
38	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	pra chegar (os fios) nas cidades nas comunidades que não tinham
39	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	as outras escolas vão se posicionar de maneira diferente
40	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	AS... GRANdes contribuiÇÕES que essa teoria dá para administraÇÃO.
41	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	o artigo primeiro determina que a educação básica é para todos sem distinção
42	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	se esse inciso não tiver completo a alínea vai completar mais ainda
43	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	o ensi::no particular nun::ca nunca lhe digo com toda segurança NUNca adotou esse método
44	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	... aí o parágrafo complementa se o artigo não estiver na sua totalidade de informação
45	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	mas ele ficava naquela dúvida naquela interseção porque os ônibus tavam mudando as cores
46	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	ou seja de uma regra geral o país precisava de uma mão de obra barata
47	porcufort2_inq.67_2019_ef_m3.txt	enTÃO o problema diz o seguinte
48	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	uma coautoria com quatro com cinco com mil uma quantidade máxima o código penal não fala
49	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	artigo vinte e nove do código penal diz... quem de qualquer modo concorre para o CRIme... incide a pena este na medida de sua CULpabilidade
50	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	mas a lei diz que pode ter arma em casa
51	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	mas agora uma decisão do STF aí diz que PRA ser doloso tá entendendo?
52	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	como é que o código penal define
53	porcufort2_inq.81_2019_ef_m3.txt	a primeira questão diz o quê
54	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	aí lá no inciso vai dizer mais ainda
55	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	quantas fases tem um crime consuMAdo?
56	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	a lei concede ao magistrado ao juiz o perdão judicial
57	porcufort2_inq.18_2018_ef_fl.txt	a LEI ainda não definiu o que é o adicional de penosidade
58	porcufort2_inq.18_2018_ef_fl.txt	a lei ainda não definiu que funções são essas
59	porcufort2_inq.31_2018_ef_fl.txt	vi uma pesquisa outro dia que fala que em quantos anos eu não lembro se até dois mil e... dois mil quarenta/dois mil e cinquenta a depressão vai ser um dos maiores maus da humanidade (um dos maiores males da humanidade)

60	porcufort2_inq.31_2018_ef_fl.txt	uma vez eu via uma:: postagem no facebook que dizia assim
61	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	esse resumo tá faltando alguma coisa o que é?
62	porcufort2_inq.44_2019_ef_fl.txt	o que é que vai determinar se a pesquisa de vocês... vai trabalhar... com dados QUANtitativos ou com DADOS SUBjetivos... vai ser o PROblema de vocês
63	porcufort2_inq.44_2019_ef_fl.txt	pesquisar dados que mencionem a FALta de tempo como PRINCipal FAtor para o SEDENtarismo
64	porcufort2_inq.31_2018_ef_fl.txt	no outro parágrafo diz assim
65	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	então HOje o projeto de vocês é pra ter uma média de quantas?
66	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	cada escola tem uma realidade
67	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	tem escola que não tem um pincel pra você dá aula
68	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	esse resumo tem um limite da quantidade DE...
69	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	o que a escola NÃO tem de atrativo pra chamar esse aluno PRA ela na sexta feira
70	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	QUANtas páginas esse artigo vai ter que ter
71	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	essa escola tem muitos frutos
72	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	é uma escola que tem alunos muito violentos
73	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	por que a escola tem casos de evasão na sexta-feira?
74	porcufort2_inq.44_2019_ef_fl.txt	o questionário vai ter... TANTAS PERguntas
75	porcufort2_inq.31_2018_ef_fl.txt	o quê que essa frase quer dizer
76	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	tá faltando algumas coisinhas aí ((alunos)) dá uma préviazinha né dá uma pré::via desses teóricos das ideias em que vamos discutir certo
77	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	tá faltando algumas coisinhas aí ((alunos)) dá uma préviazinha né dá uma pré::via desses teóricos das ideias em que vamos discutir certo
78	porcufort2_inq.40_2019_ef_fl.txt	nós vamos atrás DE.. artigos que falem sobre o nosso Tema
79	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	e falava de posição
80	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	e falava de posições?
81	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	[o enigma da esfinge] tava prevendo destruição na cidade cheia de pragas
82	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	ele não restringiu o título de propriedade
83	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	o artigo quinto quando ele fala da função social da propriedade
84	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	o parágrafo primeiro diz o seguinte
85	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	basicamente o que ele faz é lincar é enumerar o que o proprietário pode fazer
86	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	o que é que diz o artigo mil duzentos e vinte e oito
87	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	a constituição diz que a propriedade ela traz apresenta um direito de propriedade como um direito fundamental
88	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	a constituição não proibiu esse tipo de exposição
89	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	ela só não eXIgiu a produtividade
90	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	ela já introduz a ideia não usa o nome princípio da função social da propriedade
91	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	mas ela não proibiu
92	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	e aí a legislação constitucional pode sim trazer
93	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	ele aparecia no capítulo que tratava sobre a ordem econômica brasileira como um princípio da ordem econômica brasileira

94	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	a nossa legislação constitucional pode sim trazer
95	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	o Brasil só vai chegar décadas depois
96	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	a constituição de oitenta e oito foi além
97	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	esses documentos tinham sempre em comum a referência a três direitos
98	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	ele diz o seguinte
99	porcufort2_inq.68_2019_ef_f2.txt	as obras públicas já são pré determinadas (do concreto que vão utilizar) entendeu?
100	porcufort2_inq.68_2019_ef_f2.txt	ou seja muitas obras ainda utilizam o concretoconCREto...
101	porcufort2_inq.78_2019_ef_f2.txt	uma frase muito interessante que diz assim
102	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	o filme é esse novo né que tem o fred banch que faz o tagrolids
103	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	a esco::la tem esses pequenos grupos que você estrutura
104	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	mais o inciso seguinte o inciso vinte e TRÊS atre::la a esse direito fundamental a necessidade de observância do princípio da função social DA propriedade
105	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	já introduz a ideia que o exercício da propriedade deDEve ser orientado também também pela a observância dos interesses da função socialsociais
106	porcufort2_inq.78_2019_ef_f2.txt	existia até jogos que induziam a cometer suicídio
107	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	vixe as estradas tá chovendo
108	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	o mercado é muito enganado PRINcipalmente com alimento congelado
109	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	muitos re/... muitas... restaurantes chega e contrata pessoas
110	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	em São Paulo ele começou a manifestar a doença
111	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	desidratação onde deixa você em exaustão
112	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	o doente apresenta FEbre
113	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	o doente apresenta infecções no intestino delgado
114	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	hoje em todo serviço precisa ter um sistema TTodo interligado
115	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	então uma tá terminando as quarenta e oito horas e a outra tá iniciando
116	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	então uma tá terminando as quarenta e oito horas e a outra tá iniciando
117	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	tem né
118	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	já tem não há muito tempo
119	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	pra carnes... peixes a legislação já tem
120	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	o formulário né... ele tem o peDido de gêneros né... estocados e o pedido de gênero... perecíveis
121	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	o comPUTador dele... né... o notebook dele ali tem que ter sistema dele ser TTodo organizado
122	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	onde que existe muitas matas né
123	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	o exame deu que ele estava... com a doença de chagas

ANEXO II – VALÊNCIA QUANTITATIVA DOS VERBOS PRESENTES NAS OCORRÊNCIAS

1	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	estar chovendo/ chover	AV
2	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	adotar	DV
3	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	apresentar	DV
4	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	apresentar	DV
5	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	chegar	DV
6	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	complementar	DV
7	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	completar	DV
8	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	contar	DV
9	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	contar	DV
10	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	contratar	DV
11	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	definir	DV
12	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	definir	DV
13	porcufort2_inq.18_2018_ef_f1.txt	definir	DV
14	porcufort2_inq.18_2018_ef_f1.txt	definir	DV
15	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	deixar	DV
16	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	demandar	DV
17	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	demandar	DV
18	porcufort2_inq.27_2018_ef_m1.txt	desrespeitar	DV
19	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	detalhar	DV
20	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	detalhar	DV
21	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	determinar	DV
22	porcufort2_inq.27_2018_ef_m1.txt	dizer	DV
23	porcufort2_inq.15_2018_ef_m2.txt	dizer	DV
24	porcufort2_inq.15_2018_ef_m2.txt	dizer	DV
25	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	dizer	DV
26	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	dizer	DV
27	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	dizer	DV
28	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	dizer	DV
29	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	dizer	DV
30	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	dizer	DV
31	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	dizer	DV
32	porcufort2_inq.67_2019_ef_m3.txt	dizer	DV
33	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	dizer	DV
34	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	dizer	DV
35	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	dizer	DV
36	porcufort2_inq.81_2019_ef_m3.txt	dizer	DV

37	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	dizer	DV
38	porcufort2_inq.31_2018_ef_f1.txt	dizer	DV
39	porcufort2_inq.31_2018_ef_f1.txt	dizer	DV
40	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	dizer	DV
41	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	dizer	DV
42	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	dizer	DV
43	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	dizer	DV
44	porcufort2_inq.78_2019_ef_f2.txt	dizer	DV
45	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	enganar	DV
46	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	entrar	DV
47	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	estar faltando/ faltar	DV
48	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	estar mudando/ mudar	DV
49	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	exigir	DV
50	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	exigir	DV
51	porcufort2_inq.20_2018_ef_m1.txt	explicar	DV
52	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	falar	DV
53	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	falar	DV
54	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	falar	DV
55	porcufort2_inq.31_2018_ef_f1.txt	falar	DV
56	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	falar	DV
57	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	falar	DV
58	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	falar	DV
59	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	falar/ perguntar	DV
60	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	fazer	DV
61	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	ir	DV
62	porcufort2_inq.68_2019_ef_f2.txt	ir	DV
63	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	manifestar	DV
64	porcufort2_inq.44_2019_ef_f1.txt	mencionar	DV
65	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	poder	DV
66	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	poder	DV
67	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	poder	DV
68	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	poder	DV
69	porcufort2_inq.33_2019_ef_m3.txt	precisar	DV
70	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	precisar	DV
71	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	prever	DV
72	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	proibir	DV
73	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	proibir	DV
74	porcufort2_inq.27_2018_ef_m1.txt	respeitar	DV
75	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	restringir	DV
76	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	seguir	DV
77	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	ter	DV
78	porcufort2_inq.44_2019_ef_f1.txt	trabalhar	DV

79	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	tratar	DV
80	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	trazer	DV
81	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	usar	DV
82	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	usar	DV
83	porcufort2_inq.68_2019_ef_f2.txt	utilizar	DV
84	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	existir	MV
85	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	iniciar	MV
86	porcufort2_inq.20_2018_ef_m1.txt	ter	MV
87	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	ter	MV
88	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	ter	MV
89	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	ter	MV
90	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	ter	MV
91	porcufort2_inq.21_2018_ef_m2.txt	ter	MV
92	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	ter	MV
93	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
94	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
95	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
96	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
97	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
98	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
99	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
100	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
101	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	ter	MV
102	porcufort2_inq.44_2019_ef_f1.txt	ter	MV
103	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	ter	MV
104	porcufort2_inq.17_2018_ef_f2.txt	ter	MV
105	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	ter	MV
106	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	ter	MV
107	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	ter	MV
108	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	ter	MV
109	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	ter	MV
110	porcufort2_inq.53_2019_ef_f3.txt	terminar	MV
111	porcufort2_inq.54_2019_ef_m2.txt	trazer/trabalhar	MV
112	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	atrelar	TV
113	porcufort2_inq.20_2018_ef_m1.txt	colocar	TV
114	porcufort2_inq.69_2019_ef_m3.txt	conceder	TV
115	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	dar	TV
116	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	dar	TV
117	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	dar	TV
118	porcufort2_inq.63_2019_ef_f3.txt	dar	TV
119	porcufort2_inq.31_2018_ef_f1.txt	dizer	TV
120	porcufort2_inq.78_2019_ef_f2.txt	existir	TV

121	porcufort2_inq.40_2019_ef_f1.txt	falar	TV
122	porcufort2_inq.39_2019_ef_f2.txt	introduzir	TV
123	porcufort2_inq.42_2019_ef_m2.txt	posicionar-se	TV